

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
INTERNACIONAIS**

LUCAS DE OLIVEIRA PAES

**DIFERENCIAÇÃO, ESTRATIFICAÇÃO E TRANSIÇÃO
HIERÁRQUICA: UMA PROPOSTA PARA O ESTUDO DE
POTÊNCIAS EMERGENTES DO SUL GLOBAL**

Porto Alegre

2016

LUCAS DE OLIVEIRA PAES

**DIFERENCIAÇÃO, ESTRATIFICAÇÃO E TRANSIÇÃO
HIERÁRQUICA:
UMA PROPOSTA PARA O ESTUDO DE POTÊNCIAS
EMERGENTES DO SUL GLOBAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais. Área de concentração: Economia Política Internacional

Orientador: Prof. Dr. André Moreira Cunha

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Paes, Lucas de Oliveira
Diferenciação, estratificação e transição
hierárquica: uma proposta para o estudo de potências
emergentes do sul global / Lucas de Oliveira Paes. --
2016.
149 f.
Orientador: André Moreira Cunha.
Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.
1. Potências emergentes. 2. Teoria de relações
internacionais. 3. Realismo estrutural. 4.
Hierarquia. I. Cunha, André Moreira, orient. II.
Título.

LUCAS DE OLIVEIRA PAES

**DIFERENCIAÇÃO, ESTRATIFICAÇÃO E TRANSIÇÃO
HIERÁRQUICA:
UMA PROPOSTA PARA O ESTUDO DE POTÊNCIAS
EMERGENTES DO SUL GLOBAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais. Área de concentração: Economia Política Internacional

Aprovada em: Porto Alegre, 19 de julho de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André Moreira Cunha – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik
UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Milan
UFRGS

Prof. Dr. Javier Vadell,
PUC-MG

À Cris, por simplesmente tudo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à República Federativa do Brasil, que por meio da UFRGS e da CAPES, de que fui bolsista, proveu subsídios materiais e humanos que permitiram essa pesquisa de mestrado. Em especial, o agradecimento se dirige aos professores e funcionários da FCE e do PPGEEL, pela oportunidade de receber ensino e realizar pesquisa em ambiente de excelência acadêmica. Nominalmente, agradeço aos professores Pedro Fonseca, Cepik, André Reis, Paulo Visentini, Dario, Henrique e Sônia, sempre dispostos a compartilhar seu conhecimento e ajudar a construir o meu. Em particular, devo imensa gratidão a meu orientador, André Cunha, pela orientação criteriosa, pelas oportunidades propiciadas e, sobretudo, pelo seu exemplo de conduta e honestidade intelectual, influência decisiva em meu desejo de rumar minha vida profissional à construção do conhecimento.

Se devo muito à sociedade brasileira, materializada nas pessoas e instituições citadas, por me oportunizar o ensino de qualidade que recebi, devo a outras pessoas minhas condições de agarrar essas oportunidades. Na UFRGS, agradeço aos companheiros da empreitada acadêmica, como o Spohr, o Kanter, a Luiza, a Isa, a Laura, a Joana, o Gustavo, a Bruna, a Mari, o Marcelo e os vários amigos cuja troca humana e intelectual estão presentes em cada linha deste trabalho. Além desses muros, minha gratidão aos amigos que nos lembram da vida lá fora, que dão o gosto de apreciar suas belezas e a força de enfrentar suas mazelas. Nos nomes da Rayssa, do André, do Artur, do Palma, da Lizi, da Lud, da Luísa, do Caio, do Rafael, da Bruna, da Karen e do Roberto agradeço às belas amizades que a vida tem me proporcionado.

Por fim, agradeço àqueles cuja gratidão que devo não cabe em palavras: à minha família, por me ensinar a importância do afeto na construção de qualquer trajetória positiva na sociedade. Em especial, agradeço ao meu pai e a minha irmã, por seu amor; aos meus avós, pelo exemplo que só quem acompanha de perto e com carinho pode oferecer; ao meu companheirinho Nestor; e ao Vini, por dar sentido ao conceito de cumplicidade ao longo de nossas vidas. Por fim, agradeço à minha mãe, por tudo que dedicou a mim, tudo que me ensinou, tudo que me corrigiu e, particularmente, por me mostrar que, por quem se ama e se admira, a incondicionalidade é algo natural. Como no caso da Cris, a quem agradeço por fazer parte da minha vida e me fazer entender que, sim, o amor é um fruto da admiração; é a arte de saber quem é atributo necessário e suficiente da cumplicidade e identificar o que faz jus à incondicionalidade.

“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la com seu trabalho, pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias.”

(Paulo Freire)

RESUMO

A presente dissertação de mestrado busca contribuir para o debate em desenvolvimento sobre a emergência de países do Sul Global, a partir do estudo das relações de poder hierarquizadas em que estes países estão inseridos. Nesse sentido, questiona-se como estruturas de assimetria material atuam sobre o comportamento de distintos atores do sistema internacional. As oportunidades e constrangimentos de tais estruturas materiais se manifestam especificamente para distintos atores? Como essa variação se articula com as possibilidades de emergência de países do Sul Global? A partir da resposta a essas perguntas, busca-se propor um caminho para identificar episódios históricos de constituição, por parte de países do Sul Global, de capacidade transformativa de sua posição nas relações internacionais em que se inserem. Para tanto, mobiliza-se um diálogo entre a literatura sobre diferenciação estrutural e sobre a hierarquia nas relações internacionais, como modo de articular analiticamente o processo de socialização entre estruturas políticas e econômicas. Desse diálogo estrutural, pretende-se compreender os mecanismos de exclusão que perpetuam assimetrias materiais no sistema internacional e os meios instrumentalizáveis para sua ruptura.

Palavras-chaves: Potências emergentes. Sul global. Diferenciação estrutural. Estratificação internacional. Hierarquia. Anarquia. Realismo estrutural.

ABSTRACT

This master's thesis aims to contribute to the debate on the rise of countries from the Global South, proposing the study of hierarchical power relations that they entail. In this sense, it questions how structures of material asymmetries act conditioning the behavior of actors throughout the international system. Are the opportunities and constraints deriving such structures specifically varying for different actors? How is this variation related to the possibilities of rise in the Global South? From the answers to these questions, it is hoped to propose an alternative to identify historical episodes of constitution, by countries the Global South, of transformative capacity of their position in the international relations that they operate. Therefore, the work mobilizes a dialogue between the literature on structural differentiation and hierarchy in international relations, as a way of analytically articulate the process of socialization of political and economic structures. This structural dialogue focuses on identifying mechanisms of exclusion that perpetuate materials asymmetries in the international system and the means to their rupture.

Keywords: Emerging powers. Global south. Structural differentiation. International stratification. Hierarchy. Anarchy. Structural realism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Modelo Analítico Estrutural Funcionalista do Sistema Internacional	29
Figura 2 Socialização político-econômica e estratificação internacional.....	49
Figura 3 Configuração organizacional esquemática da economia internacional.....	54
Figura 4 Lógica dos mecanismos de exclusão na economia política internacional.....	55
Figura 5 Mapa de Centralidade de Grau (<i>out-degree</i>) VAX para o ano 1995.....	66
Figura 6 Mapa de Centralidade de Grau (<i>out-degree</i>) VAX para o ano 2000.....	67
Figura 7 Mapa de Centralidade de Grau (<i>out-degree</i>) VAX para o ano 2005.....	67
Figura 8 Mapa de Centralidade de Grau (<i>out-degree</i>) VAX para o ano 2011.....	68
Figura 9 Maiores centralidades <i>eigenvector</i> para VAX (1995 -2011).....	69
Figura 10 Mapa de Centralidade de Grau (<i>out-degree</i>) VLA para o ano 1995.....	70
Figura 11 Mapa de Centralidade de Grau (<i>out-degree</i>) VLA para o ano 2000.....	71
Figura 12 Mapa de Centralidade de Grau (<i>out-degree</i>) VLA para o ano 2005.....	71
Figura 13 Mapa de Centralidade de Grau (<i>out-degree</i>) VLA para o ano 2011.....	72
Figura 14 Maiores centralidades <i>eigenvector</i> para VLA (1995 -2011).....	73
Figura 15 Dilema de Segurança e Conflito Interestatal em Jervis (1978).....	94
Figura 16 Dilema de Segurança em Stag Hunt.....	95
Figura 17 Variabilidade Comportamental Sistêmica no Realismo Estrutural.....	97
Figura 18 Contingenciamento Comportamental em Meios de Interação Institucionalizados.....	114
Figura 19 Contingenciamento Comportamental em Hierarquias Regionais.....	118
Figura 20 Estratégias Hierárquico-Conscientes no Dilema de Segurança.....	123
Figura 21 Redes de interação política internacional e estratégias para potências emergentes.....	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Quadro conceitual de análise estrutural das relações internacionais	37
Quadro 2 Matriz estilizada da rede de Valor Adicionado nas Exportações Estrangeiras	65
Quadro 3 Matriz estilizada da rede de Valor Líquido Adicionado na Demanda Final Estrangeira.....	65
Quadro 4 Sumário de mecanismos de exclusão na esfera da produção e da circulação.....	84
Quadro 5 Sumário de mecanismos de exclusão no controle dos termos nominais de acumulação global.....	89
Quadro 6 Quadro conceitual de análise da agência pela lógica anárquica e hierárquica do sistema internacional	105

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO,,.....	15
2	UM DIÁLOGO ESTRUTURAL ENTRE POLÍTICA E ECONOMIA	21
2.1	Diferenciação e estruturas de assimetria do sistema internacional	19
2.2	Diálogo de assimetrias: formas de diferenciação e socialização entre estruturas	33
2.3	Estratificação: mecanismos de exclusão e processos estruturantes de assimetria.....	40
2.3.1	<i>Socialização e transações sociais entre estruturas de assimetrias políticas e econômicas na formação do sistema internacional</i>	<i>40</i>
2.3.2	<i>Mecanismos de exclusão e processos de estratificação</i>	<i>51</i>
3	ESTRATIFICAÇÃO NA ECONOMIA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA.....	59
3.1	Uma breve história do pensamento sobre a estratificação mundial: o espectro centro-periferia na análise da economia política internacional.....	59
3.2	Produção transnacional, comércio internacional e Cadeias Globais de Valor: estratificação na divisão internacional do trabalho contemporânea?.....	63
3.3	Mecanismos político-econômicos de exclusão e a organização das assimetrias internacionais	76
3.3.1	<i>Mecanismos de exploração transnacional: comércio intrafirma e outsourcing produtivo</i>	<i>76</i>
3.3.2	<i>Represamento de oportunidades na geração, apropriação e reprodução de rendas</i>	<i>79</i>
3.3.3	<i>Acúmulos de oportunidades na esfera da produção e da circulação</i>	<i>82</i>
3.3.4	<i>Represamento de oportunidades no controle da liquidez global no SMI</i>	<i>86</i>
3.3.5	<i>A organização das assimetrias internacionais na economia internacional contemporânea e a socialização econômica do espectro intermediário</i>	<i>91</i>
4	ECONOMIA, POLÍTICA E AGÊNCIA EM POSSIBILIDADES DE EMERGÊNCIAS DO SUL GLOBAL	94

4.1	Estruturas de assimetria e autoridade relacional: anarquia e formas hierarquizadas de interação.....	94
4.1.1	<i>Dilema de segurança e a operação da estrutura distribucional de poder na anarquia</i>	95
4.1.2	<i>Poder além da balança: formas hierarquizadas de poder em meio à anarquia.....</i>	100
4.2	Onde a estrutura encontra a agência: o nível de interação e os meios de interação .	107
4.2.1	<i>Meios de interação como lugares do padrão de socialização dos agentes</i>	108
4.2.2	<i>O Sul Global e os meios regionais e institucionalizados de interação</i>	111
4.3	Estratégias “hierárquico-conscientes” de gestão da estruturação de assimetrias sistêmicas.....	114
4.3.1	<i>Gestão política da estratificação global: cooperação horizontal e barganha vertical.</i>	114
4.3.2	Mobilização econômica da estratificação regional: <i>bonding, binding e bridging</i> ...	118
4.3.3	Estratégias “hierárquico-conscientes”, potências emergentes e o dilema de segurança no Sul Global.....	123
5	Considerações Finais: episódios de emergencia como transição hierárquica.....	127
	REFERÊNCIAS.....	130

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação busca contribuir para o debate em desenvolvimento sobre a emergência de países do Sul Global, a partir do estudo das relações de poder hierarquizadas em que esses países estão inseridos. Para tanto, o trabalho busca discutir a variação das condições materiais de agência e de socialização ao largo do espectro de realidades do sistema internacional, em especial, sua operação sobre os esforços de ascensão política e material da periferia. A história intelectual do Terceiro Mundo, em grande medida, se identifica com a problematização de seu lugar no complexo de relações globais e as possibilidades de transformação de sua realidade sócio-histórica. A própria definição conceitual das categorias que buscam caracterizar as assimetrias internacionais – como periferia, Terceiro Mundo, Sul Global – ilustra a trajetória desse pensamento¹. Na América Latina, o papel do internacional na construção do subdesenvolvimento e no condicionamento de sua superação esteve no centro do debate intelectual formativo de suas ciências sociais (PREBISCH, 1949, 1966, FURTADO, 2005, TAVARES, 1972, CARDOSO; FALETTO, 1977). Em específico, as condições de empoderamento político internacional, em torno dos conceitos de autonomia e dependência, se imiscuem com a própria formação do pensamento sobre as relações internacionais no continente². Contudo, tal debate foi pouco incorporado ao centro da produção de conhecimento da disciplina e, ao mesmo tempo, distanciou-se da evolução do debate teórico que se formava nas relações internacionais nele produzida³.

O contexto interacional associado à débâcle da bipolaridade ocasionou a emergência de perspectivas pluralistas do sistema internacional no centro da disciplina, em oposição à “anarcofilia” e ao “Estadocentrismo” do então predominante debate “neo-neo” (WAEVER, 1993, BUZAN; LITTLE, 2000, 2001). Nesse movimento, a análise da política internacional incorporava transformações ocorridas no pensamento social contemporâneo. Ganharam vozes as perspectivas subalternas e pós-colonialistas, bem como a crítica da separação epistemológica entre sujeito e objeto na produção do conhecimento (SAID, 1993, SANTOS; MENEZES, 2010, ACHARYA, 2011, WALKER, 1993). Sob a inspiração do realismo

¹ O capítulo 2 adentra mais especificamente na categorização da estratificação global, especialmente na articulação entre o espectro Centro-Periferia e a noção de Norte e Sul Global.

² Esse elemento é presente tanto em proponentes e pensadores da política externa como Jaguaribe (2013), Puig (1980) e Escudé (1998), como recorrente na análise da política externa dos países, como em Moura (2012), Lima (2013) Cervo (2008) e Hurrell (2013b).

³ Nos termos de Tickner (2003, 2013), em referência aos mecanismos que tornam periférico no debate disciplinar das relações internacionais o conhecimento produzido fora da academia estadunidense.

crítico⁴, a estrutura ganha nova relevância analítica pelo construtivismo social, porém indissociável de seus agentes enquanto especificidade temporal e normativa (WENDT, 1987, 1999, ONUF, 1989). Como um movimento geral, o chamado quarto debate das relações internacionais se eleva como desafio à autonomia analítica de estruturas materiais da política internacional, destinado a matizar os distintos condicionantes do comportamento de seus agentes.

Ainda assim, o pluralismo do quarto debate interno à teoria de relações internacionais não a imuniza de críticas às suas limitações em absorver as transformações da política internacional do pós-Guerra Fria. Se, por um lado, o concerto de grandes potências da década de 1990 lograva explicar a relevância da contingência histórica das ideias e das percepções sobre os resultados políticos⁵, por outro, se engendravam transformações cujo lastro residia em transações fundamentalmente materiais e mais complexas que a conjunção de polos de poder. Entre 1990 e 2008, o mundo assistiu a uma forte mudança na geografia econômica, não apenas da produção e circulação, mas também da acumulação de riqueza ao redor do sistema, ilustrado pelos múltiplos acrônimos emergentes do sistema financeiro (O'NEILL, 2001, 2003, 2005). Ao mesmo tempo, vozes do Sul Global foram incorporadas na política internacional, não a convite, mas em litígio pelas condições políticas de continuidade do seu processo de ascensão material (HURRELL, 2006, 2013a).

O ganho de influência sobre os resultados e processos políticos do sistema internacional de atores como Brasil e Índia erige anomalias à teoria de relações internacionais. De forma mais imediata, seus desdobramentos escapavam a capacidade explicativa da continuada indefinição da polaridade sistêmica nas últimas décadas⁶, a qual tolhia da estrutura posicional *Waltziana* sua esperada predição de resultados políticos (SCHWELLER, 2010a, 2011, 2014). Ainda assim, os processos que constituem a influência desses atores parecem diretamente relacionados a mudanças nos padrões de transações sociais e econômicas ao redor do sistema (HURRELL, 2006, COOPER *et al*, 2007, LIMA, 2010). Dessa forma, ao passo que as potências emergentes infligiam um desafio preditivo ao materialismo do realismo

⁴ Perspectiva filosófica inaugurada em *A Realist Theory of Science*, de Roy Bhaskar (2008), como crítica mútua ao relativismo científico do pós-modernismo, o positivismo metodológico e o reducionismo estruturalista. O capítulo 2 desse trabalho explora um pouco mais as contribuições, já incorporadas, ou não, dessa tradição à teoria das relações internacionais.

⁵ Para detalhamento e evidências do argumento, ver Hurrell e Woods (1999).

⁶ Para sumário do debate sobre a polaridade contemporânea, ver: Waltz (1993), Layne (2009, 2012) e Brooks e Wohlforth (2008).

estrutural, elas erguem uma cautela aos limites de qualquer reducionismo cultural⁷ na sua explicação.

Nesse sentido, o presente trabalho questiona como estruturas de assimetria material atuam sobre o comportamento de distintos atores do sistema internacional. As oportunidades e constrangimentos de tais estruturas materiais se manifestam especificamente para distintos atores? Como essa variação se articula com as possibilidades de emergência de países do Sul Global? A partir da resposta a essas perguntas, busca-se propor um caminho para identificar episódios históricos de constituição, por parte de países do Sul Global, de capacidade transformativa de sua posição nas relações internacionais em que se inserem. Para tanto, busca-se pôr em diálogo a literatura sobre diferenciação estrutural e hierarquia nas relações internacionais, como modo de articular analiticamente o processo de socialização entre estruturas políticas e econômicas. Desse diálogo estrutural, pretende-se compreender os mecanismos de exclusão que perpetuam assimetrias materiais no sistema internacional e os meios instrumentalizáveis para sua ruptura.

A literatura sobre diferenciação estrutural nas relações internacionais tem emergido de uma busca pelo progresso teórico na perspectiva estruturalista das relações internacionais, de modo a desvendar a segunda camada da estrutura *Waltziana*: a indiferenciação funcional dos Estados no sistema (RUGGIE, 1983, BUZAN; JONES; LITTLE; 1993; BUZAN; LITTLE, 2000). O debate sobre diferenciação estrutural busca articular analiticamente as disposições distribucionais do sistema e as formas organizacionais que em que seus agentes se engajam em sua constituição (ALBERT, BUZAN, ZÜRN, 2013). Busca-se, nessa literatura, deslocar o foco da análise da distribuição de recursos de poder, em si, para sua relação com as formas de diferenciação que emergem da interação entre os atores, é dizer, a estrutura em que eles organizam as assimetrias distribucionais de seus empreendimentos sociais.

Conecta-se ao debate sobre a coexistência de distintas estruturas de diferenciação organizando as assimetrias no sistema, a ponderação sobre a eficácia analítica e a efetividade da anarquia como princípio ordenador das dinâmicas políticas sistêmicas, em torno das possibilidades de estudo das relações hierárquicas da política mundial (LAKE, 2009a, HOBSON, 2014, DONNELLY, 2009, 2015, BIALLY-MATTERN; ZARAKOL, 2015). Bially-Mattern e Zarakol (2015) apresentam três lógicas de compreensão da hierarquia: a que observa as *posições* relativas dos agentes em suas estruturas sociais, a que enfoca as *relações de produção* dessas posições e a que engloba as barganhas funcionais de autoridade relacional

⁷ Nos termos de Goddard e Nexon (2005, p. 43).

que permeiam agência entre ambas as anteriores. Acredita-se, que o estudo da diferenciação estrutural nas relações internacionais permite estabelecer uma linguagem que intersecta essas três lógicas para a compreensão das potências emergentes.

O deslocamento do foco da análise para a forma como os agentes diferenciam-se entre si na produção de seu todo social e organizam a apropriação dos recursos nele gerados insere hierarquia à dinâmica constitutiva da estática posicional que comanda a anarquia no realismo *Waltziano*. Em outras palavras, mesmo admitindo-se a premência da distribuição de poder na organização das relações políticas na ausência de Estado mundial, acredita-se que são relações funcionalmente diferenciadas que o constituem. Assim, o trabalho busca sustentar a teoricamente a hipótese de que a interação entre a dinâmica de **organização da produção** de assimetrias materiais do sistema (*formas de diferenciação*), a **estática posicional** dela derivada (*estrutura distribucional*) e as relações de **autoridade relacional** que lhes permeiam permite entender o nexa agência-estrutura em que se constituem as potências emergentes do Sul Global. Decorre disso a busca de fundamentar que o estudo das relações de poder hierarquizadas – que emergem da interação entre formas de diferenciação e distribuição de poder – oferece um meio para compreender: as dinâmicas transformativas operantes no sistema; a variabilidade de sua operação estrutural para distintos agentes do sistema; e, em específico, as condições de potências do Sul Global lidarem com as assimetrias em que estão inseridas e adquirem capacidade transformativa sobre elas.

O capítulo que sucede a esta introdução se insere especificamente no estudo da convergência entre o funcionamento de estruturas políticas e econômicas sobre o sistema internacional. Por meio das ferramentas analíticas da literatura sobre diferenciação estrutural, objetiva-se compreender o modo como a estrutura funcionalmente diferenciada das transações econômicas se integra com as interações socialmente segmentadas da política internacional, na produção de uma estrutura político-econômica estratificada com efeitos sobre os processos políticos e econômicos que a constituem. Nesse sentido, serão mobilizados na obra de Tilly (1998, 2003, 2005) sobre processos sociais de estratificação material, os mecanismos político-econômicos de exclusão que estruturam as assimetrias de recursos no sistema internacional. Tal arcabouço analítico, desde a sociologia da “política contenciosa”⁸, tem sido particularmente subaproveitado em seu potencial para a análise da materialidade social do conflito e da cooperação política nas relações internacionais.

⁸ Nos termos definidos por Tilly (ALONSO; GUIMARÃES, 2004, p. 292)

O capítulo 3 busca problematizar a efetividade desses mecanismos de exclusão em transações econômicas internacionais. Nesse sentido, a fim de identificar tais mecanismos, busca-se recuperar a trajetória do pensamento sobre a estratificação da economia internacional e os desafios analíticos a ele impostos pelas transformações das relações internacionais de produção, circulação e acumulação de riquezas. A partir desse debate, espera-se especificar o funcionamento de tais mecanismos associados à reprodução das desigualdades materiais ao largo do sistema. Nesse ponto, o conceito de *rendas* como retorno advindo do gerenciamento político da escassez e do acesso a recursos - em Schumpeter (1961), Kaplinsky (2005) e Lees (2013, 2013) - ajuda a traduzir os mecanismos de exclusão em Tilly (1998, 2003, 2005) para a economia internacional contemporânea. O capítulo segue, então, para discutir a socialização específica à qual os países do Sul Global estão submetidos por meio de tal interação entre estruturas distribucionais e de diferenciação.

O terceiro capítulo que segue esta introdução atenta para os constrangimentos e oportunidades políticas derivadas da estratificação político-econômica do sistema internacional e para as possibilidades de agência desde o Sul Global. Assim, o capítulo revisa a literatura sobre poder e relações hierarquizadas na política internacional em busca de formas de interação que permitam a tais atores lidar com os mecanismos que reforçam sua assimetria material em relação ao Norte. Logo, busca-se compreender o modo pelo qual tal agência pode ser efetivada em termos de uma ruptura com suas estruturas de assimetria, por meio de estratégias hierárquico-conscientes em meios de interação propícios. Por fim, conclui-se com a sistematização das possibilidades de emergência do Sul Global em torno do conceito de transição hierárquica, como aquisição de condições de um país, ou grupo de países, influenciar os processos políticos estruturantes da distribuição assimétrica de poder material no sistema.

As considerações finais retomam e explicitam a relação do diálogo entre a estrutura funcionalmente diferenciada das transações econômicas e a segmentação da política interestatal com o processo de estratificação Norte-Sul do sistema internacional, bem como como as decorrentes condições de emergência desde o Sul Global. Além disso, exploram-se as limitações e possíveis desdobramentos do trabalho desenvolvido. Nesse ponto, vale ressaltar que não se pretende estabelecer condições invariáveis, necessárias e suficientes, para evidenciar a emergência de um país periférico, mas sim um espectro teórico de variação de seus episódios. Busca-se contribuir para suprir o desafio teórico levantado pelas potências emergentes do Sul Global, propondo o estudo da variabilidade de seus episódios concretos

como respostas no nível da agência às oportunidades e constrangimentos estruturais a que estão submetidos. No sentido de Tilly (1984), o que se busca é, ao final deste trabalho, haver delineado, desde os mecanismos de exclusão que estruturam assimetria de recursos do sistema, dimensões para o estudo das formas e expressões políticas de episódios de emergência desde o Sul Global contemporâneo, em torno do conceito de transição hierárquica.

2 UM DIÁLOGO ESTRUTURAL ENTRE POLÍTICA E ECONOMIA

A dificuldade da disciplina de relações internacionais em congregar analiticamente a operação combinada de condicionantes políticos e econômicos sobre seus fenômenos com a devida parcimônia metodológica, que se afaste dos reducionismos, da ideografia ou da argumentação *ad hoc*, esteve na gênese da literatura sobre a economia política internacional e mantém-se como desafio ao avanço teórico da disciplina (STRANGE, 1970, HALLIDAY, 1994, BUZAN; LITTLE, 2001, LAWSON; SHILLIAM, 2010). A economia política internacional, na forma majoritariamente formulada e produzida nos Estados Unidos da América (EUA), dedicou-se à compreensão dos impactos da existência de soberanias segmentadas sobre o funcionamento do mercado mundial, predominantemente em termos de falhas de mercado (COHEN, 2008). Mesmo na tradição britânica, com maior atenção à relação orgânica entre economia e política, as transações econômicas não são concebidas como uma estrutura da política internacional e, sim, o contrário, as condições políticas que a barganha interestatal infligia à dinâmica dos mercados eram vistas como uma estrutura da economia internacional (STRANGE, 1989).

Assim, a tradição anglo-saxônica da economia política internacional ora endogeneiza a economia internacional à política internacional, ora limita a política a um instrumento para análises de caráter econômico. A economia política de corte marxista e sua leitura funcionalista em Wallerstein (1974, 1979, 1996), por sua vez, trilham o caminho oposto e concebem a política internacional como um epifenômeno do todo social emergente das relações econômicas mundiais. Dessa forma, a compreensão das estruturas econômicas e políticas de maneira discreta, sem reduzir uma à outra, é algo de que a disciplina é carente em sua literatura teórica.

O presente capítulo busca uma maneira sistemática de compreender a interação entre a operação de estruturas econômicas e políticas no condicionamento da agência estatal no sistema internacional. Nesse sentido, tem-se como intenção principal propor uma abordagem relacional de diferenciação e distribuição estrutural da interação entre formas de assimetrias internacionais de natureza política e econômica, assim como, os processos que as engendram. A primeira seção do capítulo aborda o lugar da diferenciação na teoria de relações internacionais e as possibilidades de seu aprimoramento, especialmente pela crítica à leitura estrutural funcionalista do Sistema Internacional fundada em Waltz (1979). A segunda seção busca delimitar as potencialidades analíticas do quadro conceitual de diferenciação estrutural

como linguagem para compreender e caracterizar a socialização configurada entre estruturas de assimetria, assim como a hierarquia que a permeia. Por fim, a última seção deste capítulo caracteriza os nexos de socialização emergentes de transações sociais internacionais de natureza política e econômica, assim como, os efeitos estruturais de diferenciação e distribuição que se impõem sobre a viabilidade de agência transformativa no Sul Global.

2.1 Diferenciação e estruturas de assimetria do sistema internacional

A relevância da teorização sobre a forma de diferenciação organizadora das unidades em interação nas relações entre Estados ganha projeção central nas relações internacionais a partir da obra *Theory of International Politics* de Kenneth Waltz (1979). Dois fundamentos teóricos que alicerçam tal trabalho concedem à diferenciação lugar explicativo central, a sociologia estrutural-funcionalista e a economia de mercado (LAWSON; SHILLIAM, 2010). Waltz (1979) parte da concepção de diferenciação em Durkheim (1997), como forma de organização da divisão de trabalho de uma sociedade, para delimitar a particularidade do sistema internacional e a operação de sua estrutura (RUGGIE, 1983, BARKDULL, 1995). Para o autor, a forma de diferenciação do sistema internacional seria segmentada, pois uma divisão funcional do trabalho não seria possível entre Estados, uma vez que nenhuma força além da sua própria garante sua sobrevivência e tal tarefa seria a única possível. Em meio à sua indiferenciação funcional, a estrutura distributiva de capacidades de coerção torna-se a baliza dos comportamentos sistêmicos (WALTZ, 1979). O corolário da indiferenciação funcional das unidades no sistema internacional, em Waltz (1979, p. 71), é uma anarquia assimétrica em que o exercício efetivo do poder limita-se a um pequeno grupo de unidades capazes de determinar a sobrevivência das demais, tal qual em um mercado monopolista.

Paradoxalmente, o lugar teórico da diferenciação no arcabouço neorrealista, inaugurado nesses termos, reside em sua negação dotada de um caráter axiomático, o qual termina por identificar na polaridade – distribuição de capacidade de coerção – a explicação dos fenômenos da política internacional. Na esteira da indiferenciação como padrão de diferenciação estrutural, tentativas de mensuração da polaridade sistêmica absorveram parte relevante dos esforços intelectuais da disciplina nas últimas décadas (TELLIS et al, 2000, MEARSHEIMER, 2001, BROOKS; WOHLFORTH, 2008, LAYNE, 2009, 2012). Estudos de contabilidade do potencial ofensivo de retaliação e de coerção militar, das condições de aquisição de recursos para sustentar tal poderio e as tendências estatísticas de seus

determinantes empenharam-se em definir a fotografia de uma distribuição de poder em movimento desde o fim da bipolaridade⁹. O resultado disso é que as relações internacionais foram alijadas do elemento preditivo de sua principal teoria, no sentido de que a tanto estrutura distribucional do sistema permanece analiticamente disputada, quanto os efeitos das possíveis polaridades existentes carecem de teorização consolidada.

Nesse contexto, os axiomas que delimitam a estrutura em Waltz (1979) passam a ser rediscutidos de modo a compreender os processos sociais que conformam a operação de sua estrutura explicativa da política internacional. Em especial, o questionamento da validade da díade *anarquia-indiferenciação funcional* como princípio estruturante da política internacional, a partir de distintas perspectivas teóricas - que pautou parte do esforço de aprimoramento analítico do realismo estrutural (RUGGIE, 1983, KEOHANE et al, 1986, BUZAN; JONES; LITTLE, 1993, GODDARD; NEXON, 2005) - ganha nova repercussão centrada no debate sobre diferenciação estrutural (DONNELLY, 2009, 2015, ALBERT; BUZAN; ZÜRN, 2013). Esta seção repercute esse debate em busca de encontrar, na análise sobre padrões de diferenciação, o canal de diálogo entre as estruturas políticas e econômicas internacionais.

O trabalho de John G. Ruggie (1983) foi um dos primeiros a tentar avançar o entendimento da estrutura de Waltz (1979) e o faz explorando o caráter funcionalista de sua definição a partir de Durkheim. Para Ruggie (1983, p. 262), o trabalho de Waltz (1979) logra identificar a *forma de associação* específica do sistema internacional e suas consequências sociais imediatas. Assim, segundo o autor, a estrutura *Waltziana* buscaria sua lógica generativa, de auto-reprodução, na própria díade anarquia-indiferenciação funcional, segundo a qual a inexistência de garantia institucional da sobrevivência das unidades incentiva a que elas não busquem especialização funcional e reproduzam o sistema como tal (RUGGIE, 1983, p. 266). O empenho de Waltz (1979) em construir um caráter generativo à estrutura internacional, segundo Ruggie (1983, p. 267-272), encontra solução, portanto, na hierarquização causal de seus elementos estruturais de *diferenciação e distribuição*. A anarquia, fenômeno de diferenciação estrutural, residiria na profundidade da estrutura sistêmica, como a “textura constante” dos eventos da política internacional, e a distribuição de capacidade na superfície causal de tais fenômenos.

⁹ Referencialmente teorizada no trabalho de Waltz (1979).

Para Ruggie (1983, p. 273-275), a consequência de tal construção é que a teoria *Waltziana* se abstém da compreensão crítica dos determinantes de sua estrutura profunda e aparente. Nas palavras do autor:

*If anarchy tell us that the political system is a segmental realm, differentiation tell us **on what basis** the segmentation is determined. The second component of structure [diferenciação], therefore, does not drop out; it stays in, and serves as an exceedingly important source of structural variation.* (RUGGIE, 1983, p. 274, grifos no original)¹⁰

Dois aspectos emergem da problematização de Ruggie. Em primeiro lugar, a díade anarquia-indiferenciação funcional como axioma é questionada e passa a ser problematizada como um fenômeno historicamente construído. Em segundo lugar, a variável de diferenciação é reintegrada à compreensão da estrutura internacional, não como corolário da anarquia, mas como seu elemento constitutivo, o que permite compreendê-la como tal, indiferenciada e segmentada, assim como seu processo de reprodução e transformação. Para Ruggie (1983), o âmbito da diferenciação possuiria caráter generativo na estrutura do sistema internacional e seria *locus* analítico para captar mudanças em sua “estrutura profunda”. Empiricamente, a força motriz da diferenciação seria o progressivo volume de transações sociais entre atores estatais e não estatais do sistema que, sob o conceito de *densidade dinâmica*, modificaria as condições de organização do sistema (RUGGIE, 1983, p. 275).

Buzan, Jones e Little (1993) dão sequência à discussão de Ruggie (1983) em busca de sistematizar sua contribuição ao Realismo estrutural, por meio da introdução de conceitos que buscam atribuir variabilidade histórica e espacial à operação do sistema internacional. Nesse sentido, além da distinção entre a “estrutura profunda” de diferenciação que caracteriza a anarquia e da “estrutura superficial” distribucional que rege os comportamentos em meio a ela, os autores dividem o nível da unidade quanto a sua profundidade social, entre os atributos que ela possui em função de si mesma (i.e. regime político e capacidades) e aqueles construídos em interação com outros atores (i.e. formação de alianças, percepção de ameaças e alter-identificação). Se a análise da variação nos padrões temporais e espaciais da interação entre as unidades torna-se possível pela análise das transações sociais específicas que determinam certo comportamento coletivo, tal “viagem” não é possível em relação ao sistema como um todo. Dessa forma, a dinâmica da diferenciação propriamente sistêmica e estrutural

¹⁰ “Se anarquia nos diz que o sistema político é um domínio segmentado, diferenciação nos diz **em que base** tal segmentação é determinada. O segundo componente da estrutura, portanto, não é excluído da análise: ele se mantém e serve como uma fonte extremamente relevante de variação estrutural. (Tradução nossa)

precisaria ir além do arcabouço conceitual do neorrealismo (BUZAN; JONES; LITTLE, 1993, p. 38-43).

A contribuição dos autores em busca de tal aprimoramento se expressa em dois conceitos: *setores* e *capacidade de interação*. A partir da concepção *braudeliana*¹¹ de setores sociais, os autores argumentam que qualquer todo social, inclusive o das relações internacionais, possui dimensões coerentes de estudo que devem pautar sua análise (BUZAN; JONES; LITTLE, 1993, p. 18-19). Os autores exemplificam que a ontologia das relações militares não é idêntica à das políticas e, tampouco, ambas o são frente às relações econômicas ou societárias (BUZAN; JONES; LITTLE, 1993, p. 20). Todas elas incorporam distintos princípios de organização e unidades de análise, ainda que estejam faticamente, imiscuídas. Assim, os setores compreenderiam um recorte vertical do sistema que particularizaria os níveis de análise como um aspecto específico e coerente da complexidade de relações internacionais estudadas.

Para Buzan, Little e Jones (1993, p. 41), a *densidade dinâmica* do sistema, a intensidade e velocidade de suas interações sociais, se manifestaria em um *terceiro nível* de análise sistêmica, dimensionado em sua *capacidade de interação*. Tal capacidade seria função do *ambiente normativo* e dos *meios tecnológicos* que contingenciam o condicionamento da estrutura sob a *interação dos agentes* em um dado período do tempo. Desse modo, a capacidade de interação do sistema congregaria a dinâmica motriz de diferenciação do sistema em sua historicidade, cujas manifestações específicas seriam absorvidas em distintas formas e medidas nas distintas estruturas e unidades dos setores das relações internacionais (BUZAN; ALBERT, 2010, p. 325).

A partir dessa reflexão, os autores conduzem a diferenciação a um papel analítico central da compreensão não apenas da dinâmica de sua reprodução e da transformação sistêmica, ao abrir um rico caminho para a análise histórica, mas também da operação estática de sua estrutura quanto a fenômenos de natureza distinta (BUZAN; JONES; LITTLE, 1993). Em Buzan e Little (2000), esse arcabouço é empiricamente operacionalizado em uma longa análise da história dos sistemas internacionais. Em Buzan e Waever (2003), esse legado teórico é empregado para compreender as especificidades territoriais da segurança internacional, concatenando o mesmo arcabouço com a teoria da securitização. No entanto, sua conciliação com o debate teórico próprio ao conceito de diferenciação na teoria das relações internacionais só ganharia dimensão alguns anos depois.

Em paralelo, os alicerces sociológicos da obra de Waltz (1979) seguiram sendo problematizados na literatura. Barkdull (1995) aprofunda o inquérito de Ruggie (1983) sobre tal fundamento em Durkheim (1997). Para o autor, o realismo estrutural é virtuoso em problematizar a particularidade do sistema internacional e os limites de elevar a *densidade dinâmica* ao mesmo papel explicativo da mudança sistêmica que desempenha na sociologia funcionalista, como Ruggie (1983) sugere. Barkdull (1995, p. 672-674) argumenta que a transição entre formas sociais, da solidariedade mecânica à orgânica, é um fenômeno moral, materialmente calcado na diferenciação funcional, mas que presume a obliteração dos segmentos sociais que pautam as relações de alteridade precedentes. Em outras palavras, nessa perspectiva, a efetividade da interdependência funcional como veículo da mudança estrutural e do progresso moral nas relações internacionais teria de estar empiricamente pré-condicionada pela dissolução do sistema de Estados nacionais em troca de um governo mundial¹².

Conquanto conceda que a interdependência seja incapaz de produzir progresso moral sem que dissolva a forma de organização segmentada do sistema (WALTZ, 1986, p. 328, 2000, p. 14-18), Barkdull (1995) identifica que Waltz traz, em sua leitura de Durkheim, uma séria limitação explicativa à sua própria teoria. Tal limitação decorreria da reconhecida identidade estabelecida pelo autor (WALTZ, 1979) entre anarquia e solidariedade mecânica em contraste com hierarquia e solidariedade orgânica. Segundo Barkdull (1995, p. 674-6), a forma social da solidariedade, seja ela mecânica ou orgânica, é um fenômeno moral advindo da estrutura de diferenciação de uma sociedade, mas não necessariamente associado ao seu padrão de ordem, seja anárquico ou hierárquico.

Para Barkdull (1995, p. 675), por exemplo, ao passo que a segmentação da política internacional limita o progresso moral do sistema, a economia global apresenta traços de uma *anarquia orgânica*, em que os efeitos da diferenciação funcional se manifestam em laços de dependência entre grupos sociais de caráter transnacional¹³. Assim, a mesma anarquia que promove indiferenciação entre as funções que os Estados poderiam executar na política internacional seria propícia à progressiva e dinâmica diferenciação econômica entre os espaços que correspondem à tal segmentação política. As implicações combinadas entre essas

¹¹ Para compreensão da definição original, ver Braudel (1985, p. 17).

¹² De certo modo, esse argumento é compatível com a perspectiva de Walker (1993) sobre o peso da modernidade nas transformações morais e valorativas da política internacional.

¹³ As teorias do imperialismo e do Estado transnacional organizam sua argumentação em torno dessa perspectiva. Para maiores detalhes, ver debate sobre os “impérios transnacionais” em Strange (1989), sobre a

estruturas de diferenciação serão discutidas mais adiante neste trabalho. Por hora, a principal contribuição do inquérito de Barkdull (1995) é romper internamente a díade anarquia-indiferenciação funcional em Waltz (1979), apontando para a possibilidade de distintas formas de diferenciação conviverem com variadas formas de interação social e ordem política.

Goddard e Nexon (2005), por sua vez, demonstram como a coerência metodológica de Waltz (1979) é suficiente para justificar as críticas apontadas, ao mesmo tempo em que fornecem um caminho para seu aprimoramento. Seguindo o estrutural-funcionalismo derivado de Talcott Parsons (1967), o realismo *Waltziano* estaria pautado na busca de uma explicação não reducionista dos padrões e recorrências da política internacional, por meio da identificação dos processos pelos quais o sistema seleciona comportamentos coerentes ou incoerentes com os incentivos que emanam da sua estrutura organizacional (GODDARD; NEXON, 2005, p. 18-22).

Tal seleção de comportamento não advém de qualquer atributo *a priori* da estrutura ou das unidades, mas é emergente de sua interação social, decorre de que as unidades se definem e se comportam em função umas das outras (WALTZ, 1979, p. 74-76, GODDARD; NEXON, 2005, p. 22-25). Assim, do todo formado pela socialização entre as unidades e a estrutura sistêmica, emana a expectativa de certos comportamentos funcionais (*role expectations*), mais especificamente, aqueles coerentes com o percurso lógico que segue da anarquia ao auto-interesse (*self-help*), mediado pela indiferenciação funcional. Sempre que não houver garantia da sobrevivência das unidades por forças superiores, os incentivos para que os atores não busquem outro interesse que o da sua existência seriam muito baixos (WALTZ, 1979, p. 76-77).

Goddard e Nexon (2005, p. 26-29) localizam na particularidade desses processos de seleção de comportamentos internos ao sistema internacional, o motivo para considerá-lo um sistema social anormalmente autônomo. Em outras palavras, a lógica de que a punição a quaisquer tentativas de diferenciação funcional e ruptura da anarquia, oriundas das unidades, seja sua extinção é o que permite conceber tamanha autonomia analítica ao sistema internacional. Portanto, a construção de hierarquia e diferenciação funcional desviante da expectativa estrutural de indiferenciação seria um fenômeno idiossincrático das unidades e que teria de lidar com fortes custos advindos do sistema (HUI, 2004, GODDARD; NEXON,

2005, p. 28, IKENBERRY; MASTANDUNO; WOHLFORTH, 2011). Dessa forma, diferentemente de outros sistemas sociais, o sistema internacional seria capaz fornecer, em si mesmo, uma explicação tanto para a sua reprodução quanto para sua ruptura.

Contudo, Goddard e Nexon (2005) ponderam que a heurística explicativa da mudança e da deturpação das expectativas comportamentais (“*role strain*”) no estrutural-funcionalismo, em geral, está associada à interação entre sistemas que possuem em suas unidades um mesmo referente real. Ou seja, na análise sociológica, negar que uma mesma unidade esteja sob imperativos de mais de uma estrutura de incentivos gera o risco de tratar os fenômenos sociais como autômatos de estímulo-resposta (GODDARD; NEXON, 2005, p. 17). A título de exemplo, a virada institucionalista da teoria econômica consistiu em agregar os incentivos oriundos das regras que regem a interação nos mercados àqueles oriundos dos próprios padrões de concorrência entre firmas (NORTH, 1990, RODRICK, 2003, ACEMOGLU; ROBINSON, 2012), em que Waltz (1979) busca inspiração. Em outras palavras, uma possibilidade de progresso analítico para teorias funcionalistas seria endogeneizar ao modelo variáveis explicativas oriundas de outros sistemas, porém, mantendo a discrição entre suas estruturas.

Para Waltz (1979, 1986), porém, toda a fonte de desvio seria oriunda do nível doméstico, em si, o único outro sistema afetando analiticamente o sistema internacional. Consequência disso é que, seja qual for a natureza do desvio comportamental - seja ela uma mudança cultural, econômica, climática – a análise do “*role strain*” pode apenas ser idiograficamente explicada por variáveis *ad hoc*. Apesar de construir uma parcimoniosa introdução da contingência histórica na análise (GODDARD; NEXON, 2005, p. 37), a solução de Waltz lega um caráter ateuórico, em seus próprios termos, à explicação do desvio funcional do sistema. Ao explicar os fenômenos pela substância imutável de seu sistema, Waltz torna-se dependente de “choques externos” para explicar a mudança (JACKSON; NEXON, 1999). Assim, Goddard e Nexon (2005) retomam a necessidade de compreender as fontes da variação comportamental, a partir de outras estruturas sociais.

Incorporando a crítica ao materialismo *Waltziano*, os autores propõem a sistematização da *cultura política internacional* como estruturante do comportamento das unidades (GODDARD; NEXON, 2005, 42-47) Desse modo, os padrões de distribuição de legitimidade e autoridade no sistema interagiriam com os incentivos da anarquia e da distribuição de poder, moldando os fenômenos da política internacional (GODDARD; NEXON, 2005, p 46-47). Ainda que contrarie a perspectiva de Waltz (1979) sobre a

relevância de outras estruturas sociais na explicação da política internacional, sua adição, segundo os autores, dentro dos devidos requisitos metodológicos, não seria incompatível com a teoria social que organiza o realismo estrutural.

Em um mesmo sentido, pondera-se nesse trabalho se a interação entre os valores e normas do sistema com a distribuição anárquica de capacidades coercitivas poderia ser explicada autonomamente, a despeito de outras estruturas materiais. Buzan, Little e Jones (1993, p. 32-37) argumentam que o conceito de *distribuição de poder* como distribuição de *capacidades agregadas* de os Estados garantem sua sobrevivência ofusca a relevância específica das assimetrias que efetivamente compõe tais capacidades. Por mais que Waltz (1979, p.129-130) logre construir uma definição relacional e social de poder, no sentido de Dahl (1957), sua concepção termina por ser de difícil operacionalização e dependente de um agregado distribucional de uma gama de outros atributos (1979, p.131). Assim, defendem os autores, a compreensão da distribuição de poder é constituída por diversos padrões de distribuição, entre os quais as *capacidades econômicas* são o candidato mais imediato (BUZAN; JONES; LITTLE, 1993, p. 33-34).

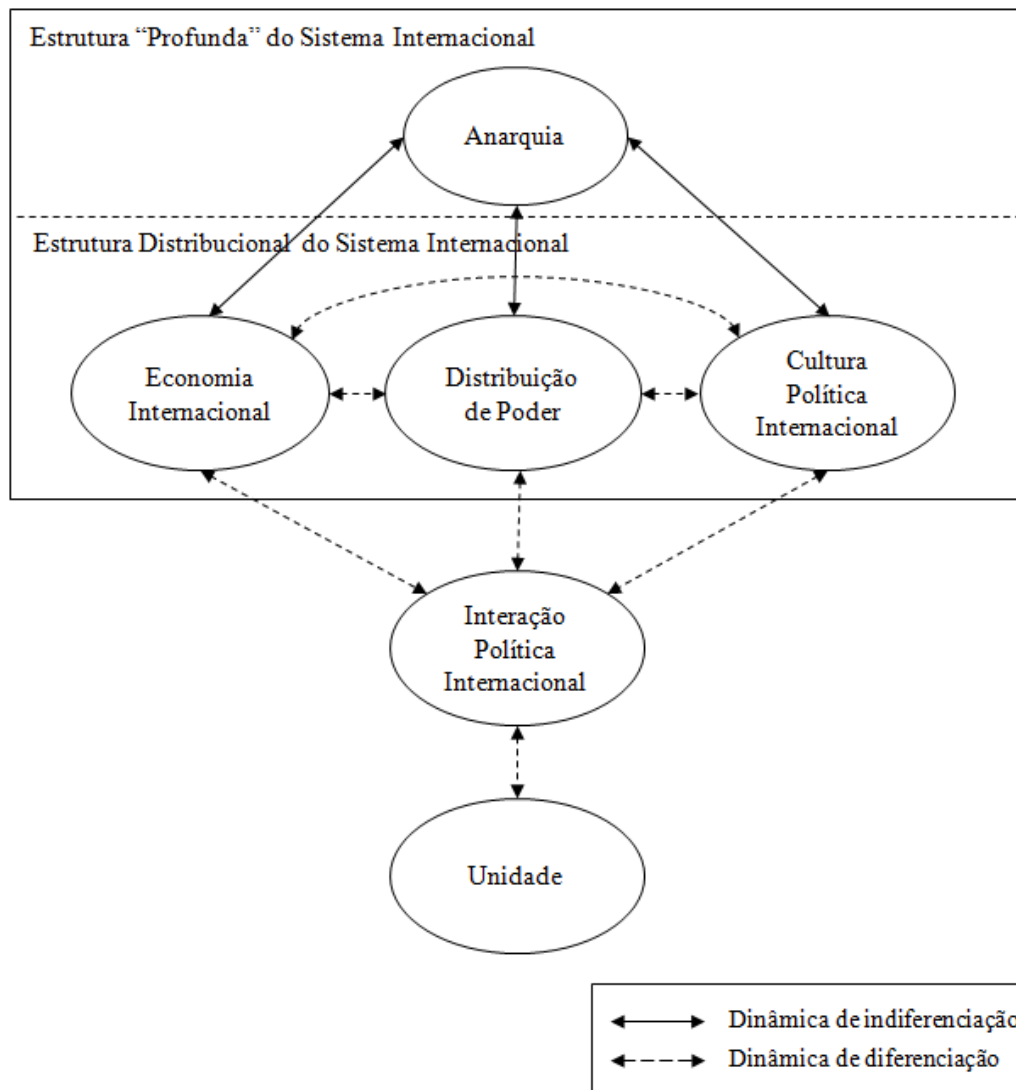
Ainda que Waltz (1979, 1986, 2001) tenha se dedicado veementemente a negar que variações no nível de interdependência possuam um efeito necessário e direto sobre padrões cooperação-conflito, o autor admite que laços sociais de dependência material produzam maior *superfície de contato* entre as unidades. Da mesma forma, Waltz (1993, p. 50-61) concede a existência de um descompasso entre processos econômicos e de distribuição de poder ao projetar as transformações sistêmicas no pós Guerra Fria. Portanto, é sustentado inferir que tanto amalgamar estrutura distribucional econômica em um agregado de capacidades, quanto deixar o estudo dos efeitos dessa maior densidade relacional produzida pela interdependência material sobre padrões de alteridade, produzam limitações analíticas ao realismo estrutural.

Schmitt (2007), por exemplo, concebe a política como o fenômeno social de constituição de relações de alteridade do tipo amizade ou inimizade, em que a última identifica o “outro” como capaz de suprimir “sua” existência, de maneira compatível com a teoria *Waltziana*. Ainda que Schmitt (2007) atribua à política uma natureza própria, que subverte a lógica econômica e racional de perdas e ganhos da vida social, a concepção que a disciplina de economia tem de si mesma parece indissociável das condições que constituem tais relações de alteridade. Robbins (2012) define a economia como ciência de alocação de recursos escassos, passíveis de usos alternativos, frente a fins múltiplos. A consagrada

alternativa de Polanyi (1977) a essa definição clássica, identifica a essência social da economia como a manifestação das formas de interação do homem com o seu ambiente material na gestão da sua subsistência. Tilly (1998, 2003), pela outra via, demonstra como a construção de díades “nós-eles”, de amizade e inimizade, está analiticamente relacionada à disputa social pelo controle do acesso a recursos materiais.

Faz-se consistente argumentar que tanto a gestão da escassez quanto a relação da sociedade com suas condições de subsistência são, não somente fenômenos afetados pela dinâmica de poder, como também constituintes das relações de alteridade que pautam a política. Dessa forma, se no âmbito distribucional da estrutura política e econômica se identificam assimetrias distintas, mas relacionadas, o intercruzamento entre os papéis exercidos pelos agentes sociais no processamento dessas desigualdades, entre suas formas de diferenciação, mostra-se ainda mais patente. Pode-se concluir, portanto, que, ao passo que a distribuição de autoridade e legitimidade ao largo do sistema interage com a distribuição de capacidades coercitivas, ambas são permeadas por processos sociais de construção de desigualdades materiais, que não são simplesmente endógenos à política, tampouco analiticamente irrelevantes. Assim como a estrutura cultural e normativa forma e interage com a distribuição de poder nas relações políticas do sistema internacional, a interface dessas estruturas com a gestão da produção, circulação e acumulação de riqueza parece uma contribuição necessária à capacidade explicativa da teoria. A Figura 1 identifica o papel estrutural aqui reivindicado à economia internacional no esquema analítico construído por Goddard e Nexon (2005).

Figura 1 – Modelo Analítico Estrutural Funcionalista do Sistema Internacional



Fonte: Elaboração própria a partir de Goddard e Nexon (2005, p. 44) e Buzan, Jones e Little (1993, p. 45).

A figura 1 coloca também em diálogo a leitura estrutural funcionalista de Goddard e Nexon (2005) com a literatura previamente analisada nesta seção. Em primeiro lugar, a figura reflete a incorporação da separação analítica entre o princípio de ordem do sistema, derivado de seu padrão de diferenciação política, e os padrões distribucionais entre seus agentes (BUZAN; JONES; LITTLE, 1993 p. 40-45). Como pondera Barkdull (2005), não existe correspondência necessária entre determinados padrões de ordem (anarquia ou hierarquia), de diferenciação (organização da divisão do trabalho) e de coesão social (grau de cooperação e conflito) de um sistema social. Donnelly (2015) argumenta como a anarquia ocupa um papel delimitativo, mas não explicativo das relações internacionais, inclusive no arcabouço

Waltziano. Segundo o autor, a anarquia é a condição de existência do sistema, delimita o universo social sem governo em que as relações internacionais se desenvolvem, mas a explicação de seus fenômenos concretos é dependente das formas de diferenciação e distribuição assimétricas que emergem de tais interações em meio à anarquia (DONNELLY, 2009, 2015).

Dessa forma, na figura acima, as setas contínuas indicam a seleção de comportamentos teorizada por Waltz (1979), ao passo que as setas tracejadas indicam a diferenciação emergente do conjunto de respostas sociais dos agentes a tal condicionamento. A partir da inexistência de Estado mundial, a pressão para que as unidades convirjam sua divisão de trabalho de maneira homogênea de modo a garantir suas condições de sobrevivência torna a estática distribucional da assimetria de capacidades de coerção um forte condicionante de comportamentos no sistema. No entanto, mesmo no arcabouço *Waltziano*, tal operação da estrutura corresponde às respostas interacionais de diferenciação à pressão por indiferenciação oriunda da anarquia (DONNELLY, 2009, VIOLA, 2013). Em outras palavras, a distribuição de poder é resultado de um processo de diferenciação não funcional das unidades, que possui como principal consequência a assimetria funcional que rege o sistema (grandes potências – resto) e que é constituído por processos funcionalmente diferenciados (DONNELLY, 2012, BIALLY-MATTERN; ZARAKOL, 2015).

Nesses termos, o objetivo da síntese produzida até aqui é romper com a “anarcofilia” analítica da teoria das relações internacionais, sem abrir mão da parcimônia teórica que ela delimita. A estrutura internacional, sob essa leitura, passa a comportar um caráter simultaneamente distribucional e emergente, na medida em que é condicionada pela estática distributiva das capacidades, as quais condicionam e são constituídas pela dinâmica de diferenciação entre as unidades. Assim, a análise de estruturas de diferenciação como a dinâmica generativa das estruturas distribucionais oportuniza a análise não das consequências de uma hierarquia sobre a totalidade do sistema (IKENBERRY, 2011, LAKE, 1999, 2009), mas, sim, das relações as entre distintas formas de hierarquia existentes em meio à anarquia (BIALLY-MATTERN; ZARAKOL, 2015). As assimetrias sistêmicas, suas formas, origens e consequentes relações de superordenação e subordinação passam a adquirir papel central na compreensão da disciplina. O restante deste capítulo busca compreender o diálogo entre estruturas de assimetria econômica e política do sistema internacional mediado por suas formas de diferenciação, bem como, os mecanismos e processos que dele emergem.

2.2 Diálogo de assimetrias: formas de diferenciação e socialização entre estruturas

O estudo da diferenciação nas relações internacionais, ainda que subjacente à construção de sua teoria contemporânea, tardou em receber atenção sistemática e própria, em grande medida, pelo viés anárquico-cêntrico da disciplina. Contudo, a expansão dos debates sobre hierarquia no campo tem fomentado uma demanda por maior esforço de teorização dos processos de diferenciação que constituem as formas organizadas de desigualdade que pautam interações do sistema internacional (BIALLY-MATTERN; ZARAKOL, 2015, p. 10). A presente seção busca convergir a literatura teórica recente sobre diferenciação nas relações internacionais ao estudo da interação entre estruturas de assimetrias.

Ecoando Ruggie (1983) e uma vasta tradição da teoria social, os trabalhos de Buzan, Albert e seus interlocutores (BUZAN; ALBERT, 2010, 2011, 2013, BUZAN; ALBERT; ZÜRN, 2013) apresentam a diferenciação à teoria das relações internacionais como o estudo das formas e dos critérios de distinção entre os agentes componentes de um todo social. Segundo os autores, haveria três formas típicas de diferenciação entre os atores: segmentação, estratificação e diferenciação funcional. Assim, as forma de diferenciação que o sistema toma são frutos do arranjo que os seus grupos sociais componentes tomam na produção de suas assimetrias enquanto unidades de análise. Para os autores, diferentemente da sociologia e da antropologia, nas relações internacionais o nível de agregação analítica obriga o estudo da diferenciação a lidar com sistemas de segunda ordem, compostos de outros sistemas (BUZAN; ALBERT, p. 321). Nesse sentido, a *segmentação* corresponderia ao tipo de diferenciação em que os grupos sociais membros do sistema existem em função de si próprios e operam tarefas semelhantes no todo social que compõe; a *estratificação* corresponderia ao sistema, cuja divisão de tarefas atribui uma hierarquia intrínseca aos agentes e aos resultados distribucionais delas derivados; e a *diferenciação funcional* identifica sociedades em que os tipos de atividades desenvolvidas pelas unidades compõem um todo orgânico desprovido de hierarquia distribucional imediata (BUZAN; ALBERT; ZÜRN, 2013, p. 1-2).

Para os autores, a incorporação de uma tipologia sobre diferenciação possui duas contribuições principais ao estudo das relações internacionais. Em primeiro lugar, uma tipologia de diferenciação oferece uma linguagem-critério para classificação da estrutura do sistema internacional e, portanto, para análise de sua transformação histórica (BUZAN, ALBERT, 2010, p. 319). Ao mesmo tempo, essa mesma linguagem permite o diálogo do sistema internacional com o ambiente social que o circunda a partir das formas de

diferenciação de outras estruturas (BUZAN; ALBERT; ZÜRN, 2013, p. 2). No entanto, para os autores essas duas vantagens convergiriam na capacidade da teoria de, ao incorporar a análise da diferenciação, não apenas classificar, comparar e problematizar a interação de estruturas, mas identificar a direção histórica desse processo.

A reivindicação de tal capacidade explicativa estaria no que os autores chamam da tendência “emergente” da diferenciação estrutural em se complexificar (BUZAN; ALBERT; 2010, p. 323-327, BUZAN; ALBERT; ZÜRN, 2013, p. 3-8). Tendo como referência o pós-funcionalismo ideacional da análise de sistemas de Luhmann (1997), os autores fundamentam a “força motriz”¹⁴ da mudança estrutural no processo a progressiva especialização de tarefas dos agentes. A *densidade dinâmica* de Durkheim (1997) seria o substrato material do processo de divisão de trabalho na sociedade rumo a uma diferenciação funcional orgânica (BUZAN; ALBERT, 2010, p. 324-325). Nesse sentido, a agenda de pesquisa desencadeada pela introdução da diferenciação às relações internacionais tem buscado problematizar as fontes de pressão por diferenciação funcional sobre a estratificação ou segmentação da política internacional (BUZAN; ALBERT; ZÜRN, 2013, MÜNCH, 2013, SETTER, 2013, KESSLER; KRATOCHVIL, 2013, KÖENIG-ARCHIBUGI, 2013, CERNY, 2013).

Diferentemente dessa literatura, neste trabalho argumenta-se que tal concepção direcional da diferenciação, em vez de produzir a análise historicamente contingente do sistema internacional a que se pretende, termina por obstá-la em nome de uma teleologia explicativa que oferece pouca inovação à teoria de relações internacionais. O argumento de que o incremento da *densidade dinâmica* conduziria unidimensionalmente o sistema internacional para um novo padrão de coesão social confina a análise da diferenciação a um papel de suporte teórico a uma leitura unívoca das teorias da interdependência¹⁵. Como argumenta Donnelly (2013, p. 93), convergir o estudo da diferenciação à busca de sua forma dominante de diferenciação e de sua correlação com um padrão de coesão social é pautá-lo sobre uma agenda de verificação empírica e não de elaboração teórica¹⁶. A diferenciação, segundo ele, estabeleceria bases para uma contribuição teórica mais robusta e progressiva, se concebida como linguagem para a compreensão de distintas dimensões das estruturas do sistema internacional (DONNELLY, 2013, p. 103).

¹⁴ No original, “driving force” (BUZAN; ALBERT, 2010, BUZAN; ALBERT; ZÜRN, 2013).

¹⁵ Ver Keohane e Nye (1977), para concepção original, e Milner e Moravcik (2009), para atualização do debate.

¹⁶ A ponderação de Donnelly ecoa parcialmente críticas de Waltz (1986, 2000) ao caráter teórico do debate sobre a interdependência.

Em termos analíticos, pode-se resumir a limitação que a tipologia na literatura de Buzan e Albert (2010) impõe à sua capacidade analítica em duas premissas de disputável evidência e teorização. Em primeiro lugar, a validade explicativa do modelo fica dependente de que a sucessão entre as formas segmentação, estratificação e diferenciação funcional correspondam ao processo histórico de evolução do sistema internacional. Em segundo lugar, o modelo fica dependente da identificação dos mecanismos pelos quais a expansão e a complexificação das interações sociais do sistema conduzem à transição entre suas formas de diferenciação. Se, em termos empíricos, tais premissas carecem de evidências consistentes e narrativas consensuais¹⁷; em termos teóricos, ao tomar o progressivo incremento das transações sociais do sistema como “força motriz” de um processo unidimensional de diferenciação, tais premissas acabam vedando a possibilidade de que essa força histórica incentive, ao mesmo tempo, distintas formas concomitantes de diferenciação com efeitos cruzados entre si.

Em termos heurísticos, a teorização direcional do processo de diferenciação em si mesmo termina por confiná-la naquilo que Charles Tilly (1984, 1995, 2001) conceitua como modelos explicativos invariantes. Segundo o autor (1995), esse tipo de teorização conduz a pesquisa social à mera disputa taxonômica, em que a identificação de uma classe de fenômeno desencadeia sua explicação. Em outras palavras, as explicações de um determinado fenômeno a partir de atributos a priori - sejam de determinada polaridade distribucional, sejam de uma forma diferenciação - sofrem de falhas teóricas de natureza semelhante. A consequência desse tipo de teoria é alijar-se da capacidade de encontrar critérios de variabilidade que a permitam identificar, em eventos específicos, os mecanismos causais que processam sua explicação; a teoria explica o geral, mas não transita entre os desvios do particular que efetivamente constituem a realidade.

Sem citar diretamente esse debate, a problematização de Donnelly (2009, 2012, 2013) à tipologia aqui apresentada oferece um caminho para superar sua limitação. Donnelly (2013, p. 97) considera que o modo mais promissor de abordar a diferenciação é o estudo de como suas distintas formas interagem e se constituem. Buzan, Albert e Zürn (2013, p. 4) concedem no mesmo sentido, ainda que dotem tal interação da mesma linearidade teleológica. Para Donnelly (2009, 2013), o estudo da interação entre formas de diferenciação deve pautar-se pela análise dos vínculos entre distintas estruturas de assimetria que coordenam e

¹⁷ Para o debate sobre a ascensão do sistema moderno de Estados e sua transição à segmentação jurisdicional territorializada, ver Ruggie (1993), Tilly (1990), Spruyit (1994), Teschke (2003), Buzan e Lawson (2012, 2013).

superordenam atores no sistema. Donnelly (2013, p. 103) argumenta que tal estudo deve englobar tanto a forma que a diferenciação toma quanto seu conteúdo. Se a forma de diferenciação demonstra *como* uma estrutura assimétrica está diferenciada, seu conteúdo emerge da natureza *do que* está sendo diferenciado e do resultado distribucional dessa diferenciação (DONNELLY, 2009).

A desagregação analítica das formas de diferenciação e de seus conteúdos permite introduzir variabilidade interna à tipologia de Buzan e Albert (2010). Portanto, as dimensões formais e substantivas da diferenciação seriam ferramentas conceituais para compreender as distintas naturezas das pressões comportamentais que os agentes sofrem. Em Waltz (1979, p. 74-76), esse processo de seleção de comportamentos advindo da forma (indiferenciação funcional-anarquia) e do conteúdo (distribuição de capacidades coercitivas) da diferenciação estrutural é chamado de socialização. No entanto, sua socialização reifica o sistema internacional como um sistema de sistemas, nos termos de Buzan e Albert (2010), cuja explicação de seus fenômenos deriva das substâncias ontologicamente atribuídas a agentes e ao sistema na explicação da ação do agente (“self-action”) e da interação (“inter-action”) sistêmica (JACKSON; NEXON, 1999). Para Justin Rosemberg (2013), a socialização sistêmica de Waltz (1979) atribui “singularidade ontológica” às entidades em interação e ao todo social de sua interação. Nela, o tipo ideal de Estado *Weberiano* exaure o sentido atribuído às unidades e, por uma analogia reversa, a partir dos atributos domésticos que o sistema internacional não possui, define seu funcionamento (HALLIDAY, 1994, ROSEMBERG, 2013).

A crítica relacional à concepção de socialização como interação entre sujeitos reificados incide na percepção dominante da teoria social de que agentes e sociedade são “entidades aparte”, dotadas de atributos pré-constituídos que explicam seu comportamento (TILLY, 1984, MANN, 1986). Dessa crítica decorre o argumento de que quaisquer atributos são processualmente constituídos pelos *laços sociais* entre grupos e agentes e que tais relações são as unidades de análise propriamente social (ELIAS, 1994, GIDDENS, 1987, TILLY 1984, 1995, 2001, JACKSON; NEXON, 1999). No âmbito internacional, mesmo a virada teórica de inspiração estruturacionista¹⁸, segue concebendo agentes e estruturas como primitivos analíticos e estuda sua interação pela covariância de mudanças nos atributos de um e de outro (JACKSON; NEXON, 1999, p. 295-296). Mann (1986) argumenta que não há

¹⁸ Movimento teórico que parte da sociologia relacional, que sustenta a indissociabilidade analítica de agentes e estruturas. Para debate geral, ver Giddens (1987), para aplicação às relações internacionais, ver Wendt (1987).

elementos endógenos ou exógenos à socialização de um todo social, pois tal totalidade não existe em si mesma, ela é simplesmente um amálgama relacional, uma “rede organizada de poder”. Em outras palavras, agentes e estruturas compõem um complexo de socialização entre formas de diferenciação e distribuição que constituem ambos.

Como será detalhado na próxima seção deste capítulo, o próprio Estado é uma configuração de processos políticos e econômicos que constituem também o sistema interestatal. Portanto, se concebermos um sistema como um conjunto que se constitui de processos relacionais, a socialização é uma configuração de processos de diferenciação, indiferenciação e distribuição nas estruturas que os agentes conformam (TILLY, 1984, p. 44-53). Na figura 1, o processo de socialização está descrito pelas mútuas pressões ilustradas nas setas contínuas e pontilhadas que relacionam os elementos analíticos do modelo. A socialização, portanto, é o processo de condicionamento comportamental emergente da interação dos agentes e das distintas assimetrias constitutivas e derivadas dessa interação. A análise da forma e do conteúdo da diferenciação dessas assimetrias, portanto, estabelece os termos para o diálogo de assimetrias que compreende a socialização. A título de exemplo um quadro multidimensional de diferenciação, em vez de analisar o impacto genérico das pressões da diferenciação funcional sobre a erosão de soberanias, buscaria compreender a maneira assimétrica em que as soberanias são distintamente erodidas e os mecanismos que processam tal assimetria. Este trabalho adere a essa concepção.

Nesse mesmo sentido ilustrativo, ao aprofundar seu quadro analítico para compreensão de um fenômeno delimitado, o processo de securitização, Buzan e Albert (2011) sustentam a possibilidade de análise da diferenciação como diálogo entre estruturas de assimetria para além das limitações a que se impõe em outros trabalhos. Buzan e Albert (2011) identificam na diferenciação o “elo teórico” faltante da teoria da securitização. Na medida em que a ontologia da política está pautada na manutenção de soberania nacionalmente segmentada sob o domínio de uma burocracia, os constrangimentos advindos do processo de diferenciação transnacional de natureza econômica, cultural ou ecológica que alteram a maneira como os Estados conseguem disputar a sobrevivência de sua soberania tornam-se parte constituinte do processo de socialização interno ao sistema político; impactando, no limite, sua própria forma de diferenciação.

Assim, os setores do sistema internacional teorizados anteriormente por Buzan e seus colegas (BUZAN; JONES; LITTLE, 1993, BUZAN; LITTLE, 2000), parecem convergentes com uma análise multidimensional da diferenciação. Se tomados como recortes

simultaneamente analíticos e substantivos – ou seja, não arbitrários, mas, sim, advindos da caracterização dos fenômenos estudados – a linguagem de setores e da diferenciação se mostram mutuamente dependentes. A natureza específica de um setor se manifestaria analiticamente como uma dimensão de diferenciação, identificando seu conteúdo, a lógica da assimetria em que os atores se diferenciam em uma determinada forma. Donnelly (2009) chama a existência concomitante de múltiplas estruturas de assimetrias em constrangimento da agência no sistema de *heterarquia*.

Fundamentalmente, a análise da socialização como diálogo de assimetria tem como impacto imediato a quebra da dicotomia anarquia-hierarquia pelo estudo das distintas formas e conteúdos de relações e estruturas hierarquizadas do sistema. A hierarquia deixa de ser a delimitação da fronteira externa do sistema – aquilo que ele não é - para ser uma dimensão das variadas pressões de socialização que convivem no sistema, as distintas formas de sua *heterarquia*. Essa concepção permite melhor entender o processo de socialização traduzido pela diferenciação, na medida em que lhe atribui condições de variabilidade a *padrões de socialização* próprios da especificidade sócio-histórica de uma unidade ou conjunto de unidades. Esse padrão representa a lógica do condicionamento comportamental de uma unidade frente às estruturas de assimetria em que está inserida, como os clusters do amálgama de laços sociais que coformam a socialização sistêmica¹⁹.

Donnelly (2009, 2012, 2013) identifica duas dimensões substantivas de diferenciação: uma ideacional, pautada nas normas e instituições, e outra material, que inclui geografia e tecnologia. Tais dimensões são análogas à conceituação da capacidade de interação do sistema, em Buzan, Little e Jones (1993), como ambiente societário e tecnológico em dado período do tempo. No entanto, Donnelly (2009, 2012) não concebe esses conteúdos de diferenciação da interação como uma variável que impacta coerentemente o sistema internacional, mas, sim, como duas das dimensões de variação dos meios materiais e normativos em que se processam fenômenos internacionais. Dessa forma, incorporando tal perspectiva, o *nível da interação* não é apenas o ádito da transformação histórica para a estrutura, mas o âmbito das condições materiais e sociais que medeiam as transações sociais mundiais. As propriedades explicativas do nível da interação não emergem de si mesmo, como argumentam seus proponentes originais, mas são contingentes às suas manifestações

¹⁹ Nesses termos, o padrão de socialização é um atributo próprio da unidade, mas que reflete seu caráter constitutivamente estrutural. A lógica da agência como nesse fluxo de socialização será analisada no capítulo 4 desta dissertação.

específicas sobre as dimensões de diferenciação da estrutura do sistema e sobre os padrões da socialização das unidades.

O vocabulário apresentado nesta seção para o diálogo de assimetrias a que este trabalho objetiva está organizado no Quadro 1, adaptado de Buzan, Little e Jones (1993, p. 45). O nível analítico próprio das assimetrias compreende, ao mesmo tempo, a forma da diferenciação e o efeito distribucional que ela produz, enquanto o momento dinâmico e estático do funcionamento estrutural respectivamente. A classificação de setores convida o analista a buscar os elementos do conteúdo de diferenciação e produção de assimetrias que dá lógica própria a uma estrutura. Assim, esse quadro conceitual estabelece uma linguagem para análise combinada da dinâmica estrutural de socialização estabelecida na Figura 1, a partir das lógicas próprias de cada estrutura de assimetria. Ao mesmo tempo, a elevação da interação a um nível analítico no quadro de Buzan, Little e Jones (1993, p. 45), dá lugar histórico e espacial aos processos que constituem a socialização. O *padrão de socialização* é o condicionamento efetivo e específico das estruturas globais sobre um recorte da análise; o parâmetro sob o qual o entendimento da agência deve ser buscado.

Quadro 1 – Quadro conceitual de análise estrutural das relações internacionais

SISTEMA INTERNACIONAL			
Critério de Delimitação / Condição de Existência: Anarquia			
		Setor Econômico	Setor Político
NÍVEL DE ANÁLISE ESTRUTURAL	Diferenciação Estrutural	Forma de diferenciação	Forma de diferenciação
	Estrutura Distribucional	Distribuição de recursos	Distribuição de capacidades de coerção
NÍVEL DE ANÁLISE INTERACIONAL		Condições qualitativas dos meios materiais e sociais de transações sociais do sistema	
NÍVEL DE ANÁLISE DA UNIDADE	Padrão de Socialização	Combinação específica de condicionantes estruturais para uma unidade	
	Atributos Unitários	Atributos da unidade em função de si mesma (i.e. estrutura econômica e político-insitucional)	

Fonte: Elaboração própria a partir de Buzan, Jones e Little (1993, p. 45) e Donnelly (2012).

Em resumo, a tipologia de diferenciação introduzida às relações internacionais por Buzan e Albert (2010) oferece um avanço no caminho para dotar sua análise estrutural do caráter historicamente emergente que pretende, mas tem seu avanço frustrado pela lógica direcional que atribui a si própria. Nesse sentido, o diálogo aberto com Donnelly (2009, 2012, 2013) e com a sociologia relacional, ao conceber as formas de diferenciação como linguagem para o diálogo entre estruturas de assimetrias que condicionam a socialização do sistema, parece uma maneira de permitir à teoria identificar os mecanismos que processam as desigualdades do sistema, assim como a lógica de sua ruptura. A próxima seção conclui o presente capítulo no estudo dos mecanismos de interação entre economia e política, advindos de suas lógicas próprias de diferenciação, na busca pela maneira combinada em que eles processam assimetrias no sistema. Argumenta-se que a socialização processada nessas duas dimensões de assimetria e diferenciação dos agentes quanto à gestão de seu mundo material configura a estratificação que rege o sistema interestatal e condiciona o padrão de socialização do Sul Global.

2.3 Estratificação: mecanismos de exclusão e processos estruturantes de assimetria

Como explicado até aqui o estudo da diferenciação oferece um quadro conceitual para mapear os mecanismos por meio dos quais as assimetrias do sistema interagem no condicionamento da socialização dos agentes. A socialização, nesse sentido, é o resultado de transações sociais que incorporam distintas dimensões de diferenciação e distribuição, o processo em que as assimetrias que delas derivam condicionam a ontologia e a agência das unidades. Nesse sentido, a presente seção estuda, em primeira instância, o debate sobre a interação entre política e economia no processo de socialização das unidades. Em seguida busca-se mapear os mecanismos produtores de assimetria que emergem dessa interação e processam a estratificação material do sistema.

2.3.1 Socialização e transações sociais entre estruturas de assimetrias políticas e econômicas na formação do sistema internacional

Enquanto a economia, como já esboçado, define o terreno das decisões sociais alocativas e da interação da sociedade com o mundo material que circunda suas relações, o domínio próprio da política foi menos explicitamente abordado. Citou-se que, para Schmitt

(2007), a política tem seu domínio lógico na constituição de relações de amizade e inimizade entre atores sociais, para além do cálculo racional das perdas e ganhos. Em sentido mais genérico, as definições do campo de fenômenos propriamente políticos delimitam o escopo das relações sociais de gestão do consenso e dissenso e da cooperação e do conflito a ele relacionado²⁰. A política é o terreno do “poder relacional entre vontades incompatíveis” (WEBER, 1984, p. 31), de suas consequências e de seu papel como condicionante das possíveis compatibilizações contingentes entre elas. Portanto, inserido no que Giddens (1987, p. 7-16) pondera como “dialética do controle”, a política é, enquanto estrutura, a estática do poder relacional dado e, enquanto agência, é o terreno da capacidade dinâmica transformar tais relações. Esses dois momentos, respectivamente condicionante e disruptivo da política pautam este trabalho. Ao passo que este e o próximo capítulo atentam aos processos de estruturação política e econômica das assimetrias relacionais do sistema, o capítulo final e a conclusão focam na agência disruptiva em meio a elas.

Nesse sentido, compatibilizada com o quadro conceitual até aqui desenvolvido, a estrutura política seria constituída pela forma de diferenciação dos agentes e suas capacidades relativas de determinação dos resultados de seus conflitos. A estrutura econômica corresponde às formas de diferenciação dos agentes e suas capacidades relativas de controle sobre a alocação, produção e distribuição de recursos. A socialização entre tais estruturas emerge, portanto, de transações sociais cujo processamento é condicionado por tais formas de diferenciação e distribuição. A autonomia e a dependência analítica entre o campo *contencioso* da política e o campo *produtivo-alocativo* da economia, justamente por serem intuitivamente interligados, impõem um dilema recorrente na construção das ciências sociais contemporâneas. Nas relações internacionais, o debate predominantemente centrado na anarquia encerra a estrutura do sistema internacional, universalizante em si mesmo, em torno da interação contenciosa entre Estados nacionais.

Como ponderado por Halliday (1994, p. 94-123), parte majoritária da teoria das relações internacionais está ancorada na analogia de um duplo contrato liberal, mutuamente constitutivo, dentro das unidades e entre as unidades. Internamente, o contrato seria emergente das vontades individuais dos agentes de se diferenciar funcionalmente em busca de suas finalidades diversas. Sob tal contrato, a diferenciação das unidades seria processada em

²⁰ Em Hobbes (2008), a política determina a relação entre meios e fins para efetivação do interesse individual. Em, Maquiavel (2009), ela compreende as condições de domínio social. Dahl (1957) sintetiza a política como ambiente de organização do poder, das formas de regular as assimetrias relacionais de poder. Em

distintas estruturas (i.e. cultural, econômica, política). Externamente aos Estados nacionais, reifica-se, por analogia reversa, um contrato social que se constitui das soberanias justapostas entre os contratos nacionais e se manifesta na inexistência de cessão de poder entre seus contratantes sistêmicos. Erige-se, portanto, um nível analítico exclusivamente contencioso e político, o sistema internacional, cuja única linguagem social imputada em sua explicação é a da coerção.

Ainda que as consequências dessa perspectiva tenham sua versão mais crua em Waltz (1979), as concepções contratualista e liberal do sistema internacional se imbricam a um ‘substancialismo’²¹ que perpassa grande parte da reflexão teórica da disciplina e é a principal causa da segmentação analítica entre economia e política. Dentro do que Rosenberg (2013) chama de “problema da singularidade ontológica”, o sistema internacional e seus membros são tomados como dois objetos substantivos de análise dotados de atributos pré-concebidos. No realismo clássico e em outras formas reducionistas, o Leviatã internacional se ergue pelas armas e nos termos dos Estados mais fortes, e a economia se limita à parte componente de sua cesta de preferências (MORGHENTAU, 2005, GILPIN, 1981, SCHWELLER; PRIESS, 1997). Quando a estrutura econômica ocupa caráter explicativo, ele é restrito a um modo de antevisão da futura distribuição de poder coercitivo e, da mesma forma, limita-se a um papel expectacional na composição de preferência dos atores (MEARSHEIMER, 2001).

Mesmo as perspectivas pluralistas, apesar de complexificarem o estudo e a composição de interesses econômicos, inclusive sobre o comportamento do Estado, têm na visão contratualista e substancialista sua limitação. Os agentes econômicos compõem o *pool* de interesses que são disputados e canalizados por meio do Estado, enquanto lócus das “vontades gerais” imanentes da sociedade (MORAVCSIK, 2008). As perspectivas pluralistas que focam a agência transnacional, por sua vez, terminam por politizar os agentes econômicos como concorrentes mercadológicos da agência estatal, desprovidos de qualquer elemento estruturante de suas relações entre si e com os Estados, para além da soma contenciosa de suas vontades individuais (SLAUGHTER, 2004, KAHLER, 2009).

As críticas a essas concepções, internamente às teorias de relações internacionais, genericamente em torno do construtivismo social, se associaram às perspectivas pós-modernas com foco na explicação da política internacional em função da modernidade, de

Giddens (1989), a política é arena do poder em si, da agência, da efetivação e da contraposição entre capacidades transformativas dos atores sociais.

²¹ Argumento exposto na seção anterior deste capítulo. Para maior detalhamento, ver Jackson e Nexon (1999).

suas implicações e de sua superação²². Se por um lado, abre-se uma sólida contestação teórica dos condicionantes sociais da política internacional, os econômicos inclusive, por outro, tal crítica direciona a análise à explicação dos fenômenos comportamentais como “eventos cognitivos”²³. Benno Teschke (2003) tece sua crítica a essa perspectiva, argumentando que, ainda que os sentidos das assimetrias sociais sejam produzidos pela interação, eles não são autonomamente gerados no campo da intersubjetividade epistêmica; eles advêm de relações de dependência substantiva que vinculam grupos e atores sociais.

O centro do debate teórico das relações internacionais, portanto, negligencia analiticamente o caráter explicativo dos processos sociais de produção, circulação e apropriação da riqueza. A lógica própria de tais fenômenos em nível mundial teria seu desenvolvimento mais conspícuo nas interpretações das relações entre capitalismo e o sistema de Estados, predominantemente derivadas do marxismo. Em comum, em meio a seus matizes, essa literatura identifica uma relação orgânica e indissociável entre os processos econômicos e políticos, comandada pela evolução das relações capitalistas.

As teorias do imperialismo do começo do século XX de Lenin (1917) e Hobson (1902) foram as primeiras proposições acabadas de explicação da política internacional pelo capitalismo. Para Lenin (1917), o conflito interestatal seria derivado da necessidade do capitalismo monopolista de evitar o decréscimo de sua lucratividade e buscar espaços carentes de capital para obter maiores retornos. A limitação geográfica de tal expansão explicaria a concorrência entre os Estados e sua sanha por novas posses imperiais. No entanto, a explicação imperialista da política internacional está fundamentada em uma premissa que não qualifica e que subsume as relações contenciosas ao conflito pela reprodução da posse desigual dos meios de sobrevivência. Nessa perspectiva, assume-se que, enquanto superfície da estrutura social, o Estado e a política necessariamente manifestam os interesses infraestruturais do capital (CALLINICOS, 2009).

Uma das primeiras críticas à teoria econômica do imperialismo advém de Schumpeter (1966), que o explica como uma reação das burocracias militares à sua perda de relevância com a consolidação das fronteiras do sistema *westfaliano*. Ainda que de maneira sobredimensionada, a crítica de Schumpeter (1966) expõe a necessidade de explorar o papel

²² Wendt (1992), Onuf (1989) e Walker (1993) são os mais influentes teorizadores da política internacional como construção social da modernidade.

²³ Tradução nossa do que Charles Tilly (1984, p. 20-26) criticou como o postulado de que “eventos mentais causam comportamento social” [“*mental events cause social behaviour*”]. O sentido é de que pela lógica dos processamentos cognitivos individuais é reproduzida na constituição de uma intersubjetividade epistêmica que explica os fenômenos sociais.

dos atores nacionalizados detentores de capacidades de coerção na política internacional. Para superar tais críticas, Callinicos (2009, p. 84-85) busca compreender os capitalistas e a burocracia estatal como duas categorias de atores distintas quanto a seus interesses; “respectivamente acumular capital e manter poder sobre sua população e sobre outros Estados”²⁴. Ainda que dotados de interesses próprios e distintos, para o autor, a transação social entre esses dois grupos de atores geraria uma relação de interdependência, que subjugaria os Estados ao interesse do capital. Tal relação decorreria do fato de que as condições de funcionamento da burocracia estatal para a provisão de ordem social, de que necessitam tanto o capitalismo quanto a estabilidade do domínio político, dependem de sua condição de obter recursos pela taxaço da atividade econômica (CALLINICOS, 2009, p. 86-87).

Em outras palavras, na argumentação de Callinicos (2009), os atores capitalistas possuem um poder de veto sobre o funcionamento do Estado, dado que suas decisões de investimento viabilizam, ou não, a atividade estatal. Sua explicação simbiótica, no entanto, termina por substituir uma reificação por outra. As transações sociais explicitadas pressupõem um Estado fiscal, desintegrado da esfera da produção, como subproduto histórico do capitalismo, cuja categorização o desacopla das dinâmicas de coerção como meio de apropriação de recursos econômicos ao largo de sua formação. A obra de Charles Tilly (1990) se descola da heurística marxista para abordar o mesmo fenômeno por meio de estudo histórico da formação do sistema moderno de Estados, a partir da Europa, fundamentando-se justamente nas transações contingentes entre capital e coerção.

Como já explorado em Callinicos (2009) e na tradição do marxismo político (BRENNER, 1976, WOOD, 1995), Tilly (1990) observa a relevância de analisar autonomamente a lógica dos atores que acumulam e concentram meios de coerção e dos atores que acumulam e concentram meios de produção (capital), para compreender seus efeitos combinados. Em sua perspectiva materialista, as distribuições assimétricas de capital e coerção produzem duas formas de aquisição de recursos e de trabalho alheios não pagos. A primeira forma, reservada aos agentes que acumulam e concentram capital, é a *exploração* que lhes permite capturar recursos através de trocas desiguais com outros atores sociais. O poder daqueles que acumulam e concentram meios de coerção é a *dominação*, que lhes permite trocar recursos e trabalho alheios por proteção ou clemência. Ainda que a experiência

²⁴ “[...] respectively, accumulate capital and sustain power over a population and on other states”. (CALLINICOS, 2009, p. 84, tradução nossa).

histórica trabalhada por Tilly (1990) seja mais restrita do que a pluralidade de experiências formativas estatais²⁵, as categorias de controle teórico que ele dispõe sobre sua análise empírica permitem compreender a complexidade dos mecanismos que transacionam exploração e dominação entre os agentes do capital e da coerção.

Na narrativa de Tilly (1990, p. 13-17), a lógica do capital, da exploração, seria coerente com o processo de urbanização, como locus da troca pecuniária e da diferenciação funcional dos agentes. Vale dizer, as cidades europeias foram manifestações de uma complexificação das relações econômicas e da divisão de trabalho. Em consonância com a perspectiva de Wallerstein (1974), tal relação simbiótica entre os lucros do comércio urbano, a divisão de trabalho por ele permitida e os excedentes agrícolas que lhe substanciaram e que por ele foram incentivados inseriram a lógica do capital em uma estrutura organizacional funcionalmente diferenciada (TILLY, 1990, p. 16). Mann (1986) reforça o caráter territorial dos Estados como organizações socioespaciais delimitadoras dos conflitos entre fontes de poder coletivo, em especial capital e coerção, atribuindo-lhes infraestrutura que lhes alicerça a um segmento territorial.

A dominação, por sua vez, obedece à lógica da captura de recursos por meio da coerção, da ameaça ou da perpetração efetiva de dano físico ou material a grupos ou indivíduos (Tilly, 1990, p.18). A lógica patentemente política do conceito de coerção em Tilly (1990, 1998, 2003) atribui um caráter material às díades amizade-inimizade, como imanentes à disputa em torno do controle e da exclusão do acesso a recursos e riqueza. Na história política europeia, a lógica da coerção figura nas várias formas de Estados que, a tomar um sentido *Weberiano* alargado e bruto, se manifestam genericamente como organizações políticas que controlam a violência e extraem recursos. Seja por tributação, espoliação, saque ou trabalho forçado, o âmbito da dominação se materializa nas várias formas em que a coerção seja instrumentalizada para captura de recursos alheios.

Ao passo que a exploração se viabiliza por meio de um processo de complexificação da diferenciação funcional das relações entre agentes (comerciantes, agricultores, financistas, camponeses, trabalhadores e etc.), a dominação corresponde à busca de segmentação política. Os agentes mais bem dotados de capacidade de coerção se diferenciam entre si na tarefa

²⁵ Há uma vasta literatura que estuda as variações do processo de formação estatal fora da Europa a partir de Tilly, cujos principais nomes são Ayoob (1995), Herbst (2001) e Centeno (2002). Se por um lado, essa literatura explicita o papel das especificidades e da historicidade distinta dos processos na América Latina, África e alhures coloniais, as categorias reforçam a relevância da agenda teórica de Tilly (1990) para o estudo do Estado por meio das relações contingentes entre capital e coerção - ou pelas formas possíveis de um Estado viabilizar sua extração fiscal.

comum de manter seu domínio sobre uma jurisdição extrativa. Essas duas lógicas, contudo, engendram transações sociais que perpassam duas estruturas distribucionais substantivas, dotadas de duas distintas lógicas de diferenciação, porém, confluentes em um mesmo processo de socialização. Enquanto a exploração que permeia as relações econômicas se traduz em uma difusa rede de transações assimétricas, a lógica da coerção se alimenta da captura, territorialmente segmentada, dos ganhos advindos dessas trocas. Assim, a acumulação e a concentração de capital se articulam à acumulação e à concentração de meios de coerção na construção das assimetrias constitutivas dos sistemas políticos interestatais.

Como sugerido por Buzan e Little (2001), a explicação bélico-extrativa da formação do sistema internacional em Tilly (1990) referenda a lógica de socialização política internacional teorizada pelo neorrealismo, ao menos para o sistema de Estados europeus. Os Estados fizeram a guerra na Europa, assim como o avanço na escala dos conflitos militares demandou que os atores neles envolvidos sofisticassem progressivamente os seus meios de extração de recursos, impelindo-os ao balanceamento e moldando suas instituições para lograr realizá-lo (TILLY, 1990, p. 67-95). No entanto, o substrato relacional que alimenta a “fisiologia estatal” que dá sentido à socialização explorada pelo autor é a dinâmica de transformações comerciais e produtivas, por cuja extração competiram e competem os Estados (TILLY, 1990, p. 54-58). Assim, a partir de Tilly (1990), a fotografia posicional de Waltz (1979) não é mais moldada apenas pela substância atribuída às unidades ou ao sistema, mas é produto contingente das configurações entre os processos difusos de exploração e segmentados de coerção. Emerge dessa socialização uma estrutura distribucional de capacidades de agência política que deriva das condições, que cada segmento possui, de extração do processo de produção e circulação da riqueza.

Ainda que avance na construção de categorias explicativas da interação entre capital e coerção nas transações sociais do sistema moderno de Estados moderno, o trabalho de Tilly (1990), pela natureza de seu inquérito, atrela-se empiricamente a evidenciação de um processo de segmentação, indiferenciação ou “dediferenciação”²⁶, das formas de organização política contemporâneas. A dinâmica difusa e não linear da diferenciação funcional em que se processa a exploração em transações econômicas nacionais e transnacionais se limita analiticamente ao substrato da “fisiologia estatal”. A obra de Tilly torna cogente que “todos Estados [no original, por metonímia, *rullers*] encararam o problema de financiar suas guerras

²⁶ Como prefere se referir Tilly (1984, p. 43-53), no sentido de que tal socialização pressiona pela homogeneidade entre os grupos sociais.

sem destruir as condições de suas fontes o financiarem novamente no futuro” (1990, p. 87). No entanto, as formas de garantir tal solvência, não se limitam a estratégias fiscais e barganhas sociais sob a jurisdição de um Estado, como o autor as estuda. Elas se expandem por meio das formas em que os agentes estatais se associam com os agentes comerciais e produtivos. Em outras palavras, não apenas a capacidade dos Estados de sustentar suas fronteiras fiscais compõe o princípio de socialização política do sistema, mas o modo como eles interagem para que as atividades econômicas que lhes são passíveis de exação se desenvolvam deve, pela mesma lógica, ser um elemento necessário para a compreensão da mútua relação entre capital e coerção.

Os mecanismos internacionais e transnacionais de exploração, em si, de aquisição de recursos e trabalho não pago, por meio da diferenciação entre atores e espaços na produção e circulação de riqueza são o tema central da teoria do Sistema-Mundo de Wallerstein (1974, 1996). Para a Wallerstein (1996, p. 87), a estrutura institucional do sistema interestatal é apenas um dos planos de análise social do Sistema-Mundo moderno, uma fórmula organizacional pela qual ele pôde se expandir, adquirindo novos espaços, recursos e populações sob si. A lógica singular que coaduna esses espaços são processos produtivos e comerciais que integram agentes a uma mesma divisão de trabalho, voltados à incessante acumulação de lucros (WALLERSTEIN, 1974). Tal divisão organiza-se em uma cadeia de “nós” funcionais, à qual os agentes inserem-se em função da *commodity* que produzem e comercializam no comércio mundial (WALLERSTEIN, 1996, p. 88). Os lucros “usualmente são realizados em todos os nós da cadeia [do comércio mundial], mas lucros de maior monta são consequência de um maior grau de monopolização das atividades de um particular nó”²⁷.

Dessa forma, na teoria do Sistema-Mundo, a divisão do trabalho organizaria os espaços e os agentes axialmente quanto à sua capacidade acumular retornos de sua atividade econômica, fundamentalmente relacionada com sua capacidade de monopolizar tais atividades. Esse processo haveria constituído o eixo sistêmico centro-periferia, entre atividades produtivas de elevado e de baixo lucro, estratificado entre capitalistas débeis e fortes pelo estabelecimento e reprodução de barreiras de entrada em seus “nós” (WALLERSTEIN, 1996, p. 89). Em outras palavras, a lógica de organização do sistema é funcionalmente diferenciada, na qual agentes espacialmente organizados se integram na busca por expansão da riqueza e acumulação incessante. No entanto, as condições sociopolíticas dos

²⁷ “Profit is usually made at all nodes along a chain, but greater profit is the consequence of a higher degree of monopolization activities at a particular node.” (WALLERSTEIN, 1996, p. 88, Tradução nossa).

agentes em negar concorrência às atividades que controlam é o que determina a estratificação do sistema em sua divisão axial²⁸.

É justamente na manutenção e ruptura desses monopólios que o sistema de Estados nacionais se insere, produzindo “um mercado parcialmente livre” para a acumulação (WALLERSTEIN, 1996, p. 90-93). O qualificativo parcial se refere exatamente à ação do sistema de Estados, evidenciada por Tilly (1990), em segmentar sob sua jurisdição extrativa as atividades de maior ganho relativo. Nas palavras de Wallerstein (1996, p. 91), a estrutura do mercado mundial “é resultado do esforço de alguns poderosos atores econômicos para atingir monopólios relativos, combinando eficiência produtiva e influência política e o esforço contrário de outros atores para romper ou diluir tais monopólios [...]”²⁹. Portanto, dinâmicas políticas de exclusão se tornam mecanismos fundamentais da transação com a esfera econômica, cujo resultado é a estratificação do sistema em torno de monopólios relativos.

Assim, nesse mesmo arcabouço teórico, o sistema de Estados seria uma camada epidérmica institucional do Sistema-Mundo, cuja função central seria organizar a disputa geográfica pela dotação de capital e trabalho que permita acumulação continuada de lucros³⁰. No entanto, a interação em si entre Estados – a guerra e a paz – não seriam um produto sistêmico, mas sim, resultado do esforço por parte do polo dotado de maior capacidade de gerar acumulação em seu território de impor aos demais atores os termos “geoculturais” que lhe favoreçam a reprodução de tal situação (WALLERSTEIN, 1996, p. 100-107). Os ciclos hegemônicos que comandam a política internacional seriam resultado da disputa em torno da reprodução e da ruptura dos mecanismos de monopolização do sistema. Por óbvio, a limitação de tal argumentação é não atribuir às estruturas de dominação derivadas dos atores detentores das condições materiais de coerção uma lógica própria. Para uma disciplina cujo objeto

²⁸ Argumenta Wallerstein (1996, p. 89, tradução nossa): “[...] centralidade ou periferialidade não possuem associação inerente com tipos particulares de atividades econômicas. Importa pouco se a atividade produzida é transformacional (agrícola, industrial) ou serviço (comércio, informacional, transporte, finanças). Em dado período e, sob condições dadas, qualquer atividade pode ser periférica ou central [...]. O que importa é o grau em que tal atividade é (pode ser) relativamente monopolizada em um determinado período histórico.” Por certo, que aspectos de produtividade e emprego característicos de atividades econômicas, como debatidos em Kaldor (1967, 1968), escapam a análise holista do autor, ainda assim, tais poderções não concorrem com a perspectiva de que é o grau de controle sobre fluxos de capital e tecnologia, por exemplo, que sistematicamente obsta, e historicamente obsteve, a disseminação homogênea da industrialização ao largo sistema.

²⁹ “This kind of market is the constructed result of the efforts on the one hand of some powerful economic actors to achieve relative monopolies by combining productive efficiencies and political influence and the contrary efforts of other actors to break or dilute these monopolies [...]” (Tradução nossa).

³⁰ Em termos do debate direto sobre historiografia da formação do sistema moderno de Estados, a argumentação de Wallerstein (1974, 1996) é incompatível com a de Tilly (1990), pois o deriva de sua funcionalidade econômica, compatível com alternativas explicativas históricas institucionalistas como as de Spruyt (1994).

central é o estudo dos determinantes das condições de cooperação e conflito entre Estados, essa é uma lacuna explicativa relevante.

Outra ressalva importante em torno da teoria de Wallerstein (1974, 1996) é a relação entre produção e circulação da riqueza. Na concepção descrita, ainda que o lucro seja realizado originalmente na esfera da produção – dentro de cada “nó” produtivo – é na circulação – na cadeia do comércio mundial – que os lucros são assimetricamente distribuídos pelo sistema (ARRIGHI, 1990). Dessa forma, ambas as dimensões do processo de acumulação de capital possuem mecanismos de exclusão e concentração particulares que conectadamente afetam a estratificação do sistema. Mantendo a concepção funcionalmente diferenciada da produção e da circulação de riqueza internacional, a obra de Giovanni Arrighi (1990,1994) avança na articulação de tais dimensões com o sistema interestatal e a política internacional.

Para Arrighi (1990), a estratificação do sistema internacional seria um fenômeno, em grande medida, da capacidade relativa dos Estados de atrair capital e mantê-lo em seu território. Arrighi (1994) busca conciliar as perspectivas marxista e *braudeliana* de capitalismo, como simultaneamente a relação econômica derivada da alienação do trabalho de seus meios de produção e o antimercado, plano sociopolítico que funda e perpetua tal relação. Essa dinâmica é historicamente canalizada para a esfera da produção a partir da constituição pelas forças capitalistas de inovações tecnológicas e organizacionais que lhe permitem expandir a capacidade do capital em adquirir forma transacionável, de tornar-se mercadoria. No âmbito político, tal dinâmica é acompanhada pela expansão do escopo territorial em que o mercado se desenvolve.

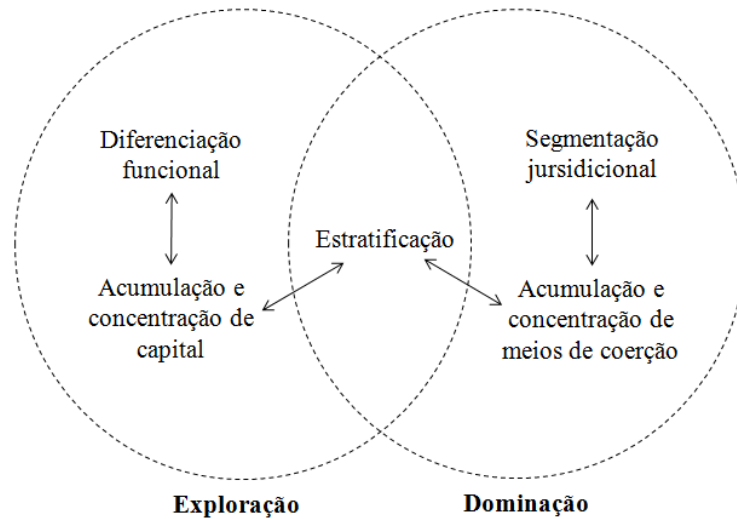
Dessa forma, Arrighi (1994) explica a política internacional através dos ciclos sistêmicos de acumulação que engendram uma forma historicamente específica de capital e coerção, a qual permite ao sistema, por sua vez, expandir o volume e o escopo de sua acumulação. Essa relação é constitutiva dos processos de monopolização das atividades produtivas mais lucrativas, guiado pela disputa entre as esferas de dominação territorial pelo controle do capital. Assim, se ficava vago em Wallerstein (1974, 1996) o nexos explicativo entre a estratificação axial processada no comércio mundial, as relações que permitem a variação de atividades produtivas ao redor do sistema e sua respectiva lucratividade, sua explicitação é o núcleo da teorização de Arrighi (1994). A disputa por comando do capital entre os agentes detentores dos meios de coerção, por capitalização nominal de seus domínios extrativos atrelada a seu papel na produção e na circulação, é o elemento que permite ao

próprio capital se expandir. Como argumenta Brussi (2011), os sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação são comandados por blocos de poder territorialista-capitalistas, que progressivamente congregam mais capacidades de expandir e aprofundar o sistema que lideram, expondo a face econômica dos processos que configuraram a hegemonização do Estado moderno por Tilly (1990).

Exploração e dominação, portanto, são processos estruturantes de assimetria do sistema dotados de lógicas próprias, mas inter-relacionados na socialização entre espaços e agentes da política internacional. Os pontos de tangência das obras resenhadas permitem sugerir que as configurações específicas das relações de dominação e exploração que formaram o Estado moderno sejam integradas mundialmente pelo sistema interestatal. Nele, vinculam-se territorialmente relações de produção e circulação de riqueza em busca de capitalizar jurisdições extrativas a que os Estados dão forma. Em conjunto, conforma-se uma estrutura de acumulação funcionalmente integrada na geração desigual de riqueza associada a uma estrutura de “dediferenciação” e segmentação das formas de dominação em soberanias desiguais. Esse processo de estratificação do sistema advindo da socialização confluyente de relações sociais em meio à economia mundial e à política internacional se coloca como uma estrutura generativa das assimetrias relacionais do sistema internacional.

O diagrama da figura 2 ilustra a socialização configurada nas transações sociais dos processos de exploração e de dominação nas relações internacionais. Enquanto a exploração se produz por meio da diferenciação funcional entre agentes econômicos, acumulando e concentrando capital; a dominação se produz na disputa pela extração de parcela dos recursos comandados pelo capital. Da combinação entre tais estruturas, na dinâmica de capital e coerção, emerge a estratificação entre as jurisdições segmentadas da política internacional quanto a sua capacidade relativa de atrair e comandar capital de modo a monopolizar certas atividades produtivas e obter ganhos comerciais a partir de tal monopólio. Tal configuração coloca-se como processo generativo das soberanias desiguais que comandam a política internacional, a distribuição de poder, ao mesmo tempo em que esta última condiciona a reprodução dessa mesma estratificação. O presente capítulo conclui, na próxima subseção, estipulando os mecanismos de exclusão das dinâmicas de capitalização e nas esferas de produção e circulação de riqueza, que permitam compreender a estratificação do sistema internacional contemporâneo.

Figura 2 – Socialização político-econômica e estratificação internacional



Fonte: Elaboração própria, inspirado em Tilly (1990, p. 27), a partir de revisão bibliográfica.

2.3.2 Mecanismos de exclusão e processos de estratificação

O conceito de estratificação foi apresentado neste capítulo como uma forma vertical de diferenciação em que a composição de atividades desempenhadas pelos agentes enseja a produção de distribucionais assimetrias entre si (BUZAN; ALBERT; ZÜRN, 2013, p. 1-2, DONNELLY, 2009). A estratificação, portanto, é uma forma de diferenciação que interliga duas lógicas combinadas de hierarquias, uma assimetria *posicional* em uma determinada rede de funções e outra *produtiva* dos atributos e, no limite, das ontologias dos atores e dos espaços inseridos suas relações (BIALLY-MATTERN; ZARAKOL, 2015). Para Michael Mann (1986, p. 10), a estratificação é a forma estrutural que organiza a “criação e distribuição de poder na sociedade”, a reunião das condições pelas quais grupos logram atingir seus interesses e privar terceiros dos meios de obter os seus³¹. Portanto, estratificação é um nexos entre diferenciação e distribuição estrutural: uma forma hierarquizada de organização da diferenciação dos agentes que produz suas posições relativas em uma estrutura que condiciona suas possibilidades de agência.

Na política internacional, tal noção de estratificação está presente em diversas perspectivas teóricas. As soberanias desiguais que derivam da indiferenciação funcional na anarquia assimétrica de Waltz (1979) são um exemplo recorrente de estratificação (BUZAN;

ALBERT, 2010, DONNELLY, 2012). No entanto, se a caracterização da estratificação de soberanias de que é constituída a política internacional é ressonante na disciplina³², a do processo de estratificação em si é um tema bastante menos ubíquo. Como antes discutido neste capítulo, a confluência da socialização entre capital e coerção é o processo que configura a estratificação, porém os laços sociais que a constituem ainda necessitam melhor especificação para dotá-la de capacidade explicativa sobre os eventos aqui estudados: as condições de agência disruptiva sobre as assimetrias materiais em que estão inseridos os países do Sul Global.

Andrew Hurrell e Ngaire Woods (1999) apresentam tal estratificação em termos da capacidade desigual, geograficamente demarcada, que determinados grupos sociais têm de imputarem preferência sobre a ordem internacional, suas normas, valores e instituições. Segundo os autores, o Norte Global, em que residem os grupos sociais que lideraram a construção da ordem internacional ocidental, logrou cristalizar seu poder nas convenções que regem diversas transações sociais, econômicas e políticas, excluindo o Sul Global de canais para influenciá-las. Em Viola (2013), o caráter processual e relacional da estratificação é mais bem explicitado. Segundo a autora, as relações entre Estados equitativamente soberanos seriam um formato de mediação de um processo organizado de “exclusão pela inclusão” de grupos sociais periféricos do acesso a bens comuns da sociedade internacional, de modo a permitir o incremento do escopo e do volume das assimetrias originais, mas preservando e reproduzindo sua natureza. Sob a veste da equidade nominal do sistema de Estados, traveste-se um sistema estratificado entre Norte e Sul, fundamentado na exclusão seletiva de recursos substantivos e governativos.

Para Lees (2012), enquanto forma socialmente organizada de produção e reprodução da desigualdade, a estratificação seria composta por um conjunto de transações sociais assimétricas, que somadas dão sentido à estratificação Norte-Sul e às persistentes desigualdades materiais territorialmente distribuídas no planeta. Assim, nesse mesmo sentido, os mecanismos que permitem a determinadas jurisdições manterem sua capacidade relativa de atrair e comandar capital, de modo a monopolizar certas atividades produtivas e obter ganhos comerciais e de renda a partir de tal monopólio, conformam laços sociais que produzem e

³¹ “Social stratification is the overall creation and distribution of power in a society. It is *the* central structure of society [...], it is the way whereby human beings achieve their goals in society.” (MANN, 1986, p. 10, tradução nossa). Ver também Mann (1986, p. 38).

³² A noção de que as grandes potências adquirem funções governativas a que outros países não têm acesso é presente em teorizações como as de Morghentau (2005), Waltz (1979), Bull (1977), Gilpin (1981), Arrighi (1994) e Keohane e Martin (2003).

reproduzem a estratificação que se busca analisar. No estudo referencial de Charles Tilly (1998) sobre desigualdade, o autor analisa relações sociais típicas que efetivam essas formas organizadas de exclusão constituintes de desigualdades duradouras – de estratificação³³ –; relações essas a que chama de *mecanismos de exclusão*. A compreensão desses mecanismos de exclusão que processam a estratificação internacional permite preencher o vazio explicativo da anarquia com as relações sociais hierárquicas que a constituem e configuram sua estrutura.

Tilly (1998) inicia seu livro com uma perspicaz analogia sobre a estratificação, a partir da relação entre natureza [*nature*] e nutrição [*nurture*], argumentando que, por exemplo, atributos adscritos naturalizados como pertencentes a certos grupos sociais (raça, gênero, classe), são, em verdade, produtos de recorrente acesso diferenciado à alimentação em qualidade e quantidades adequadas. Em outras palavras, a figura retórica do autor busca ilustrar que “desigualdades categóricas são as causas reais de muito do que o observador comum toma como resultado de variações na natureza ou no esforço individual”³⁴. Nas devidas proporções e correspondências, a alegoria de Tilly (1998, p. 1-7) pode ser pensada em termos políticos e espaciais, nas assimetrias socialmente organizadas que, de maneira persistente, definham populações em um quinhão do planeta e cevam outras noutra. Tais proporções e correspondências da produção de desigualdades categóricas em nível mundial é o que se busca nesta seção, como modo de compreender a efetividade do processo de estratificação do sistema internacional contemporâneo no próximo capítulo.

Tilly (1998) concebe sua teoria das desigualdades categóricas duradouras como um elo analítico entre o processo de exploração, em Marx, e o de “fechamento social” [*social closure*], em Weber, conectados pelos mecanismos de exclusão que conceitua. O ponto central do argumento de Tilly (1998) é que desigualdades não são apenas diferenças estáticas de dotação de atributos entre grupos ou indivíduos, mas, sim, o resultado de intercâmbios sociais reiterados e organizados que se reproduzem por meio de categorias sociais. Tais categorias produzem um recorte social identificável (i.e raça, gênero, nacionalidade, país)³⁵,

³³ Apesar da qualificação de Tilly (1998, p. 27-29) sobre a diferença entre estratificação e desigualdade, opta-se por tratar as assimetrias estruturadas do sistema internacional como estratificação no sentido em que elas congregam dimensões de exclusão nos processos de produção e circulação de riqueza em uma dimensão de desigualdade material espacialmente organizada.

³⁴ “Exploitation rests on unequal distribution of rewards proportionate to value added among participants in the same enterprise.” (TILLY, 1998, p.6, tradução nossa)

³⁵ Doravante, me referirei a categorias e grupos sociais nesse sentido *Weberiano* (WEBER, 1984) de classe, que é produto do fechamento social, que engendra sobre si um amalgame de relações, como as categorias-rede de Tilly (1984).

identidade esta que auxilia a demarcação da fronteira entre papéis nas relações sociais. Assim, relações assimétricas produtoras de desigualdade (i.e. exploração e represamento de oportunidades) operam através de fronteiras categóricas na identificação de grupos sociais que facilitam seu funcionamento e disseminação. Portanto, são os “laços” sociais de uma rotina organizacional de transações assimétricas, balizadas em fronteira categóricas, que constroem a “essência” percebida em tais categorias nas desigualdades performáticas e substantivas a elas atribuídas (TILLY, 1998, p. 7-40).

Os mecanismos de exclusão que causam combinadamente tais transações assimétricas são: a *exploração* e o *represamento de oportunidades* [*opportunity hoarding*]. A relação de *exploração* “reside na distribuição desigual dos retornos do valor adicionado entre os participantes de um empreendimento conjunto”³⁶. Esse processo está associado a uma configuração hierárquica de transações em uma organização social, que permite a um grupo, ou categoria, o controle sobre seus processos distributivos. O segundo mecanismo, o *represamento de oportunidades*, reside no sequestro do acesso a recursos necessários para o funcionamento de uma organização ou empreendimento conjunto (TILLY, 1998, p. 91-95). O represamento de oportunidades não demanda o mesmo grau controle organizacional da rede de transações. Ele advém do controle particular de ao menos um nó relevante de tal rede, monopolizando-o, e mantém-se pelo estabelecimento de barreiras de entrada a outros atores.

A existência de desigualdades duradouras, tal qual a estratificação do sistema internacional, pode ser compreendida como perpetuada pela interação desses mecanismos como categorias que facilitam sua organização distribucional. Na esfera da organização da produção e da circulação de riqueza mundial, o papel do Estado moderno na delimitação de uma categoria sólida de organização da desigualdade não é novidade na literatura. Lees (2012) demonstra que a constituição da clivagem Norte-Sul, ilustrativa da desigualdade global, é consequência de transações assimétricas originadas da configuração do sistema moderno de Estados modernos a partir do sistema colonial, em que tal “par categórico” é reiterado em distintas dimensões de controle concentrado da ordem internacional. Assim, como em diversas outras formas de desigualdades categóricas, a estratificação sistêmica se associa a uma combinação de categorias organizacionais e mecanismos de exclusão.

Para Tilly (1998, p. 103-116), a operação dos mecanismos de exclusão possui dois efeitos sobre as categorias que relaciona: um direto e outro indireto. O primeiro efeito é

³⁶ “Exploitation rests on unequal distribution of rewards proportionate to value added among participants in a joint enterprise.” (TILLY, 1998, p. 85, tradução nossa).

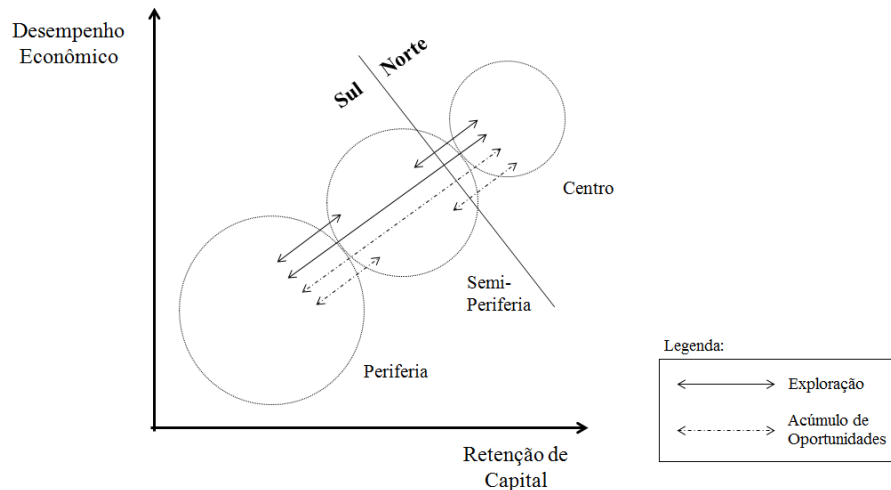
distribucional, diretamente decorrente da apropriação desigual de recursos pela exploração e pelo represamento de oportunidades. O segundo efeito é indireto e corresponde à alegoria entre natureza e nutrição de Tilly (1998, p. 1-7), no sentido de que se manifesta no acúmulo relativo de capacidades de um grupo social de obter maior parcela dos recursos coletivos no futuro. Esse último efeito indireto é ainda mais relevante para a persistência de desigualdades categóricas, pois permite acessar a origem relacional de atributos percebidos como essenciais. No sistema internacional, se a análise de Lees (2012) permite descrever a forma como a emulação da clivagem Norte-Sul dissemina-se por meio de distintas transações sociais internacionais e transnacionais, sua análise furta-se de se aprofundar na operação dos mecanismos relacionais que instalam e perpetuam tal clivagem na economia mundial. Faz-se necessário, portanto, possibilitar a compreensão dos mecanismos de exclusão que se desenvolvem da configuração organizacional da produção, circulação e acumulação de riqueza na contemporaneidade.

A economia internacional pode ser concebida como uma rede complexa de transações entre produtores e cadeias produtivas. Como antes discutido, a interpretação holista e funcionalista dessa rede por Wallerstein (1974) a esquematiza como uma hierarquia em que nichos produtivos se agregam em nós, cujo nível de monopolização organiza as dimensões de acumulação existentes. A figura 3 ilustra a configuração organizacional em que se produz a estratificação axial do trabalho teorizada por Wallerstein (1974), em que nós periféricos gravitam em torno da acumulação dos nós centrais, perpetrada pela troca desigual e possibilitada pela exclusão do acesso às atividades produtivas centrais.

Em Tilly (1990) e Arrighi (1994), a dinâmica de capitalização, de disputa pelo comando do processo de acumulação, configura-se como um condicionante do desempenho político e militar dos Estados, bem como das atividades produtivas desenvolvidas sob sua jurisdição. Ao passo que a produção e a circulação de riquezas são processos difusos e funcionalmente diferenciados, a estratificação que distribui territorialmente tal riqueza e suas condições de reprodução pode ser associada à forma de diferenciação segmentada dos agentes que controlam os meios políticos de regulação desses processos. A figura 3 expressa, portanto, a configuração organizacional do processo de socialização ilustrado na figura 2 e trabalhado neste capítulo.

mecanismos de exploração e represamento de oportunidades na mediação entre desempenho econômico e retenção de capital entre Estados.

Figura 4 – Lógica dos mecanismos de exclusão na economia política internacional



Fonte: Elaboração própria a partir de Tilly (1998) e revisão bibliográfica.

O mecanismo da exploração, em âmbito global, seria resultado expresso da dinâmica do capital e atuaria por meio do “império transnacional” conceituado por Strange (1989). A exploração operaria internamente a cadeias multinacionais de adição de valor e frequentemente por meio do comércio transnacional intrafirma. Em conjunto e codeterminando as condições da capitalização nominal dos Estados, assim como de produção e circulação, operam mecanismos de exclusão análogos a acúmulos de oportunidade. A relação entre Estados e firmas no controle da disseminação de capital produtivo e de tecnologias através de diversos instrumentos, do controle de fusões e aquisições aos regimes internacionais de patentes parece seguir essa lógica (AMSDEN, 2001, HAUNSS; SHADLEN, 2009). Da mesma forma, o controle discricionário da circulação de bens – seja deliberadamente por meio de barreiras tarifárias e não tarifárias seletivos, seja pelo controle oligopsônico das cadeias logísticas de intermediação do comércio mundial – atua de forma a integrar desigualmente os espaços produtivos nas transações globais (KAPLINSKY, 2005). Por fim, as condições de capitalização dos Estados são diretamente afetadas pelo número limitado de emissores fiduciários das moedas internacionais, que dá condições profundamente desiguais de gerenciamento da liquidez internacional, com profundos impactos sobre o desempenho econômico de todos os países (STRANGE, 1989, COHEN, 1999, KIRSHNER, 2006).

Em suma, é possível elencar mecanismos que atuam na economia internacional, por meio da interação entre Estados e capital, com fortes efeitos na distribuição de recursos ao largo do planeta e na reprodução da habilitação desigual dos espaços econômicos de distintos países para obtê-los. A tais barreiras de entrada aos nós mais lucrativos da economia mundial, Kaplinsky (2005) chama genericamente de “rendas”, ou “quasi-rendas”, cuja apropriação e exclusão organizam a distribuição de riqueza entre as regiões do planeta. O próximo capítulo avança no debate sobre a efetividade desses mecanismos de exclusão na organização contemporânea da economia internacional. Em especial, busca-se compreender a interação entre Estados e agentes econômicos na operação dos ganhos desiguais da globalização produtiva e financeira, assim como, na organização do comércio internacional em Cadeias Globais de Valor. Portanto, se a estratificação internacional se reproduz por meio de mecanismos de exclusão, sua ruptura há de se fundar em seu processo reverso, pela agência política que mitigue seus efeitos ou, no limite, rompa com tais mecanismos de exclusão, desestruturando suas assimetrias constitutivas.

3 ESTRATIFICAÇÃO NA ECONOMIA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA

O presente capítulo busca analisar a estratificação contemporânea derivada da organização dos processos de geração e apropriação de riquezas na economia internacional, assim como de sua acumulação. Para tanto, o capítulo discute em suas duas primeiras seções o acúmulo intelectual sobre a estratificação da economia internacional e o contrasta com as transformações nela em curso nas últimas décadas. A terceira seção busca compreender os mecanismos de exclusão que contemporaneamente operam na reprodução das assimetrias geograficamente marcadas do sistema internacional. Serão examinados os mecanismos operantes na geração e apropriação de rendas oriundas da produção e da geração de riquezas na economia internacional, assim como, as derivadas do controle Estatal de seus termos nominais de acumulação no Sistema Monetário Internacional (SMI). Com isso, espera-se fundamentar a compreensão dos efeitos dos mecanismos pelos quais a estratificação internacional se perpetua sobre as condições de emergência de países do Sul Global, a serem discutidas no capítulo seguinte.

3.1 Uma breve história do pensamento sobre a estratificação mundial: o espectro centro-periferia na análise da economia política internacional

As noções de centro e periferia se disseminaram no pensamento sobre a economia internacional a partir da contestação à concepção clássica do comércio internacional, consagrada na teoria *ricardiana* das vantagens comparativas. A partir da literatura originada na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL)³⁷, sustentou-se uma tradição de pensamento orientada a demonstrar teoricamente e evidenciar empiricamente a existência de ganhos persistentemente desiguais na economia internacional, os quais estariam associados aos padrões produtivos dos países. Enquanto a teoria clássica argumentava que o valor médio relativo das cestas de produtos de cada país não possuía efeito sobre a determinação de seus saldos comerciais, a tese *cepalina* buscava demonstrar o quão perniciosos eram os movimentos de longo prazo dos termos de intercâmbio no desempenho relativo do centro e da periferia.

³⁷ Para detalhes do processo de construção intelectual do pensamento *cepalino*, ver estudo de Fonseca (2000).

A demonstração lógica da tese inicial da estratificação centro-periferia ficava ao encargo dos mecanismos de mercado que impediam a produtividade de se disseminar homogeneamente por meio do comércio internacional. Segundo Prebisch (1949), os saldos de produtividade no centro advindos de sua industrialização – que, em si, permitiram a constituição do comércio internacional – estratificaram o planeta quanto ao nível técnico inserido em sua produção e transacionado com outros países. Dada sua capacidade de incorporar evolução tecnológica, os produtos manufaturados possuíam a característica de terem sua demanda mais responsiva a incrementos na renda dos consumidores que os produtos primários. Assim, se evidenciado tal mecanismo na variação desproporcional dos preços de bens primários e industriais, o consumo importado destes não poderia ser plenamente financiado com a exportação da produção doméstica daqueles, pois imporiam constrangimentos às contas externas. Uma vez que o comércio internacional organizava-se, em grande medida, pela troca entre manufaturados, no centro, e bens primários, na periferia, ele canalizava as assimetrias técnicas do sistema por meio da deterioração dos termos de intercâmbio.

Ainda que não fosse a única explicação do subdesenvolvimento vigente³⁸ e tampouco a gênese do pensamento sobre tal situação³⁹, a teorização de Prebisch (1949, 1966) inova ao tentar explicar o Centro e a Periferia como duas realidades de desenvolvimento mutuamente constitutivas (BIELSHOWSKI, 2000). Em torno dessas ideias, ao pensamento *cepalino* afluíram relevantes contribuições para sua sofisticação. Em Furtado (2005) e Tavares (1972), é apresentada a figura do estrangulamento externo, pela qual o processo de aquisição de bens de capital, que perpassaria a industrialização, é sistematicamente estrangido pela posição relativa dos termos de intercâmbio sobre o balanço de pagamentos. Em Aníbal Pinto (2000), o conceito de heterogeneidade estrutural, ou dualismo, demonstra as causas domésticas que se associam às globais na reprodução da posição periférica. Para o autor, a economia periférica funcionaria remunerando parte da sociedade ao nível de subsistência, enquanto o setor mais dinâmico de tal economia - aquele que Furtado (2005) chamara de primário-exportador – destinaria ao exterior os lucros de sua inserção no comércio mundial, para sustentar seu consumo de importados, impedindo capacidade de acumulação na economia doméstica (PINTO, 2000). Essa dualidade, posteriormente explorada sob uma distinta concepção nas

³⁸ Para além do etapismo de Rostow (1961), Nurkse (1957) e Hirshmann (1965) já observavam o subdesenvolvimento como uma condição possivelmente estável, reproduzida pela dificuldade de acúmulo de capital.

³⁹ Em Fonseca (2000), são também discutidas as raízes do pensamento *cepalino* na intelectualidade latino-americana a ele prévia.

versões *Trotskistas* da teoria da dependência⁴⁰, explicaria a relação interna às economias periféricas que sustentava a estratificação sistêmica em seu desenvolvimento desigual e combinado.

A estrutura de desigualdade centro-periferia apresenta um caráter interacional e holístico, necessário para sua compreensão como uma estratificação sistêmica. De um lado, como pondera Fonseca (2014), tal pensamento foi central no próprio processo de desenvolvimento de diversos países, em especial, da América Latina, pois delimitou projetos nacionais de superação do subdesenvolvimento calcados no combate aos atributos domésticos de atraso. Por outro lado, a força do argumento holista - pelo qual a periferia estaria presa a dinâmicas do comércio desigual e cuja versão mais extrema seria o funcionalismo de Wallerstein (1974) - teve consequência crítica sobre os limites dos esforços de industrialização no Terceiro Mundo. Bresser-Pereira (2000) considera que tal perspectiva oriunda da teoria da dependência, em suas versões revolucionárias *Trotskistas* e associacionista, como a gênese intelectual do desmanche do projeto de desenvolvimento latino-americano.

No entanto, para além de seus efeitos estratégicos nacionais, do conjunto de reflexões feitas à estratificação centro-periferia, surgiram importantes reflexões críticas sobre suas possibilidades de aprimoramento. Como ponderado por outra parte dos críticos da dependência, especialmente Cardoso e Faletto (1979), tais relações, se bem produzidas e reforçadas nas transações internacionais, eram explicadas pelos atributos apriorísticos e anistóricos de um centro industrializado e de uma periferia primária. Como reforça Palma (1978), em sua clássica síntese, por subsumir a análise relacional aos atributos típicos de centro e periferia, tal concepção cai em um formalismo que oblitera a análise das recorrentes e variadas “situações concretas de subdesenvolvimento” e seus determinantes. Em sentido heurístico, a explicação centro-periferia das desigualdades globais pretere a análise relacional, dado que ela se define pelas dotações relativas de certas características de centro ou de periferia, as quais seriam apenas reproduzidas nas transações sociais e não constituídas nelas (JACKSON; NEXON, 1999). A consequência analítica disso é a dificuldade de tais teorias acompanharem a dinâmica histórica que efetivamente modifica os atributos da desigualdade distributiva que organiza a estratificação material do sistema internacional.

⁴⁰ Frank (1966, 1969), Galtung (1976), Emmanuel (1972) e Marini (1991) seriam os principais expoentes dessa literatura. Rosemberg (2013) busca interessante diálogo dessa literatura com a teoria de relações internacionais contemporâneas.

Ainda assim, apesar da relevante ponderação teórica dependentista, a crítica mais efetivamente contundente ao pensamento *cepalino* viria da interpretação comparada de situações concretas de superação ou não do subdesenvolvimento. As experiências quase sincrônicas de emergência do Leste Asiático e de falência do modelo de desenvolvimento latino-americano em torno da substituição de importações, desde o final da década de 1970, abriram um campo empírico para o debate sobre as explicações e as práticas associadas à ruptura da estratificação internacional. Parte dessa literatura crítica, em sua versão neoclássica, em vez de avançar na compreensão estrutural do subdesenvolvimento, como propunham os dependentistas, refutou de maneira mais ampla tal pensamento. Sua argumentação propunha que o crescimento da renda de países como Japão e Coréia do Sul estivesse associado à sua progressiva inserção na economia global e seus efeitos cumulativos sobre a produtividade (BALASSA, 1978, KRUEGER, 1980). Retoma-se, através desses casos e dos demais Tigres Asiáticos, a perspectiva *ricardiana* sobre o comércio internacional, em torno da chamada estratégia de *export led growth* (WORLD BANK, 1987).

Fortalecia-se uma tese de que o mundo convergiria a um patamar geral de bem-estar e renda por meio da globalização do capitalismo (BHAGWATI, 1998). Ainda assim, a questão da disseminação do progresso técnico e da tecnologia manteve-se no centro desse debate, seja para sua sustentação, seja para sua crítica. De um lado, como sustentado por Romer (1990, 1994), argumentava-se que a disponibilidade de tecnologia dos países avançados diminuía os custos do progresso técnico para os países que se integravam à economia global. Por outro lado, autores como Amsden (2001) demonstraram as dificuldades de conceber tal integração como fonte beneficente de capital e tecnologia.

A reconfiguração da geografia e da divisão de trabalho da economia global também imprimiu forte impacto sobre as tentativas de pensar atividades tipicamente centrais ou periféricas. As firmas transnacionais progressivamente internalizaram o processo de agregação de valor, desagregando geograficamente suas etapas sem desencapsular o controle do progresso técnico em seus países de origem (WADE, 2005). Em um mesmo empreendimento manufatureiro, distribuíam-se ganhos altamente desiguais entre os países e reforçava-se a crença de que tal desempenho era fruto simples dos diferenciais de produtividade marginal. A própria emergência do Sul Global nos fluxos econômicos, propalada pelos acrônimos BRIC e Next-11⁴¹ era inserida no argumento de uma convergência

⁴¹ Acrônimo BRIC reúne Brasil, Rússia, Índia e China, como os países que comandariam as maiores economias em meados deste século. Os próximos onze, segundo a mesma metodologia, seriam os Next-11. Detalhes em O'Neill (2001, 2003, 2005).

global indiscriminada quanto à composição setorial da estrutura produtiva (SAAD-FILHO, 2014).

No bojo do argumento da convergência global, produzida no comércio internacional e promovida pela firma transnacional, emerge a literatura sobre as Cadeias Globais de Valor (CGV) como o novo espaço em que se expressa o dinamismo econômico mundial. Inserir-se em tais redes e nela progredir torna-se um *nó Górdio* do desenvolvimento competitivo nacional, de modo que compreendê-las se converte em desafio empírico e teórico relevante desse processo. O presente capítulo busca por em diálogo crítico as interpretações desse processo de reorganização da produção e circulação de riqueza na economia mundial, de modo a compreender os motivos internos a seu funcionamento que reproduzem as assimetrias distributivas, especialmente demarcadas, do sistema internacional. Busca-se, portanto, compreender as relações que contemporaneamente processam a estratificação centro-periferia.

3.2 Produção transnacional, comércio internacional e Cadeias Globais de Valor: estratificação na divisão internacional do trabalho contemporânea?

A fragmentação do processo produtivo de bens finais em mais de um país tem sido uma marca relevante da economia internacional contemporânea. Robinson (2007) compreende esse processo como parte de um vasto fenômeno de transnacionalização global promovido pela disseminação das firmas multinacionais desde meados do século XX e ganhando dimensões transformativas sobre o sistema atualmente. Estudos recentes do consórcio TiVA⁴² sugerem a efetividade do argumento da fragmentação transnacional do processo produtivo, em que o comércio internacional incorpora fatores produtivos oriundos de outros países por trás de si. A relevância de tais cadeias globais de adição de valor que permeiam o comércio internacional impacta a análise dos determinantes da estratificação global de duas maneiras. Primeiramente, o desempenho exportador de um país passa a incorporar produção estrangeira, em uma articulação progressiva entre perfil de importação e exportação, com impactos perniciosos sobre balança comercial. Consequentemente, a identidade tradicional entre saldos comerciais e industrialização ganha nuances relevantes.

⁴² Trade in Value Added (Comércio em Valor Agregado), iniciativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Banco Mundial e da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) para estudar

Desde os anos 1970, com o avanço do processo de transnacionalização da produção industrial, diversos autores, incluindo o próprio Hans Singer (SARKAR; SINGER, 1991), realizaram estudos evidenciando que certas atividades manufatureiras observaram deterioração de termos de intercâmbio semelhante e, até mesmo superior, a alguns bens primários (KAPLINKY, 2006, HARVEY *et al*, 2010). Nesse mesmo sentido, cabe ressaltar a relevância do estudo econométrico de Arezki *et al* (2013), da equipe econômica do Fundo Monetário Internacional (FMI), testando a hipótese Prebisch-Singer e sugerindo a impossibilidade de sua refutação. Suas conclusões agudizam as evidências dos estudos sobre o comportamento de preços industriais, pois mostram um escopo ainda mais limitado de composição de termos de intercâmbio favoráveis. Se a localização das atividades primárias de maior valor de troca mostra-se facilmente identificável, em torno do controle da extração e comercialização de recursos naturais escassos e não renováveis, os ganhos mais robustos internos à indústria de transformação exige um exame mais complexo do processo de agregação de valor (KAPLINSKY, 2006).

Um dos primeiros veículos de reflexão intelectual sobre o tema surge em meio à literatura sobre eficiência gerencial dos finais dos anos 1980. Os trabalhos de Michael Porter (1985, 1990) deram início a uma literatura centrada na identificação dos elementos adicionais à transformação física do produto, que regiam a geração de seu valor comercial. Ainda que tais estudos não atentassem propriamente à transnacionalidade embutida em tal processo, suas reflexões dariam a base para a compreensão abstrata da hierarquia de atividades que permeava a adição de valor. A “curva sorriso”, proposta por Shih (1996), é uma ilustração disseminada dessa nova divisão do trabalho governada por ativos intangíveis na concepção e comercialização de um bem, que já organizava suas etapas em distintos países (MUDAMBI, 2008). A partir desse debate, Gereffi e Korzeniewicz (1994) inauguram uma perspectiva desse processo em torno do conceito de Cadeias Globais de Valor, como uma característica organizacional simultânea da firma transnacional e do comércio internacional, em que poucas corporações comandam diversos processos produtivos correlatos, congregando distintas firmas e países (GEREFFI; KORZENIEWICZ, 1994, GEREFFI; HUMPREY; STURGEON, 2005).

Desse modo, ao passo em que as CGV concentram os processos em que se localiza a porção majoritária de agregação de valor do sistema, sua estrutura interna hierarquizada torna

a distribuição de ganhos nesse processo dependente da relação entre seus “nós produtivos”. As relações intrafirma e entre os nós mais e menos concentrados de uma cadeia valor, tornam-se determinantes dos ganhos relativos nas CGV. Amsden (2009, 2007) advoga que, ao controlarem o espectro tecnológico e a inteligência organizacional da cadeia produtiva, as firmas transacionais impõem barreiras de entrada a seus consociados periféricos. Wade (2005) argumenta, no mesmo sentido, que a capacidade das empresas transnacionais de manterem em seu território as atividades mais produtivas da cadeia que comandam anula os potenciais efeitos de convergência da integração à economia internacional. Nesse mesmo sentido, para o caso brasileiro, Pereira e Datheïn (2016) evidenciam o comportamento nocivo das empresas transnacionais sobre o vínculo entre exportações e importações industriais na economia. Em suma, paradoxalmente, a fragmentação produtiva subjacente ao comércio internacional parece tornar ainda mais gráfica a figura da estratificação centro-periferia, em que o primeiro comanda o padrão de acesso do segundo à economia internacional.

A tradução dessas transformações sobre as variações do espectro denotativo da estrutura axial – centro, semiperiferia e periferia – foi alvo de problematização na literatura (BRIASS; TREZZINI, 1997). Arrighi e Drangel (1986) argumentam que a dinamicidade do processo de inovação monopolista que determina as atividades como tipicamente central ou periférica torna progressivamente nebulosa sua identificação empírica. Desse modo, os autores deslocam a análise para os diferenciais de “remuneração econômica média entre jurisdições políticas”, ou seja, a distribuição de renda *per capita* ao longo do sistema. Para o estudo que realizam, os autores identificam a recorrência de um recorte trimodal na distribuição da renda *per capita* sobre a população mundial para diversos anos do século XX, até 1986⁴³. Lima (2007) dá continuidade ao estudo de Arrighi e Drangel (1986), sofisticando sua metodologia de identificação de padrões de distribuição de renda *per capita*, por meio da análise de *clusters* Ward⁴⁴. Da mesma forma, os clusters são consistentes com a estratificação da renda em três grupos compatíveis com as modalidades: centro, periferia e semiperiferia. Desacoplado desse debate teórico, por meio do índice de Gini, Lakner e Milanovic (2015) evidenciam uma desigualdade elevada e persistente entre os espaços econômicos.

De modo geral, esses estudos sugerem, ao menos, a permanência da desigualdade em meio às transformações organizacionais do capitalismo contemporâneo. No entanto, tais análises não incorporam os mecanismos que produzem tais desigualdades geograficamente

⁴³ Para detalhamento da metodologia e dos resultados, ver Arrighi e Drangel (1986)

⁴⁴ Para detalhamento da metodologia e dos resultados, ver Lima (2007, p. 44-54).

demarcadas. Para além dos estudos sobre preços relativos de *commodities* já citados, Smith e White (1992) realizaram um pioneiro estudo sobre a distribuição de ganhos e os padrões comerciais por meio da análise de redes. Buscando traduzir os mecanismos de comércio desiguais teorizados por Emmanuel (1972) e Amin (1977), para tal metodologia de análise sincrônica de fluxos, os autores identificaram o mesmo padrão tri-modal. Inspirado no trabalho dos autores e a fim de subsidiar o debate sobre os mecanismos de exclusão que reproduzem a estratificação material do sistema internacional contemporâneo, o presente trabalho busca adentrar os padrões de centralidade que emergem das próprias Cadeias Globais de Valor que comandam a produção de riqueza.

Nesse sentido, dois estudos foram realizados a partir da plataforma TiVA, recentemente disponibilizada, de modo a ilustrar a desigualdade de ganhos internos a tal rede e seus impactos sobre os padrões de intercâmbio entre os países nela inseridos. Em primeiro lugar, estudaram-se os fluxos de *adição de valor do produto de um determinado país nas exportações totais de seus parceiros* (VAX), gerando a matriz estilizada na Tabela 1. Em segundo lugar, com foco em observar o saldo efetivo das transações nas CGV, estimou-se a *adição líquida de valor criado na economia de um país sobre a demanda final de seus parceiros* (VLA), gerando a matriz estilizada na Tabela 2. Para a compreensão das posicionalidades derivadas dos fluxos analisados, foram instrumentalizados dois índices de análise de redes: a centralidade ponderada de grau e a centralidade *eigenvector*.

A medida de centralidade ponderada de grau analisa o somatório dos fluxos que cada nó, nesse caso cada economia, realiza com os demais (FREEMAN, 1979). A medida *eigenvector* se mostrou uma relevante qualificação da anterior, pois foi desenvolvida para adicionar à medida de centralidade de um determinado nó a centralidade dos parceiros com quem possui laços mais intensos, explicitando sua centralidade no funcionamento da rede (BONACICH; PAULETTE, 2001). A instrumentalização de outras medidas teoricamente relevantes de centralidade - como a centralidade de proximidade (*closeness*) e de intermediação (*betweenness*) - ficou impossibilitada pelo fato de o grau não ponderado de fluxos, o número de parceiros de cada nó, ser idêntico na matriz (HANNEMAN, 2001, p. 60-67). A operacionalização de tais índices exigiria um tratamento dos dados, que, para o fim inicialmente desejado de cotejar os padrões de ganhos produzidos nas CGV, mostrou-se não necessário, ainda que se mantenha como possibilidade de aprofundamento para o estudo.

Quadro 2 – Matriz estilizada de rede de Valor Adicionado nas Exportações Estrangeiras - VAX_{ij} ⁴⁵

	PAÍS A	PAÍS B	PAÍS C
PAÍS A	Valor doméstico adicionado nas exportações de A	Valor das exportações de A adicionado às exportações de B	Valor das exportações de A adicionado às exportações de C
PAÍS B	Valor das exportações de B adicionado às exportações de A	Valor doméstico adicionado nas exportações de B	Valor das exportações de B adicionado às exportações de C
PAÍS C	Valor das exportações de C adicionado às exportações de A	Valor das exportações de C adicionado às exportações de B	Valor doméstico adicionado nas exportações de C

Fonte: Elaboração própria (2016).

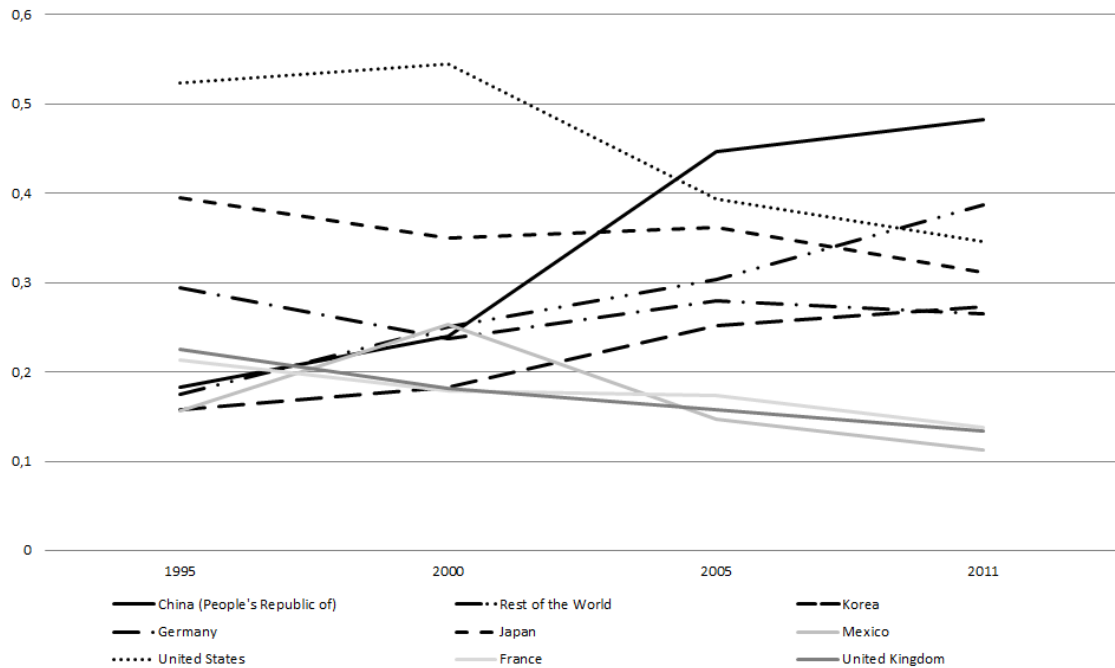
Quadro 3 – Matriz estilizada de rede de Valor Líquido Adicionado na Demanda Final Estrangeira - VLA_{ij}

	PAÍS A	PAÍS B	PAÍS C
PAÍS A	Não se aplica	Valor adicionado de à demanda final de B, descontado VAX_{ab} ⁴⁶	Valor adicionado de à demanda final de B, descontado VAX_{ac}
PAÍS B	Valor adicionado de à demanda final de B, descontado VAX_{ba}	Não se aplica	Valor adicionado de à demanda final de B, descontado VAX_{bc}
PAÍS C	Valor adicionado de à demanda final de B, descontado VAX_{ca}	Valor adicionado de à demanda final de B, descontado VAX_{cb}	Não se aplica

Fonte: Elaboração própria (2016).

⁴⁵ Valores extraídos da base Trade in Value Added (TiVA), nas planilhas “Origin of Value Added in Gross Exports”, compilados pela OCDE a partir de matrizes insumo-produto das contas nacionais. Para Sumário da metodologia e dados brutos: http://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=TIVA2015_C1. Os dados reportados pelos países foram convertidos em linhas da matriz explicada, gerando laços chamados de Valor Adicionado a Exportação Estrangeira (VAX_{ij}), para “i” como país reportador de origem e “j” como parceiro.

⁴⁶ Valores compilados a partir de extração da base Trade in Value Added (TiVA), nas planilhas “Origin of Value Added in Final Demand”, compilados pela OCDE a partir de matrizes insumo-produto das contas nacionais. Para sumário da metodologia e dados brutos: http://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=TIVA2015_C1. Os dados reportados pelos países foram convertidos em linhas de matriz, dos quais foram subtraídos o VAX_{ij} correspondente, gerando laços chamados de Valor Líquido Adicionado a Demanda Final Estrangeira (VLA_{ij}), para “i” como país de origem e “j” como parceiro.

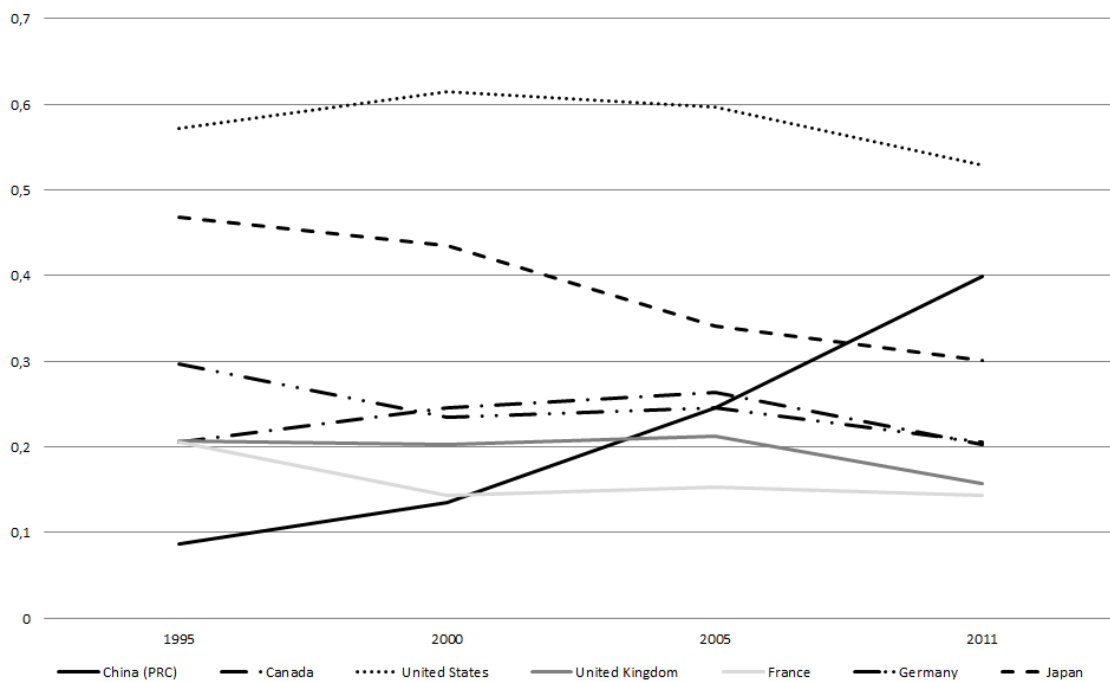
Figura 9 – Maiores centralidades *eigenvector* para VAX (1995 -2011)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da base de dados brutos da TiVA, processados no NetMiner 4.

O valor líquido adicionado por um país à demanda final estrangeira busca mapear o ganho relativo dessa economia nas CGV. A instrumentalização dos índices de centralidade para esse indicador revela um quadro bastante menos dinâmico que o anterior. Os dados sugerem uma narrativa mais linear, em que a economia estadunidense mantém sua centralidade em ambas as medidas, ainda que observando um adensamento dos perímetros centrais adjacentes, comparando-se as figuras de 10 a 13. De todo modo, observando-se a composição desse perímetro, pode-se perceber um movimento semelhante ao medido nas matrizes VAX, em que países europeus diminuem sua centralidade relativa a asiáticos, sobretudo a China. Cabe destacar, o movimento realizado pela Índia de ascensão aos círculos mais centrais. Assim, em termos comparados o processo de transição sugerido nesse segundo indicador parece obedecer a outra temporalidade, por certo, defasada em relação aos fluxos nominais de encadeamento comercial.

Uma comparação ilustrativa da diferença entre os indicadores é o caso mexicano, cuja relevância apresentada no valor adicionado às exportações de terceiros esvaece se medido por sua adição líquida de valor à demanda final de seus parceiros comerciais. O Brasil, país com relativamente baixa integração às CGV e dimensões semelhantes à mexicana⁴⁸, adiciona liquidamente mais valor ao consumo global que seu correspondente norte-americano. Em

⁴⁸ Ver nota 42, para detalhamento do caso brasileiro Sturgeon et al (2013) e Oliveira (2015).

Figura 14 – Maiores centralidades *eigenvector* para VAX (1995 -2011)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da base de dados brutos da TiVA, processados no NetMiner 4.

A presente seção buscou discutir a efetividade da estratificação na economia internacional contemporânea, revisando a literatura sobre a atualidade do pensamento e da mensuração sobre o tema. Em especial, buscou-se discutir os efeitos das transformações da organização produtiva e do comércio internacional sobre o mapeamento dos estratos que pautam a desigualdades internacional. Por fim, foram examinados os ganhos comerciais desiguais processados nas crescentemente relevantes Cadeias Globais de Valor, de modo a investigar o centro e a periferia que se formam por dentro do processo de geração de riqueza real no planeta. A periferia dessa rede de países altamente inseridos à economia global pode ser pensada como uma *proxy* da semiperiferia teorizada por Arrighi (1990), em sua ilusão do desenvolvimento através da integração às esferas produtivas mais dinâmicas da economia global. Desse modo, o caráter limitado do ingresso a tais cadeias parece subsidiar a relevância do estudo dos mecanismos emergentes da interface política e econômica que excluem recorrentemente determinados grupos populacionais, e países, dos ganhos materiais da economia global.

3.3 Mecanismos político-econômicos de exclusão e a organização das assimetrias internacionais

Esta seção final do capítulo discute, a partir das transformações discutidas da organização produtiva contemporânea e de sua estratificação, os mecanismos políticos e econômicos que atuam sobre sua conservação e reprodução. Conforme trabalhado no capítulo anterior, é possível identificar dois mecanismos típicos de exclusão causadores de desigualdades persistentes: a *exploração* e o *represamento de oportunidades*. Enquanto mecanismo, o primeiro atua sobre a remuneração desigual do trabalho no sistema e o segundo se insere na produção e na reprodução de barreiras de entrada às atividades mais bem remuneradas no sistema econômico. Busca-se, então, primeiramente, identificar o funcionamento da exploração nas relações capital-trabalho em nível global, em que se articulam desigualdades domésticas e internacionais. Por fim, a articulação entre política internacional e exclusão econômica será estudada por meio dos mecanismos que constituem acúmulos de oportunidade na esfera da circulação e da produção, bem como, no controle dos fluxos de capitais transnacionais.

3.3.1 Mecanismos de exploração transnacional: comércio intrafirma e outsourcing produtivo

Parte relevante do pensamento sobre o espectro centro-periferia reside na concepção de uma troca desigual fundamentada nas características relativas de países centrais e periféricos. Se o elemento que processa essa desigualdade seria os termos do comércio internacional, o processo constitutivo de tais pautas, para parte da literatura, seria a articulação global entre capital e trabalho por meio dos níveis salariais. A obra de Emmanuel (1972) argumenta que os diferenciais na remuneração da mão de obra estão diretamente associados aos níveis de progresso técnico e aos padrões de comércio de centro e periferia. Os níveis de salários mais elevados estariam associados à constituição dos mercados de escala industrial que germinaram o progresso técnico do centro. A argumentação da troca desigual fundamentada na exploração transnacional recebe caráter sistêmico nas obras de Wallerstein (1974, 1979), mas seus mecanismos seriam especialmente estudados por parte da teoria da dependência.

Ancorados na noção de desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky, os autores da dependência buscaram explicar o modo como o capitalismo periférico se vinculava ao

central por meio dos laços estabelecidos entre suas elites. Nesse sentido, autores como Frank (1966), Marini (1991) e dos Santos (1970) localizam paradoxalmente no comércio internacional desigual o mecanismo de remuneração das elites periféricas, cuja apropriação seria obtida pela sub-remuneração da mão de obra periférica. Em Marini (1991), o conceito de superexploração do trabalho permite entender o nexos entre as relações capital-trabalho central e periférica. A remuneração das elites periféricas ocorreria dissociada da incorporação de capital à produção, à custa do achatamento do nível salarial médio ao nível de subsistência. Assim, as elites periféricas poderiam se apropriar de grande parcela dos excedentes produtivos sem romper com os mecanismos de transferência para o centro processados pelo comércio desigual e pela remuneração financeira (DOS SANTOS, 1970).

Para além das críticas teóricas e heurísticas que se acumularam ao longo das últimas décadas, como em Palma (1978) e Cardoso (1974), a efetividade da exploração transnacional com um mecanismo produtor de desigualdades tem recebido pouca atenção recentemente. Por outro lado, a articulação entre desigualdades domésticas e internacionais, que baliza tal linha de argumentação, tem recebido atenção crescente da literatura. Nesse sentido, Milanovic (2005) apresenta a diferença entre os conceitos de desigualdade internacional e global para ilustrar tal perspectiva. Enquanto a primeira diria respeito aos diferenciais entre as riquezas produzidas pelos países, ponderados ou não por sua população, a segunda busca compreender as desigualdades existentes entre os residentes de todos os países. Em estudos recentes, Lakner e Milanovic (2015) identificam uma relevante discrepância entre o comportamento da desigualdade global e internacional, ainda que ambas sejam profundamente elevadas. Enquanto a desigualdade entre os países é historicamente estável e tenha diminuído nas últimas décadas - em torno de um índice de Gini de 0,6 - a desigualdade global cresce sustentadamente - em um patamar do índice de Gini superior a 0,8 (LAKNER; MILANOVIC 2015).

Como Milanovic (2016) pondera, esse comportamento sugere um aprofundamento das desigualdades domésticas nos países, concomitante a uma maior remuneração das elites das economias não tradicionais, ou periféricas. As conclusões de Milanovic (2005, 2016) reavivam o debate sobre os determinantes da exploração transnacional. Milanovic (2016) ainda ilustra como o incremento da desigualdade global, em meio ao sutil arrefecimento da internacional, possui importantes contornos sociais e geográficos. Apesar do incremento da renda de países asiáticos, como China e Índia, o principal componente do movimento tem sido o enriquecimento das parcelas mais abastadas das economias avançadas e de algumas

emergentes, a expensas da renda estagnada das classes médias mundiais e do incremento da pobreza em grande parte dos países menos desenvolvidos. Nessa mesma linha argumentativa, do ponto de vista ocupacional, estudiosos da desigualdade no capitalismo contemporâneo, como Piketty (2013) e o próprio Milanovic (2016), enfatizam o peso da remuneração financeira e gerencial como uma das principais explicações para a crescente desigualdade global.

Desse modo, se as conclusões desses autores desafiam o descarte da exploração transacional como mecanismo produtor de desigualdades globais, eles tornam necessário repensar sua operação. A relevância dos super-salários gerenciais nesse mecanismo, inserem o processo de exploração transnacional nas dinâmicas de coordenação das complexas redes globais de agregação de valor global. O peso crescente da remuneração financeira, por sua vez, demonstra a dimensão monetária de tal processo. Ao mesmo tempo, a desigualdade global ascendente demanda identificar os mecanismos que excluem certas classes médias de maior remuneração no processo produtivo. Portanto, os mecanismos de exclusão internos às dinâmicas da circulação e da produção parecem ser mais efetivos na explicação da exploração transnacional do que ela parece na explicação das transações desiguais como sugeriam os autores clássicos do tema.

Na fundamentação teórica de seu estudo sobre a semiperiferia, Arrighi (1990) já advogava que a exploração transnacional conduzida pelo comércio desigual não explica os mecanismos que determinam as assimetrias geograficamente marcadas do sistema. Para Arrighi (1990) essa dificuldade deriva do fato de que tais teorias concebem a determinação da troca desigual por meio de atributos relativos, não incorporando em sua dinâmica de controle concorrencial os ciclos monopolísticos de inovação. Nesse sentido, os Estados buscariam controlar parte desse processo de construção de zonas de baixa pressão concorrencial em seu território, no sentido de reter sua capacidade de comandar capital, de modo que, no limite, constituiria a dialética entre capital e coerção de seus ciclos de acumulação (ARRIGHI, 1990, 1994). Dado que a criação de tais “vantagens de renda” possuiria uma natureza intrinsecamente escassa, pois se baseia na manutenção de baixa concorrência, a grande maioria dos Estados buscaria acessar a riqueza global oferecendo “vantagens de custo”, associadas à oferta abundante de fatores de produção.

Assim, na análise de Arrighi (1990), se a construção das desigualdades globais engendra um processo de exploração transnacional, ele não se explica em si mesmo, mas, sim, na dinâmica de controle das barreiras de entrada constituintes do processo de acumulação

global. Dessa forma, em uma perspectiva derivada da teoria *Schumpeteriana* do desenvolvimento, as desigualdades globais derivariam de dinâmicas de geração e controle de lucros extraordinários por meio de criação de “rendas”. Kaplinsky (2005) dedica sua pesquisa justamente à compreensão dos mecanismos que constituem a criação, apropriação e reprodução de tais rendas *Schumpeterianas* e seus impactos sobre a desigualdade global. A compatibilidade de suas reflexões com o mecanismo de represamento de oportunidades, descrito por Tilly (1998), parece oferecer um caminho para compreender a interação entre política internacional e economia no processamento das assimetrias globais.

3.3.2 Represamento de oportunidades na geração, apropriação e reprodução de rendas

O conceito de renda - fortemente presente na economia política clássica e dotado de novas conotações na literatura contemporânea - parece se referir a uma dinâmica de interação social muito análoga à do mecanismo de exclusão teorizado por Tilly (1998) chamado de represamento de oportunidades. Renda, em geral, refere-se a um tipo particular de remuneração derivada da posse de um fator de produção cujas condições de oferta são intrinsecamente limitadas. A natureza específica dessa remuneração foi inicialmente percebida e teorizada por David Ricardo, a partir do retorno que os proprietários da terra recebiam dada a limitação de expansão do fator que controlavam (HUNT; LAUTZENHEISER, 2011). Assim, pela dificuldade de expandir a oferta de terra com os mesmos custos de produção, segundo Ricardo, os detentores de terra, diferentemente de capital e trabalho, seriam remunerados não por sua produtividade, mas pela simples posse de um produto tão escasso. No entanto, a generalização do argumento *ricardiano* seria possível apenas em Marschall, que, por meio de sua distinção entre curto e longo prazo, identifica que retornos descolados do incremento da produtividade poderiam ocorrer em outras atividades além da posse da terra, oferecendo uma remuneração similar a uma renda: uma quasi-renda (LAI, FANN, 2000).

Esse desacoplamento entre renda e terra possibilitou o entendimento dos efeitos de condições controladas ou restringidas de demanda sobre a economia. A definição referencial de renda em Alchian (2008) incorpora essa noção mais abrangente, baseada no conceito *Marshalliano* de quase-renda. Para ele:

‘Renda’ é o pagamento pelo uso de um recurso, seja ele terra, trabalho, equipamento, ideias, ou mesmo dinheiro. O termo é frequentemente restrito ao pagamento pelo uso da terra ou de equipamentos. Renda econômica” é o pagamento

pelo uso de **qualquer recurso cuja oferta é rígida**. Rendas possuem um sentido social por que os níveis de mercados de uma renda indicam que o uso de seus recursos de oferta restrita possui maior valorização. ‘Rendas monopolísticas’ são pagas a produtores em mercados em que a oferta é artificialmente restringida; ela pode ser dissipada por *rent-seekers* que competirão pela posição monopolista.⁴⁹

Essa concepção expandida de renda permite localizar sua determinação nas condições concorrenciais de oferta de um recurso, que podem ser “artificialmente” gerenciadas por agentes econômicos, enfatizando o caráter político-econômico de sua geração e apropriação. Essa concepção de renda e seus efeitos sobre a economia foram mais proeminentemente teorizadas na relação entre concorrência, inovação e lucro capitalista em Schumpeter (1961). Para o autor, o processo de acumulação capitalista depende da ruptura do equilíbrio das taxas de lucros, por meio da inovação. Assim, se a concorrência fosse perfeita no sistema, não haveria diferencial de taxas de lucros, tampouco, acumulação. O processo que rompe com tal equilíbrio é a inovação. A inovação, nesse sentido, possui um caráter mais genérico que o de incrementos na produtividade ou de mudança tecnológica – ainda que não dissociados deles – sendo considerada toda mudança em produtos ou na organização da produção que cria zonas de baixa pressão concorrencial para uma empresa (MC CRAW, 2010). Assim, os processos de acumulação e inovação na economia estariam interligados entre si pela criação de monopólios temporários, de modo que a dinâmica econômica tenderia a segui-los para se apropriar das rendas que ele gera em sua oferta limitada (PEREZ, 2002).

Assim, na abordagem *Schumpeteriana*, rendas não seriam um tipo de retorno anormal do capitalismo; sua geração e apropriação seriam os elementos dinâmicos dessa economia. Da mesma forma, insular-se da competição e cercear a concorrência torna-se um expediente ordinário de tal dinâmica. Nesse sentido que o conceito de *barreiras de entrada* é inserido como corolário ao de renda, como o conjunto de elementos, derivados de agência direta ou indireta, que impedem a apropriação alheia de uma renda (KAPLINSKY, 2005, p. 32). A articulação entre os conceitos de renda e barreiras de entrada é bem ilustrada na definição de Kaplinsky das rendas *Schumpeterianas*:

Rendas descrevem uma situação em que as partes que controlam um conjunto particular de recursos são capazes de lucrar por sua escassez, insulando-se da

⁴⁹ Do original em inglês: “*Rent*’ is the payment for use of a resource, whether it be land, labour, equipment, ideas, or even money. The term is often restricted to payment for use of land or equipment. ‘Economic rent’ is payment for use of any resource whose supply is fixed. Rent serves a social purpose because market levels of rent indicate which uses of fixed resources are the highest valued, and direct such resources to those uses. ‘Monopoly rent’ is paid to producers in markets that are artificially restricted; it may be dissipated by ‘rent seekers’ who compete for monopoly status.” Excerto do verbete “Renda” (no original “Rent”) do the Palgrave Dictionary of Economics (ALCHIAN, 2008).

concorrência. Isso se torna possível ao criarem barreiras à entrada de competidores [na oferta de tais recursos], ou se aproveitar delas⁵⁰

Dessa forma, as barreiras à entrada constituem os elementos próprios do processo de produção do recurso monopolizado ou derivados do agente monopolista, que obstam a competição e reproduzem uma determinada renda. Kaplinsky (2005) identifica dois tipos genéricos de rendas, as endógenas ao processo produtivo e aquelas exógenas a ele. As rendas endógenas se associam ao processo de inovação, em si – por novas tecnologias, novas soluções organizacionais da produção, novas estruturas de fornecimento, capacitação de recursos humanos, novos ativos intangíveis e etc. (KAPLINSKY, p. 65-72). Suas barreiras de entrada, dessa forma, derivam do controle do conhecimento inserido nessa inovação e no impedimento de sua difusão antes que novos impulsos inovadores dele surjam. Kaplinsky (2005, p. 73-79) identifica as rendas exógenas ao processo produtivo em atributos locais da produção, tanto naturais - como dotação de recursos extrativos de oferta rígida - quanto sociais - como políticas, infraestrutura e condições de intermediação financeira. No entanto, mais do que sua tentativa de inventariar os tipos de renda passíveis de geração e apropriação, o esforço de Kaplinsky oferece um caminho para entender a complexa interação entre Estado e empresas nesse processo.

As diversas rendas que emergem do processo produtivo, por mais que obedeçam a uma dinâmica conduzida no âmbito da competição e da cooperação entre firmas, são permeadas em todos os seus tipos pela agência estatal. O Estado, constituído pelas relações discutidas no capítulo anterior, não apenas afeta a possibilidade de criação de inovações no processo produtivo como atua diretamente sobre as barreiras de entradas que impedem sua difusão. Assim, as barreiras de entrada atuam como mecanismos de exclusão via acúmulos de oportunidades internos ao funcionamento da economia global. Por meio delas, grupos se apropriam do controle da exploração de um recurso, privando os demais de seu acesso a ele. A ingerência Estatal na interação entre as dimensões endógenas e exógenas do processo de geração e apropriação de rendas - assim como, em sua reprodução por meio de barreiras de entradas ativas - se mostra um meio para compreender os mecanismos que processam a estratificação do sistema de Estados contemporâneo. As próximas seções debatem esse mecanismo e seus impactos sobre a distribuição de riquezas globais na esfera da circulação e

⁵⁰ “Rent describes a situation where the parties who control a particular set of resources are able to gain from scarcity by insulating themselves from competition. This is achieved by taking advantage of or by creating barriers to the entry of competitors”. (KAPLINSKY, 2005, p. 62, do original em inglês).

da produção, assim como, na relação direta dos Estados com o fluxo transnacional de capitais no SMI.

3.3.3 Acúmulos de oportunidades na esfera da produção e da circulação

O primeiro conjunto de mecanismos produtores de exclusão por meio de acúmulos de oportunidades opera explicitamente na interação entre a estrutura segmentada da política internacional e a dinâmica de diferenciação funcional existente entre os agentes econômicos. Assim, os mecanismos que atuam na interface entre o processo transnacional de geração e apropriação de rendas e sua segmentação internacional se mostram um caminho para a compreensão da reprodução dos padrões distribucionais da riqueza global. Kaplinsky (2005) argumenta que o *upgrading* nas CGV - a inserção de uma firma ou espaço produtivo em atividades de maior agregação de valor - depende de dois processos: a inovação, na esfera da produção, e o acesso aos consumidores finais, na esfera da circulação.

Caracterizadas como fruto de uma inovação monopolizável, as rendas *Schumpeterianas* são usualmente associadas à incorporação de conhecimento ao processo produtivo, em geral, e à inovação tecnológica, em específico. A relação entre comando da inovação tecnológica e a constituição dos polos territoriais mais dinâmicos da economia capitalista é alvo de uma extensa tradição de pesquisa (PEREZ, 2002, MODELSKI; DEVEZAS; THOMPSON, 2007). Recentemente essa agenda de pesquisa tem se destinado a observar os impactos mais difusos das ondas de inovação sobre a constituição da clivagem Norte-Sul na distribuição de riquezas da economia internacional. Reuveny e Thompson (2001, 2008) buscam evidenciar que o processo de difusão tecnológica, a partir dos surtos de expansão de sua fronteira no Norte e por meio das dinâmicas de investimento direto, está associado à reprodução do hiato entre as riquezas produzidas no Norte e no Sul. A percepção de que as economias centrais logram encapsular em suas jurisdições os ganhos do progresso técnico remete aos debates originais sobre a relação entre estratificação internacional e industrialização, mas o tema ganha contornos específicos em novas perspectivas sobre o desenvolvimento econômico.

A interpretação já clássica de Amsden (2001) sobre o desenvolvimento contemporâneo do Leste Asiático permite discutir o papel da tecnologia no processo. Para a autora, a chave da tecnologia não é apenas o incremento técnico que permite aumento da produtividade e, sim, sua condição de incorporar conhecimento ao processo produtivo capaz

de propiciar a contínua criação de inovações monopolizáveis. Nesse sentido, Amsden (2009) pondera sobre o impacto potencialmente prejudicial da inserção nas cadeias de produção internacional através da simples aquisição de maquinário, como no caso das plantas “maquiladoras”, em que os incrementos da produtividade se dissociam do processo de inovação. A inovação, logo, mesmo quando difundida enquanto tecnologia, não necessariamente tem sua difusão associada à ruptura de barreiras de entrada. A difusão da inovação seria derivada da própria lógica cumulativa da geração de tal renda. O caráter cumulativo e dinâmico das rendas endógenas à produção, para Kaplinsky (2005), ao passo que mantém aberta a possibilidade de constituição de “novas combinações” inovadoras, tenderia a fazer com que os mesmos atores que geraram a renda original se apropriem dela até que estejam em condições de gerar uma próxima.

De todo modo, a atuação estatal se articula com a natureza monopolística própria do processo de inovação, não apenas gerando as “rendas exógenas” que propiciam domesticamente, mas em um esforço de normatização de novas barreiras formais de entrada. Essas barreiras formais de entrada se apresentam na forma de segredos industriais e, sobretudo, de regimes de patentes e propriedade intelectual (KAPLINSKY, 2005, p 73). Chang (2002) demonstra como a atuação dos Estados em regimes internacionais de propriedade intelectual foi um instrumento recorrente de exclusão de potenciais concorrentes estrangeiros. Recentemente, as facilidades técnicas de difusão da informação reforçaram a disputa política em torno da normatização de barreiras de entrada. Haunss e Shadlen (2009) enfatizam como o embate diplomático em torno de tais regimes tem sido progressivamente central nas estratégias mais bem-sucedidas de *upgrading* produtivo de firmas e setores oriundos do Sul Global nas CGV. Ainda assim, o incremento da presença do Sul Global em tais regimes é muito tímida, estudos recentes evidenciam a rigidez de alteração na distribuição geográfica das origens de patentes, que apresenta apenas uma fonte emergente de registros: a China (WEBER; BUSSELS, 2005, FERNANDES; GARCIA; CRUZ, 2015).

Para além do esforço direto de controle da difusão do conhecimento e de normatização de sua posse, Estados agem como lastro político do próprio processo de transnacionalização irradiado pelo investimento direto. Contemporaneamente, o lugar dessas relações entre espaços econômicos são as próprias Cadeias Globais de Valores, em que a hierarquia de sua organização aloca os ganhos nela produzidos. Em sua caracterização original, as CGV foram caracterizadas como estruturas hierárquicas, nas quais os ganhos tendem a se acumular em etapas produtivas, não apenas mais intensivas em conhecimento, mas, sobretudo,

caracterizadas por forte centralidade organizacional relativa às demais (GEREFFI; KORZENIEWICZ, 1994). Ainda assim, essa literatura não percebe essa hierarquia como rígida, de modo que a ascensão de espaços econômicos a etapas produtivas de maior agregação de valor tem centrado uma agenda de inserção competitiva na economia internacional (GEREFFI; HUMPREY; STURGEON, 2005; TiVA, 2013; BACHA; DE BOLLE, 2013).

Kaplinsky (2005) aponta que o fato de que a parcela majoritária das rendas mundiais serem produzidas por meio dessas redes lança um dilema à inserção de entrantes retardatários. Ao mesmo tempo em que o ingresso nas CGV se apresenta como um caminho para a apropriação de uma parcela das rendas globais que são crescentemente nela produzidas, tal inserção está permeada por suas barreiras internas de *upgrading*. Wade (2005) demonstra a tendência de países reproduzirem suas posições em tais cadeias e, por consequência, sua capacidade de gerar riquezas em seus territórios. Nesse sentido, a estrutura organizacional das CGV passa a construir barreiras informais de entrada às suas etapas de maior agregação de valor, dada a condição de seus *hubs* operacionais de controlar a inserção de seus parceiros em nós menos concentrados. Assim, esses nós mais centrais, chamados de “produtores-chave”, logram controlar o nível tecnológico das etapas em que seus fornecedores podem se inserir, internalizando as barreiras de entrada pela própria inclusão na cadeia (GEREFFI; KORZENIEWICZ, 1994).

Se o processo de articulação produtiva entre espaços econômicos da CGV, por si só, apresenta mecanismos cumulativos e reprodutores da distribuição geográfica dos ganhos relativos de seus empreendimentos, a atuação estatal pode ainda funcionar de maneira a garantir que ocorrências atípicas alterem tal distribuição. Como ponderado recorrentemente por Waltz (1979, 2000), a consequência imediata da integração produtiva e da interdependência econômica entre Estados é o aumento de sua “superfície de contato” estratégica, podendo se desdobrar em cooperação ou conflito. No caso do investimento direto, a necessidade de assegurar a remuneração desses ativos às matrizes e a expectativa dos Estados receptores de colher benefícios desse investimento, aproxima a dinâmica da interação entre firmas da distribuição de poder coercitivo internacional. Ainda assim, mesmo para as situações em que os agentes se imbuem de um mesmo empreendimento coletivo de produção, esses mecanismos exógenos não cessam de operar.

Dessa forma, mecanismos endógenos e exógenos ao processo produtivo tendem a manter a localização espacial da inovação e a geração e apropriação de rendas de modo a

reproduzir a estratificação existente. As barreiras de entrada à geração e apropriação de tais rendas - sejam elas ativamente articuladas pelas firmas e pelos Estados ou decorrentes da natureza da renda – parecem apresentar uma distribuição geograficamente demarcada que dificulta o *upgrading* de novos entrantes em seu processo de agregação de valor. Articula-se com essas barreiras originadas no processo produtivo transnacional, aquelas processadas na esfera da circulação da produção, derivadas da logística de distribuição e comercialização dos produtos finais, assim como do embate diplomático pelo acesso a mercados, cujos mecanismos de exclusão próprios serão discutidos na sequência.

Gereffi e seus colegas (1994) apontam que a governança das Cadeias Globais de Valor e a concentração de seus ganhos relativos é realizada por nós-chave do funcionamento de toda rede funcional. Ao passo que em parte das CGV esses atores chaves se localizam na esfera da produção, em outras, são “compradores-chave” que as governam. Segundo Kaplinsky (2005), o peso central de agentes oligopsônicos ocorre em cadeias altamente pulverizadas – como a de vestuário, a moveleira e da indústria alimentícia – em que se ampliam suas possibilidades gerenciais sobre o nível de preços praticados por seus fornecedores. Ao controlar o acesso a mercados de maior volume consumidor, esses “compradores-chave” se apropriam de uma renda retirada do valor produzido por seus fornecedores. Ao influenciar o nível de preços e a dinâmica concorrencial da cadeia, os oligopsônios também exercem a possibilidade de confrontar políticas protetivas de países fornecedores.

Outro elemento que atua diretamente sobre o acesso aos mercados na economia internacional são os regimes comerciais. Nesse tema, a obra de Chang (2002) também oferece um amplo inventário histórico de instrumentos normativos utilizados por países centrais para influenciar suas pautas de importação e formalizar suas vantagens comparativas. Mesmo na contemporaneidade, os embates diplomáticos de liberalização comercial ainda estão fortemente associados à seletividade setorial do comércio exterior que amplifica as tendências endógenas de concentração geográfica da riqueza até aqui resenhadas. Do mesmo modo que ocorre para a produção transnacional, o acesso a mercados é também um elemento de intersecção entre as dinâmicas econômicas e coercitivas de funcionamento do sistema, com forte espaço para a diplomacia coercitiva (GEORGE, 1991, ZENG, 2004). O quadro 4 abaixo busca resumir os mecanismos de exclusão da esfera da produção e da circulação de riquezas no sistema. O quadro busca diferenciar os mecanismos que operam tanto a partir da própria dinâmica do processo de geração e apropriação de rendas quanto derivados do esforço, em ambas as esferas econômicas.

Quadro 4 – Sumário de mecanismos de exclusão na esfera da produção e da circulação

	Mecanismos Endógenos	Mecanismos Exógenos
Produção	<ul style="list-style-type: none"> - Caráter cumulativo da inovação tecnológica e da incorporação de conhecimento à produção - Estrutura organizacional hierarquizada das CGV – peso dos produtores-chave 	<ul style="list-style-type: none"> - Regimes de patentes e propriedade intelectual. - Vínculos políticos entre matrizes de transnacionais e seus Estados.
Circulação	<ul style="list-style-type: none"> - Controle do acesso da logística de mercados por oligopsônios - Estrutura organizacional hierarquizada das CGV – peso dos “compradores-chave” 	<ul style="list-style-type: none"> - Regimes comerciais seletivos. -Diplomacia comercial coercitiva.

Fonte: Elaboração própria a partir de revisão bibliográfica.

3.3.4 Represamento de oportunidades no controle da liquidez global

Esse segundo conjunto de mecanismo produtores de exclusão por meio de represamento de oportunidades atua diretamente na disputa por capitalização dos Estados e sua capacidade de influenciar os termos nominais da acumulação de capital. Em outras palavras, enquanto o primeiro conjunto de mecanismos de exclusão opera por meio das atividades produtivas e comerciais dos agentes econômicos - na expansão do volume de riqueza produzido em um Estado e em sua extração fiscal - esse segundo conjunto deriva diretamente da relação entre Estado e agentes econômicos. Ao mesmo tempo, os mecanismos anteriores inseriam os Estados na disputa pela geração e apropriação das riquezas do lado real da economia, já esses focam a capacidade de poucos Estados de afetar seu processo nominal. O foco da interação entre Estado e agentes econômicos desloca-se, portanto, do âmbito fiscal extrativo e de fomento, para o da capacidade de o primeiro oferecer e assegurar o meio fiduciário em que os segundos transacionam, mensuram e reservam suas riquezas: a moeda.

Barry Eichengreen (2001) explica a formação do sistema monetário internacional como subproduto do processo de globalização do capital. A expansão das atividades comerciais ultramarinas britânicas, imbricadas à sua revolução industrial, tornou seus mercados os principais vetores da circulação de riqueza global. Ao mesmo tempo em que esses agentes intermediavam fisicamente o comércio entre distintos lugares do planeta, eles

expandiam o uso da moeda em que reservavam e mensuravam sua riqueza em tais transações. Em um recorte institucionalista histórico, o estudo de Eichengreen (2001), então, foca a construção de externalidades em rede que produziram custos de transação decrescentes para o uso da Libra Esterlina em transações internacionais e a elevaram ao status de moeda internacional. Desse modo, a onipresença britânica na economia global do século XIX haveria expandido as fronteiras de capitalização do seu Estado a um nível sistêmico, em que estrangeiros e outros Estados mensuravam e reservavam suas riquezas sob a autoridade do tesouro inglês.

Autores de corte marxista, como Arrighi (1994) e Teschke (2003) adicionam ênfase a um aspecto minorado na análise de Eichengreen (2001), a relevância das capacidades constituídas pelo Estado inglês em assegurar o retorno dos ativos reservados em sua autoridade. Enquanto Eichengreen (2001) foca as condições de resgate cambial retroalimentada pela própria rede de transações realizadas em sua moeda, Arrighi (1994) observa o imbricamento entre agentes estatais e privados nessa rede como com o lastro mais relevante da Libra Esterlina. Segundo Arrighi (1994), no Reino Unido, a dialética entre capitalismo e territorialidade atinge uma nova forma hegemônica ao permitir acumulação efetivamente global, cujos fluxos físicos transacionados e seus retornos eram assegurados por um poder coercitivo de alcance mundial. Teshcke (2002) observa como o processo de expansão da presença econômica e estatal britânica global está ancorado na capacidade de seu tesouro se financiar continuamente com crédito em sua moeda, permitida pela abrangência internacional de seu sistema financeiro.

Dessa forma, o exercício, por parte de uma moeda que é, por definição, nacional, de suas funções - unidade de conta, meio de troca e reserva de valor – no âmbito internacional coloca seus emissores em uma posição de poder frente a seus pares e abre a necessidade de investigar a política das relações monetárias internacionais. Cohen (1999) argumenta que a natureza funcional da moeda, como solução de eficiência sobre custos de transação, a torna um bem de oferta intrinsecamente restringida - no limite, monopolística. Assim, o caráter fiduciário do valor monetizado imbrica sua emissão à noção de autoridade e, com ela, aos aparatos materiais para sustentá-la. Aportes econômicos institucionalistas do processo de formação estatal, por exemplo, subsidiam essa perspectiva ao identificar na centralização da cunhagem monetária e unificação do meio circulante em um território elemento determinante na construção das várias formas do Estado moderno (NORTH; THOMAS, 1973, LEVI, 1988, SPRUYT, 1994). O controle da emissão de moeda, portanto, em si, oferece um represamento

de oportunidades para os agentes capazes de influenciá-lo. Se na esfera nacional, um aparelho da dimensão dos Estados nacionais foi a solução histórica para unificação monetária; os requisitos de poder e o represamento de oportunidades no exercício de tal função nas relações econômicas transversais à autoridade estatal parecem ser ainda maiores.

Cohen (2013, 2015) ilustra a hierarquia entre moedas na figura de uma pirâmide desenhada a partir suas capacidades de desempenhar funções internacionais. No topo, estariam aquelas moedas capazes de exercer suas três funções para agentes públicos ou privados. Em suas funções públicas internacionais, a moeda seria utilizada como unidade de conta sempre que servir como âncora cambial de maneira formal; como reserva de valor para garantia de poder de compra internacional; e como meio de intervenção no próprio mercado (COHEN, 2013). No entanto, mesmo quando âncoras cambiais não compõem a política econômica de um país, o fato de seus atores privados precificarem e liquidarem transações com estrangeiros em moeda emitida por terceiros demanda que seu governo tenha condições de converter a riqueza pecuniária doméstica em moeda estrangeira. Dessa forma, a existência de uma economia internacional multimonetária obriga os Estados a converter o poder de compra em sua jurisdição para as demais e vice-versa. Assim, as funções internacionais de uma moeda residiriam em sua capacidade de intermediar e quantificar a troca entre modas, de tal maneira que a posse dessa moeda possuiria valor global e se tornaria um meio de reservá-lo (COHEN, 2013).

Esse caráter de mútuo reforço entre as funções internacionais da moeda torna a figura da pirâmide de Cohen (2015, p. 16) extremamente precisa. Para o autor, dificilmente mais de uma moeda consegue exercer todas as funções ao mesmo tempo de maneira universal. Outras moedas, chamadas de “patricias” pelo autor, também exercem tais funções, mas de maneira e em escopo limitados (COHEN, 2015, p. 17). A tipologia de Cohen (2015, p.16-20) segue em detalhe na tentativa de exaurir as classificações possíveis no SMI. No entanto, o elemento mais relevante de sua figura é o caráter restringido das condições de emissão de moedas internacionais e a possibilidade de debater as consequências desse represamento de oportunidades sobre as condições de geração e apropriação de riqueza ao redor do planeta.

Cohen (2013, 2015) distingue o poder monetário exercido por moedas internacionais entre sua dimensão interna e externa. A partir da visão político econômica *Hirshimaniã*⁵¹ dos conceitos de vulnerabilidade e dependência, Cohen (2013) concebe a dimensão interna do poder monetário estatal como a *eliminação da vulnerabilidade* monetária pela plena

autonomia sobre sua política econômica, manifestada pela capacidade de postergar ou desviar a necessidade de ajustes fiscais ou de balanço de pagamentos. A dimensão externa fica associada à *influência* sobre aqueles atores públicos e privados que *dependem* de sua moeda para realizar transações econômicas internacionais.

Em sua dimensão externa, da influência, o poder monetário se manifesta por meio da capacidade de suas políticas condicionarem as preferências alheias (GUZZINI, 2015). Cohen (2013) explora essa influência dentro do que Lukes (2005) chamara de terceira face do poder, em que o dominante consegue imiscuir seus interesses aos de terceiros. Para Cohen (2015), essa dimensão seria um produto da dependência, em especial, do fato de que os emissores de moedas menos poderosas necessitam reservar valor na moeda dominante para proteger a sua e operar no sistema. Chin (2010) observa como o esforço de potências emergentes do Sul Global em construir autonomia para sua política cambial por meio de reservas em moeda estrangeira e lastrear o poder de compra de seus nacionais, as torna tanto ou mais sensíveis à política monetária estrangeira. A essas inter-relações que entrelaçam interesses em torno de uma moeda internacional, Kirshner (1997) chama de *dependência monetária*. No limite, essa relação se manifesta em áreas monetárias ou sistemas monetários paralelos centrados em uma moeda – respectivamente como a zona do Euro e os esforços de cooperação na Ásia (KIRSHNER, 2003, HELLEINER; KIRSHNER, 2014).

Se o poder monetário está associado a uma capacidade pervasiva de seu emissor influenciar o sistema, em termos da terceira face do poder, tal capacidade lhe permite também exercer sua face coercitiva. Kirshner (1997) divide a coerção monetária em dois tipos, os ataques direcionados sobre uma moeda em específico de modo a desestabilizar as condições de financiamento de um país e aqueles voltados à desestabilização de sistemas monetários concorrentes. Em seu livro, Kirshner (1995) evidencia o uso recorrente de diplomacia coercitiva cambial como modo de alterar as preferências de parceiros nos mais variados temas e conjunturas. Henning (2006) congrega esses instrumentos sob o título de “arma-cambial”⁵². Segundo Henning (2006), eles operam de forma integrada aos fluxos de capitais, induzindo ataques especulativos sobre moedas de terceiros.

Segundo, Kirshner (2006) a globalização financeira aprofunda o caráter político das interações monetárias internacionais e a possibilidade de diplomacia coercitiva cambial. A literatura sobre o tema caracteriza a manifestação desse processo no SMI como o aumento da

⁵¹ Por sua referência à noção de autonomia, vulnerabilidade e dependência em Hirshman (1980).

⁵² No original, “Exchange-rate weapon” (HENNING, 2006, tradução nossa).

posse de ativos monetários por agentes privados, o que ameaça as condições estatais de precificar suas moedas (COHEN, 1999, EICHENGREEN, 2001, KIRSHNER, 2006). No entanto, Kirshner (2006) argumenta que esse efeito retira a agência especialmente de Estados menos potentes, emissores de moedas menos internacionalizadas, dado que sua perda relativa de poder frente ao mercado é mais intensa. Além disso, segundo o autor, esse quadro permite ao Estado emissor da moeda de impacto sistêmico que quaisquer ataques cambiais a uma moeda ou sistema monetário rival sejam magnificados pelo comportamento especulativo dos investidores privados.

Consequência dessa pressão assimétrica manifesta-se na disseminação de medidas defensivas por parte dos Estados. Estados emissores de moedas internacionalizadas de escopo reduzido buscam fortalecer tal internacionalização e ampliar seu escopo, prioritariamente por meio de arranjos monetários regionais (KIRSHNER, 2006, GRABER, 2003, COHEN, 2015). Para os emissores de moedas de menor impacto, o esforço por acúmulo de reservas internacionais e a tentativa de arranjos cooperativos entre si, tal como almejado pelos BRICS⁵³, foram as alternativas prioritárias (CHIN, 2010, 2014). Aos demais emissores, crescem os incentivos para se atrelar a um arranjo monetário e com ele a interface política de disputa entre as alternativas existentes (KIRSHNER, 2006, HENNING, 2006, PAULY, 2006, COHEN, 2015). Ainda assim, todas as alternativas viáveis perpassam a aquisição e manutenção de vastas reservas de moeda estrangeira, majoritariamente em Dólares estadunidenses e, com ela, a suscetibilidade a política monetária e cambial de seu emissor (KIRSHNER, 2006, 2014).

Dessa forma, a natureza do sistema de pagamentos monetários internacionais oferece aos emissores de moedas capazes de intermediá-lo acúmulos de oportunidades que, ao mesmo tempo, facilitam seu processo de capitalização e permitem influenciar o fluxo de capitais em países terceiros. Em termos internos, uma moeda capaz de ser reserva de valor, meio de troca e unidade de conta universal se torna a opção de maior liquidez no sistema e permite a um Estado a contínua entrada de capital para sua economia. Além disso, tal posição permite ao Estado coadunar seus interesses com o daqueles que reservam valor ou precificam suas posições, por exemplo, na moeda internacional, e exercer diplomacia coercitiva cambial quando esses interesses diferirem. Finalmente, o Estado emissor de uma moeda de valor universal lastreia, no limite, a riqueza fiduciária do sistema, podendo afetar tanto os fluxos de

⁵³ Por meio do Novo Banco de Desenvolvimento, gerenciado pela iniciativa BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

capitais a países terceiros através de ataques especulativos contra suas moedas, cujos efeitos possíveis sobre sua economia real são vastamente trabalhados pela literatura econômica⁵⁴, quanto à riqueza nominal internacional detida pelos nacionais de outros países⁵⁵.

O quadro 5 abaixo resume tais mecanismos derivados do controle da liquidez global sobre a dinâmica nominal de acumulação sistêmica de riquezas, em relação às vantagens de autonomia e influência do Estado emissor exercidas ativa ou passivamente.

Quadro 5 – Sumário de mecanismos de exclusão no controle dos termos nominais de acumulação global.

	Autonomia Interna	Influência externa
Passiva	Capitalização e controle sobre fluxo de capitais	Dependência monetária
Ativa	Adiamento ou desvio de custos e ajustes fiscal ou externo	Diplomacia coercitiva e indução de fluxo de capitais

Fonte: Elaboração própria a partir de revisão bibliográfica.

3.3.5 A organização das assimetrias internacionais na economia contemporânea e a socialização econômica do espectro intermediário

A análise realizada neste capítulo buscou analisar os termos da estratificação contemporânea dos empreendimentos transnacional de geração, apropriação e acumulação de riquezas. Em especial, buscou-se, a partir das análises seminais sobre a estratificação econômica internacional, o caminho para compreender suas transformações em curso e mapear os mecanismos que atuam na reprodução da distribuição geograficamente desigual da riqueza global. Observou-se que tanto a intensificação da transnacionalização produtiva quanto a globalização financeira são processos que carregam em si mecanismos de exclusão tal qual na fase de maior autarquia econômica entre as nações. Dessa forma, o processo de maior diferenciação funcional entre os espaços econômicos pela integração produtiva e a maior mobilidade de capitais segue produzindo, em seu cruzamento com a segmentação política do sistema, uma forte estratificação internacional.

⁵⁴ Para resumo didático de tais implicações, ver Kirshner (1997, p. 8-12).

⁵⁵ A política de *quantitative easing*, empregada pelo Federal Reserve, nos Estados Unidos, é um exemplo desse impacto ao afetar o preço relativo dos detentores de Dólares estadunidenses em todo o mundo. Outro exemplo seria a desvalorização de uma moeda nacional que deprecia o poder de compra internacional de seus detentores.

A literatura sobre desigualdade de renda e relação capital-trabalho na contemporaneidade, em especial a partir de trabalhos empíricos robustos como os de Milanovic (2005, 2016) e Piketty (2013), sugere a recorrência de dinâmicas transnacionais de exploração deletérias à participação do trabalhador na riqueza mundial. Ainda que esse processo derive de uma sucessão de decisões políticas nacionais e internacionais, a demarcação geográfica dessas dinâmicas parece estar associada aos mecanismos de exclusão via represamento de oportunidades na geração, apropriação e acumulação das rendas globais.

As Cadeias Globais de Valor surgem como um signo do processo transnacional e fragmentado da produção de riqueza material no planeta (GEREFFI, KORZENIEWICZ 1994). No entanto, sua análise empírica e organizacional permite observar mecanismos políticos e econômicos que tendem a reproduzir nos mesmos espaços a geração e apropriação das rendas nela produzidas e impor as barreiras de entrada ao *upgrading* dos atores que nela tardiamente se inserem. De todo modo, esses empreendimentos coletivos ocupam uma parcela progressivamente relevante da criação de riqueza mundial, impondo um desafio àqueles que não ocupam seus nós mais centrais. Ao mesmo tempo, as dinâmicas monetárias atribuem um conteúdo de retroalimentação aos processos do lado real, ao atribuir grande capacidade de influência ao país emissor de moeda de valor universal sobre a dinâmica de acumulação sistêmica.

Para os fins deste trabalho, um aspecto parece especialmente relevante, em relação à composição das assimetrias organizadas na geração, apropriação e acumulação de riquezas no sistema internacional. Ao passo que uma série de países mantém-se virtualmente excluídos do processo de acumulação de riquezas, e outros mostram-se explicitamente seus beneficiários líquidos, uma gama de países, entre os quais seria possível incluir grandes países do Sul Global como Brasil, Índia e África do Sul, localiza-se em um espaço intermediário. Esses países parecem fortemente integrados ao processo de geração de riqueza na economia internacional, porém frequentemente excluídos de sua apropriação e, sobretudo, de sua acumulação.

Portanto, parece pertinente cotejar a validade de um espectro intermediário entre o centro e a periferia do sistema, nos termos da semiperiferia de Arrighi (1986, 1990). Presos à ilusão de seu desenvolvimento derivada de sua integração aos processos produtivos globais, esses Estados estariam fortemente expostos aos conflitos coletivos de interesses nela originados. A elevada integração funcional ao sistema, porém, não necessariamente acompanha sua satisfação com o *status quo* da ordem internacional, na qual manifestam

diversos dos mecanismos que perpetuam sua exclusão. Pelo contrário, suas limitações sistêmicas no processo de apropriação de rendas e acumulação de riquezas nominal parecem incentivos a uma satisfação subótima em relação à ordem internacional e suas instituições.

Dessa forma, em comum, o espectro intermediário do sistema internacional se mostra inserido em uma dinâmica de socialização econômica paradoxal para suas condições de emergência. Ao mesmo tempo em que sua participação expressiva na economia internacional é o que lhes permite “afetar” e disputar dinâmicas sistêmicas⁵⁶, os termos dessa participação lhes tolhe as condições de ampliar tal participação e construir capacidades Estatais crescentes para lidar com a vulnerabilidade de sua posição. Os contornos políticos sobre as possibilidades de agência desse conjunto de Estados semiperiféricos serão debatidos no próximo capítulo.

⁵⁶ Nos termos de “*system-affecting states*”, conceituados por Keohane (1969, p. 295).

4 ECONOMIA, POLÍTICA E AGÊNCIA EM POSSIBILIDADES DE EMERGÊNCIAS DO SUL GLOBAL

O presente capítulo atende aos objetivos finais deste trabalho: compreender as oportunidades de agência para países do Sul Global na transformação de sua realidade, em meio aos constrangimentos exercidos pelas estruturas de assimetrias em que estão inseridos. Dessa forma, o capítulo se organiza pelo debate dos impactos derivados das pressões oriundas das estruturas distribucionais e de diferenciação do sistema, enfocadas ao condicionamento de suas possibilidades comportamentais, a partir dos mecanismos discutidos no capítulo 2. As primeiras duas seções atentam diretamente a esse debate, problematizando as formas de exercício de poder e a variabilidade comportamental nele existente a partir de diferentes concepções estruturais. A última seção analisa as estratégias existentes para potências emergentes do Sul Global lidarem com os constrangimentos de seu padrão de socialização e a ruptura com os mecanismos que limitam sua influência sistêmica, nos termos debatidos no capítulo 3. Acredita-se que as estratégias hierárquico-conscientes discutidas nesse capítulo permitem estabelecer critérios de variabilidade para o estudo empírico de episódios de emergência de países do Sul Global.

4.1 Estruturas de assimetria e autoridade relacional: anarquia e poder em formas hierarquizadas de interação

A presente seção busca contrastar a lógica anárquica e hierárquica de interpretação do condicionamento estrutural do sistema internacional sobre o comportamento dos agentes. Em primeiro lugar, resenha-se o pensamento teórico sobre as dimensões comportamentais derivadas do dilema de segurança na anarquia e as estratégias hierárquico-conscientes possíveis para lidar com ele. Na segunda subseção, explora-se as formas de poder que emergem das diversas interações hierarquizadas que perpassam o sistema internacional. A partir da variabilidade comportamental derivada dessas formas hierarquizadas de interação, serão problematizadas as possibilidades estratégicas que a instrumentalização da hierarquia adiciona à emergência de países do Sul Global.

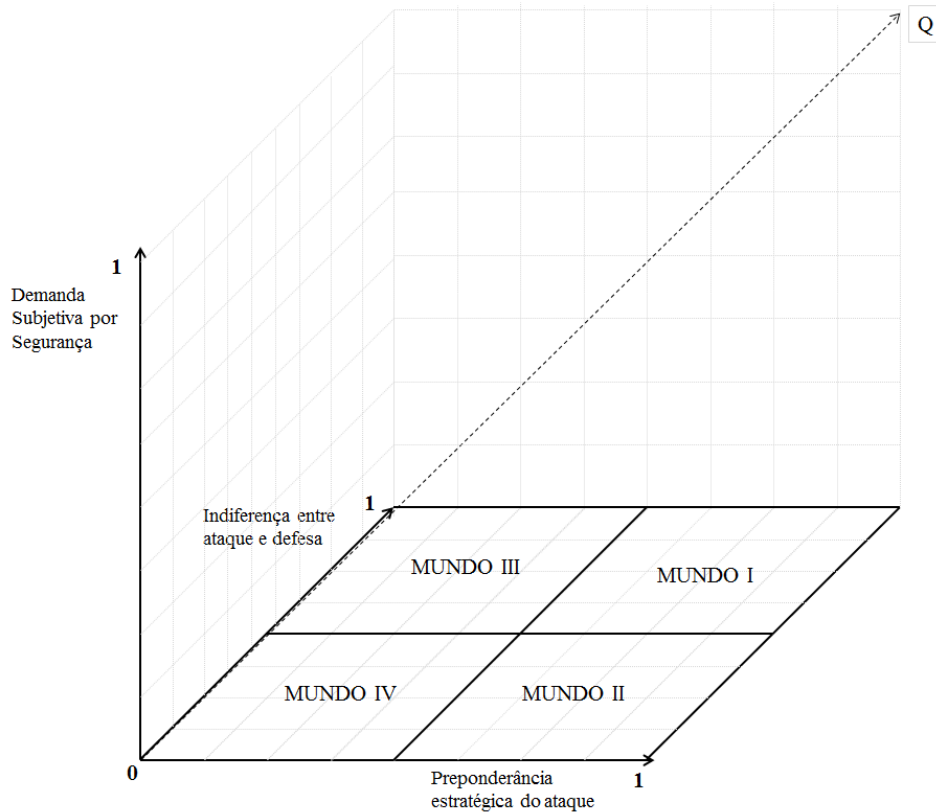
4.1.1 Dilema de segurança e a operação da estrutura distribucional de poder na anarquia

A ideia de que, em meio à anarquia, o dilema de segurança é o mecanismo pelo qual a estrutura posicional determina o comportamento dos agentes é fundacional no realismo desde Tucídides e, em alguma medida, na própria disciplina de relações internacionais (LOBO-FERNANDES, 2007, WAGNER, 2007). Herz (1950) é um dos primeiros teóricos a explicitar a lógica do dilema de segurança em meio à anarquia, na forma de uma relação de soma zero entre atores que buscam incrementar suas chances de sobrevivência. Para Herz (1950, p. 157), a busca pela segurança individual através da aquisição de meios dissuasórios militares sinalizaria o incremento da insegurança alheia e levaria à emulação escalonada desse movimento, constituinte de uma espiral de insegurança capaz de produzir conflitos inicialmente não almejados. Esse círculo vicioso seria o mecanismo que tornaria a balança de poder um processo estrutural do sistema, independente da natureza dos agentes em interação. Dessa forma, a concepção de dilema de segurança determina a lógica das relações entre Estados frente a sua dotação desigual de capacidades coercitivas e à inexistência de ordem governativa superior à soberania estatal. Em outras palavras, o dilema de segurança descreve o constrangimento estrutural na prevalência da anarquia.

O desenvolvimento mais conspícuo desse problema se daria nos anos de 1970, a partir dos trabalhos de Jervis (1978). Para o autor, o dilema está posto sempre que o aumento da segurança de um Estado é deletério ao de outro. O grau em que ele é efetivo e produz conflito entre Estados que desejam apenas sua própria sobrevivência seria tão maior quanto menor a capacidade de distinção entre armamentos defensivos e ofensivos, bem como quanto maior for o grau de predominância estratégica do ataque sobre a defesa⁵⁷. As preferências dos atores em jogo, nesse caso sua *demanda subjetiva por segurança*, agravam ou amenizam a propensão do sistema ao conflito, mas não afetam a efetividade do dilema em que estão inseridos (SCHWELLER, 2010b, p. 293). A figura 15 demonstra a probabilidade de conflito e cooperação na teoria, ponderando a efetividade do dilema de segurança pela *demanda subjetiva de segurança* dos atores.

⁵⁷ A distância entre um ponto qualquer e a origem no plano de coordenadas horizontal da Figura 15 delimita a efetividade do dilema.

Figura 15 - Dilema de Segurança e Conflito Interestatal em Jervis (1978)



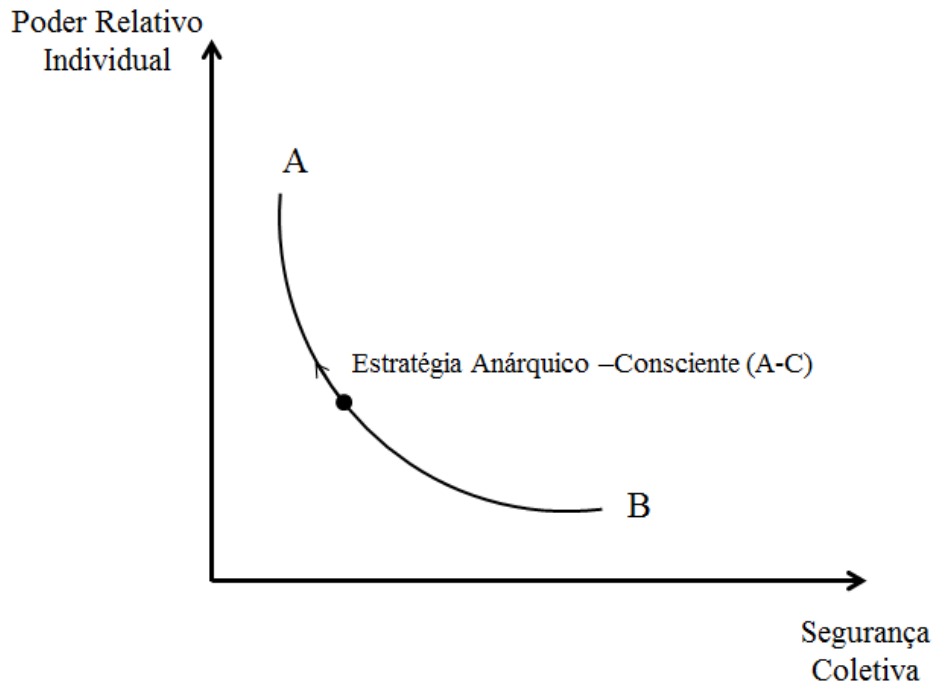
Fonte: Elaboração própria a partir de Jervis (1978).

Schweller (1996) contrasta essa lógica indicando que o dilema seria efetivo apenas nos pontos internos ao “Mundo I” de Jervis (1978, p. 211), quadro muito incomum no sistema internacional. Segundo Schweller (1996), o sistema internacional apresentaria a seus atores, na realidade, um “problema” (*issue*) de segurança, como um dilema de cooperação do tipo *Stag Hunt*⁵⁸ da teoria dos jogos. A percepção do predomínio de armamentos *duais* ofensivo-defensivos, que reduz significativamente a distinguibilidade entre *build ups* defensivos e ofensivos, assim como de que o sistema internacional está predominantemente formado por zonas contestadas, em que a defesa tem vantagem sobre o ataque (POSEN, 2003, 2014), normaliza os *pay-offs* do sistema em um “Mundo II” de Jervis (1978, p. 211). Nesse caso, de um ponto de vista exclusivamente utilitário, nível de conflito seria uma função das preferências unitárias que demarcariam a variação no eixo vertical da figura (SCHWELLER, 1996, 2010b). Deriva-se de um ponto qualquer na Figura 15, a curva da Figura 16 que

⁵⁸ A concepção do dilema de escolhas para a sobrevivência na anarquia em termos de um jogo de *Stag Hunt* remonta à natureza de um custo de oportunidade entre o interesse individual de segurança e o nível coletivo de segurança determinado por interesses individuais, já ponderado em Waltz (2001, p. 169-172) e Schweller (1996, p. 119, 2010b, p. 292).

expressa um dilema do tipo *Stag Hunt*, em que a segurança individual, obtida por incrementos marginais em seu poder relativo, diminui o nível total de segurança do sistema.

Figura 16 - Dilema de Segurança em *Stag Hunt*



Fonte: Elaboração própria a partir de Waltz (2001, 1979).

Essa é a lógica subjacente aos mecanismos de balanceamento previstos por grande parte das teorias realistas da política internacional (SCHWELLER, 2010b, p. 289). É desse ponto lógico que Waltz (2001, 1979) deduz sua análise sistêmica, enfatizando a tradução de aspectos posicionais em padrões comportamentais, através dos processos de seleção de comportamentos já debatidos no capítulo 2. A tradução do dilema de segurança anárquico em processos interativos e suas derivações comportamentais é o que se analisa na sequência em três concepções cumulativas de balanceamento no Realismo Estrutural: a *balança-de-poder* em Waltz (1979), as *balanças-de-ameaça* em Waltz (1990) e a *balança-de-interesse* em Schweller (1994).

Para o Waltz, a gama comportamental selecionada pela estrutura do sistema internacional ficaria restrita a dois tipos opostos: balanceamento e *bandwagoning* (WALTZ, 1979, p. 123-128). O primeiro seria a derivação comportamental direta do dilema de segurança, um Estado com mais poder coercitivo representa uma ameaça aos demais e, portanto, há incentivos para que eles se aliem para contrabalançá-lo (balanceamento externo) ou busquem aumentar suas capacidades (balanceamento interno). Ainda, alternativamente,

seria possível aos Estados de menor poder relativo “bandear-se ao lado mais forte” (WALTZ, 1979, p. 127), em uma estratégia chamada de *bandwagoning*. Dessa forma, diante de sua dotação relativa de poder coercitivo, os Estados escolheriam entre um ou outro lado da balança-de-poder.

Em “*The Origin of Alliances*”, Walt (1990) se propõe a avançar no estudo dos processos pelo qual a estrutura posicional determina comportamentos. Concebendo que as ameaças (à sobrevivência de um Estado) são o mecanismo que conduz a dinâmica do realismo defensivo, Walt estuda seus determinantes, adicionando complexidade às variáveis interacionais, ou sociais, em análise. Para além da distribuição relativa de poder entre unidades indiferenciadas na anarquia, o autor considera que os Estados levam em conta a proximidade geográfica, a capacidade ofensiva e a agressividade perceptível na hora de identificar uma ameaça e a ela reagir (WALT, 1990 p. 5). Do ponto de vista comportamental, a percepção desequilibrada de ameaça entre Estados gera balanceamento contra aquela mais pungente. Desse modo, o *bandwagoning* para o lado mais forte seria improvável, dado que o gatilho para a reação seria a percepção relativa de ameaças em si. Para esse estudo, a contribuição de Walt (1990) é de fundamental importância, pois incorpora à análise um elo social, a percepção entre os atores, a cadeia de transmissão entre estrutura comportamento, sem romper a parcimônia *Waltziana*.

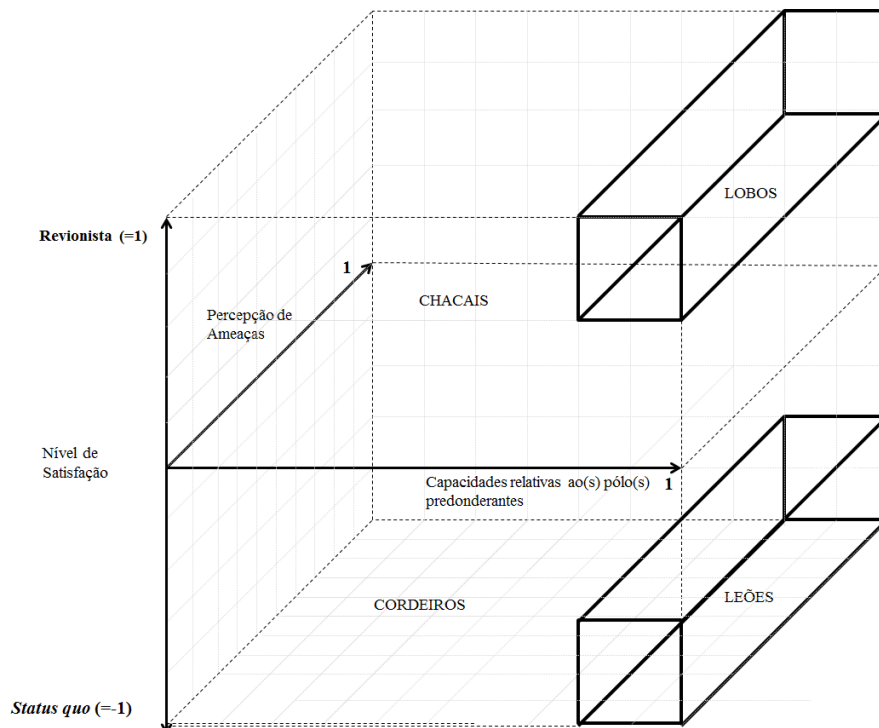
A partir dos trabalhos anteriores e incorporando o debate de Gilpin (1981), Schweller (1994) busca retomar a importância das preferências no âmbito da unidade para o estudo da variabilidade comportamental do sistema. Seriam relevantes não apenas as percepções dos Estados sobre a estrutura distribucional, mas também sua composição de preferências. Tais percepções se manifestariam no grau de satisfação dos atores em relação à ordem vigente: em um polo, atores revisionistas que buscam modificar os valores regentes da ordem internacional; no outro, aqueles que querem a manutenção do *status quo* (SCHWELLER, 1994, p. 100). Atores que almejam estender sua influência na ordem vigente, mas que sozinhos não têm condições de arcar com os custos de modificá-la, seriam os “chacais” do sistema. Os “cordeiros” seriam os atores de dotação de poder semelhante, mas com maior grau de satisfação, que não tomam os riscos de enfrentar a ordem vigente, buscando engajamento subordinado⁵⁹ ou distanciamento dos processos (SCHWELLER, 1994, p. 103). O balanceamento seria possível entre aqueles que têm capacidades e intenções para garantir o *status quo* ou revisá-lo, esses seriam respectivamente “leões” e “lobos”. O viés garantista do

⁵⁹ Em alusão ao que Schweller (1994, p. 100) chama de “*wave-of-the-future or domino bandwagoning*”.

status quo na teoria realista teria subestimado a possibilidade de uso do *bandwagoning* para aquisição de ganhos distribucionais (SCHWELLER, 1994, p. 99). Preferências no âmbito da unidade se somam às suas percepções e à distribuição de poder da determinação de comportamentos e resultados.

A Figura 17 busca congregar as análises anteriores na determinação da variabilidade comportamental que preveem. Conscientes da anarquia e de sua homogeneidade funcional, os Estados pautariam suas ações pela sua posição relativa no sistema, sua percepção de ameaças e sua satisfação em relação ao *status quo*. No plano horizontal da Figura 17, a probabilidade de um comportamento balanceador estaria indicada em função da distância entre um ponto qualquer e a origem, até que se estabelecesse uma situação de paridade plena. No eixo vertical, pondera-se o plano horizontal pela argumentação de Schweller (1994), identificando seus tipos comportamentais. A probabilidade lógica de conflito entre duas unidades pode ser depreendida pela soma dos produtos formados por suas respectivas distâncias das coordenadas no plano: quanto mais próxima de um (1), mais conflitiva a relação. Em suma, unidades variariam seu comportamento entre si em função de aspectos posicionais do sistema, que seriam ponderados por suas preferências e por um aspecto interacional ainda muito limitado, sua percepção dos outros atores.

Figura 17 - Variabilidade Comportamental Sistêmica no Realismo Estrutural



Fonte: Elaboração própria a partir de revisão bibliográfica.

O processo de interação social possível em um sistema anárquico e indiferenciado, para esses autores, seria a competição por dois recursos escassos: segurança e influência. Esse traço social do sistema limita a variabilidade comportamental dos atores em: balanceamento externo e interno, *bandwagoning* oportunista, *bandwagoning* clássico e obediência/distanciamento (ELMAN, 1996). Atores de porte intermediário emergentes, na impossibilidade de revisão sistêmica, poderiam fazer *bandwagoning* clássico ou por interesses, dessa forma, sendo respectivamente “cordeiros” ou “chacais” (RODRIGUEZ, 2012). A Figura 17⁶⁰ ajuda a ilustrar a diversidade há internamente a essas categorias perante a limitação de suas possibilidades estratégicas. A figura, sobretudo ilustra o espectro de variedades situacionais confluentes de dotação relativas de capacidades, percepção e preferências em que podem estruturar de maneiras muito distintas o comportamento de atores de poder intermediário como. Portanto, assim como há mais relações ecológicas na anarquia da natureza do que predação e competição, é possível a existência de outras relações sociais e padrões comportamentais na anarquia do sistema internacional.

Como Schweller (2010b, p. 289) aponta, “se a segurança puder ser mutuamente compartilhada e simultaneamente aumentada, não há dilema de segurança em jogo”. Para Schweller (1996), as causas da guerra nas teorias de balanceamento não estão no dilema de segurança em si, como ilustrado na Figura 16, mas no predomínio da incerteza sobre as intenções alheias que afastam os atores de arranjos cooperativos possíveis. Conscientes da anarquia, Estados buscariam se deslocar em direção ao ponto A da curva, mas a elevação da insegurança alheia ativaria os mecanismos de balanceamento que retomariam um ponto intermediário de equilíbrio. Dessa forma, é possível argumentar que é a natureza *fraca*⁶¹ dos laços sociais do sistema, em meio à anarquia, o que produz a guerra, como Herz (1950, p.158) já apontava. A questão teórica decorrente, portanto, seria a possibilidade de fortalecimento e instrumentalização de tais laços, mesmo em meio à anarquia. Essa pergunta é o que este capítulo busca responder, a partir do problematizado nos capítulos anteriores.

4.1.2 Poder além da balança: formas hierarquizadas de poder em meio à anarquia

Parte significativa das críticas ao Realismo Estrutural reside em sua dificuldade de incorporar dinâmicas de socialização e relações de poder mais complexas para dentro de seu arcabouço teórico (KEOHENE, 1986, BUZAN, JONES, LITTLE, 1993, WENDT, 1999).

⁶⁰ As dimensões de “percepção de ameaças” e “capacidades relativas ao(s) polo(s) preponderante(s)” variam em termos lógicos entre um máximo absoluto em um (1) e um mínimo absoluto em zero (0).

Diferentemente de muitas dessas críticas, este trabalho busca se inserir no debate interno ao estruturalismo realista, para discutir os processos, comportamentos e produtos sociais que lhe são compatíveis. Esta seção discute formas de poder e interação interestatal que podem ser constituídas a partir das estruturas de assimetrias discutidas neste trabalho, para além da socialização exclusivamente pautada pela diferenciação segmentada e pela estática distributiva dos meios de coerção.

Um dos precursores do resgate do estudo da hierarquia que convive com anarquia das relações internacionais tem sido David Lake. Em diversos trabalhos, David Lake (1996, 2007, 2009a) sustenta que grande parte das interações entre Estados é pautada por uma *autoridade relacional* de superordenação e subordinação. Nessa forma de socialização hierarquizada, atores legitimam a especificidade funcional de outros no sistema e lhes conferem autoridade na determinação de certos temas de sua ação soberana (LAKE, 2007, p. 55). Portanto, a definição dos resultados interacionais não é a simples derivação de uma ameaça de coerção, mas, sim, a percepção, no ator subordinado, de que aquele superordenado é capaz de prover algum tipo de ordem benéfica não possível sem sua atuação (LAKE, 1996). Dessa forma, Estados no sistema não apenas competem e emulam-se, mas identificam funcionalmente uns aos outros como oportunidades para ganhos absolutos de bem-estar e redução de custos relativos com a sobrevivência no sistema. Lavožcka (2013), contudo, pondera que tais formas de interação, mesmo hierarquizadas, não necessariamente envolvem a dominação de um ator pelo outro, a supressão do interesse de uma das partes. A autoridade relacional seria, desse modo, baseada na consciência desses laços em termos de custos relativos para gestão da anarquia por parte dos Estados menores e dos ganhos políticos pelos mais poderosos.

Bially-Mattern e Zarakol (2015) buscam mapear as contribuições da crescente literatura teórica sobre a centralidade das hierarquias nas relações internacionais. A concepção de hierarquia discutida por Lake (1996, 2007, 2009a), segundo as autoras, segue uma “lógica racionalista de *trade-off*”, pela qual a autoridade relacional seria constituída por uma relação de custo e benefício barganhada entre os agentes (BIALLY-MATTERN; ZARAKOL, 2015, p. 26-31). Além dessa lógica racionalizada, a agenda de pesquisa hierárquico-cêntrica estaria permeada por outras duas lógicas. A primeira delas seria a “lógica posicional”, focada nos papéis funcionais adquiridos pelos agentes a partir das estruturas de diferenciação e distribuição em que estão inseridos (BIALLY-MATTERN; ZARAKOL, 2015, p. 31-36). A última lógica delimitada pelas autoras, a “lógica produtiva”, entende que as hierarquias

⁶¹ Em alusão à ideia de laços sociais fracos e fortes em Tilly (2005).

estruturais “não somente moldam os comportamentos dos atores na política mundial, mas também produzem *tanto* os atores *quanto* o espaço da política mundial em que eles interagem.”(BIALLY-MATTERN; ZARAKOL, 2015, p. 37).

Por certo, muito do que foi debatido até agora neste trabalho intersecta essas três lógicas de hierarquia. O estudo do padrão de socialização que medeia a inserção do Sul nos empreendimentos sistêmicos de geração, circulação e acumulação de riquezas se localiza em uma perspectiva posicional da hierarquia sistêmica. Ao mesmo tempo, por um lado, a percepção do caráter mutuamente constitutivo e dinâmico das estruturas de diferenciação e distribuição se aproxima de uma concepção produtiva de tais hierarquias e, por outro, tais posições relativas dispõem condições de barganha racionalizadas que os agentes podem instrumentalizar. Assim, dado que a lógica produtiva subjaz à dinâmica constitutiva das posições, e a “lógica do *trade-off*” observa a agência que permeia hierarquias (BIALLY-MATTERN; ZARAKOL, 2015, p. 46), o presente capítulo foca as formas de interação política, de exercício do poder, pelas quais os agentes podem lidar com sua posição relativa e engajar-se em transformação.

Em comum, as três lógicas de análise da hierarquia perpassam formas de compreender relações de poder entre agentes em que se reproduzem as assimetrias que as fundam anteriormente. Dessa forma, se a análise hierárquica das relações internacionais permite expandir a gama de interações políticas nela estudadas, tal estudo demanda um arcabouço mais completo das formas de exercício do poder que se estabelecem nessas relações. As tipologias sobre as formas relacionais de poder nas relações internacionais têm recebido contribuições em profusão, a despeito da maturação tardia desse debate (BALDWIN, 2013, 2016, COHEN; CHIU, 2014). Segundo Baldwin (2013), em comum, a grande maioria dessas tipologias se refere às distintas manifestações que tomam a influência de um ator sobre o comportamento de outro, no sentido originalmente proposto por Dahl (1957). Segundo Dahl (1957) o poder relacional seria a efetividade política do poder sobre recursos, a capacidade um ator influenciar o outro agente a fazer algo que ele inicialmente não faria.

No entanto, parte das críticas ao conceito de poder relacional em Dahl atenta ao fato de que, antes mesmo da disputa de influência entre os agentes existir, as próprias arenas em que tal disputa ocorre derivam de uma disputa de poder prévia, o poder de agenda seria essa segunda face do poder relacional (BALDWIN, 2016, p. 12-25). Sua terceira face seria a proposta por Lukes (2005), com respeito ao exercício de influência antes mesmo do litígio vir a surgir, atuando sobre a formação das preferências dos outros agentes. Cohen e Chiu (2014)

ênfatisam que em todas as facetas do poder, para que sua análise seja efetivamente relacional, deve-se considerar tanto a capacidade de influência dos agentes quanto suas condições de resistir à influência alheia. Dessa forma, as três faces do poder parecem delimitar formas em que a *autoridade relacional* pode se manifestar, seja a partir da agência deliberada ou não.

Na primeira face do poder, portanto, reside a influência crua - puramente diádica e relacional - em que parte grande da teoria de relações internacionais está construída (BALDWIN, 2013, 2016, BIARLY-MATTERN; ZARAKOL, 2015). Waltz (1979, 2001) argumenta pela premência da coação [*compellence*], da dissuasão e da coerção como os meios de sustentação de tal influência, ao passo que grande parte de seus críticos se concentrou em explicitar como ela pode ser alcançada por meio de barganha e persuasão (KEOHANE; NYE, 1977, YOUNG, 1991, SNIDAL, 1991, GEORGE, 1991, GRIECO, 1995). A segunda face do poder, por sua vez, foca na influência em escopo e domínio delimitados institucionalmente, compatível com as agendas da literatura sobre interação estratégica e regimes internacionais (BALDWIN, 2013, p. 291). A face do poder proposta por Lukes (2005), por sua vez, recupera uma vasta tradição do pensamento político associada à relação entre dependência e direção ideológica, como no conceito *Gramsciano* de hegemonia.

A autoridade relacional das relações hierarquizadas e as formas de poder que adquire, portanto, não se circunscrevem apenas à racionalidade da “lógica de *trade-off*”, mas também perpassam hierarquias posicionais e produtivas. Barnett e Duvall (2005) propõem uma nova tipologia de poder relacional, atenta ao caráter assimétrico intrínseco a tais relações. Para os autores, nas relações internacionais, a dinâmica da coerção seria o terreno do compulsório, da supressão da política⁶², o terreno do poder, por sua vez, diria respeito às condições dos agentes na produção social dos determinantes de sua capacidade própria de agência (BARNETT; DUVALL, 2005, p. 42-50). Em sua conceituação haveria três tipos de poder político: o *poder produtivo*, *poder institucional* e *poder estrutural*. Segundo os autores, o primeiro seria a capacidade um ator *influenciar* identidades e preferências de outros atores; o segundo seria sua capacidade de impor preferências sobre aspectos formais que regulam a interação entre atores determinados; e o último se refere à sua capacidade de *afetar*⁶³ processos distributivos e de diferenciação que constituem a posição alheia no sistema

⁶² A ideia de que imposição de comportamentos pela coação é externa à política é parte de uma importante tradição da filosofia política, consagrada nos trabalhos de Hannah Arendt (1998). Ainda que a concepção de política que permeia este trabalho não exclua a relevância da dinâmica conflitiva que lhe é inerente, especialmente em meio à anarquia, o recorte promovido por Barnett e Duvall (2005) ajuda a focar as distintas manifestações de poder que emergem para além das condições de coerção que a teoria de relações internacionais historicamente analisa.

(BARNETT; DUVALL, 2005 p. 40-50). Esses tipos de poder explicitam a analogia entre as três faces de poder em que a autoridade relacional toma forma e também três categorias consagradas sobre formas de exercício de poder nas relações internacionais: *liderança*, *meta-poder* e *hegemonia*⁶⁴.

A noção de liderança na política internacional possui forte ligação com as teorias da ação coletiva e, portanto, com uma perspectiva racionalizada da interação entre os agentes, (YOUNG, 1991). Nos termos de Bennett e Duvall (2005), podemos considerar a liderança como análoga ao poder produtivo por se tratar de uma interação fundamentalmente persuasiva e ideacional, que se manifesta em capacidade de influência sobre percepções e comportamento. Ao mesmo tempo, a liderança seria a expressão cooperativa da influência em sua face primeira, direta, exercida quando as condições de ameaça e coerção não podem sustentá-la. Em termos de lógica de ação coletiva, o líder seria o empreendedor político capaz de concatenar interesses de grupo e manifestá-los em uma agenda inclusiva (SCHIRM, 2010, p. 200).

Por mais que seja dependente da contínua capacidade de angariar seguidores, a liderança permite ao líder o poder de agenda da coletividade sob si (DESTRADE, 2010). A título de exemplo, Burges (2013) argumenta que a emergência brasileira nas últimas décadas estaria amparada no papel de “ponte entre o Sul e o Norte” exercido por sua diplomacia, em que um pedágio seria cobrado de ambos os lados. Tal pedágio seria a capacidade de inserir de maneira desproporcional seus interesses nos termos em negociação (BURGES, 2013, p. 578). À medida que essa influência adquire poder de agenda e consegue estabelecer modificações favoráveis nas “regras do jogo” em um regime, o líder que a exerce passa a ampliar seu meta-poder sobre ele.

Ademais, concebida como concatenação continuada de interesses dispersos, a liderança pode transbordar-se em laços intersocietários mais sólidos. Uma liderança continuada no longo prazo pode passar a imiscuir os interesses do líder com o dos dominados nos termos de uma hegemonia, de maneira compatível com as noções de *soft power* (NYE, 2004), especialmente em termos regionais (DESTRADE, 2010). De todo modo, o conceito de liderança parece se mostrar especialmente útil por uma forma recorrente e pouco disputada na literatura de caracterizar o esforço deliberado de influência por meio do convencimento e da construção de consensos.

⁶⁴ Para os termos da diferenciação entre influência e afecção ver Keohane (1969, p. 295).

O termo meta-poder, original da teoria dos jogos, refere-se à capacidade de um jogador modificar os *pay-offs* de uma partida para outra (KRASNER, 1981, p. 122). Krasner (1981) utiliza o termo para definir a capacidade de um ator modificar o ambiente em que as decisões dos outros são tomadas: desde os termos de um regime internacional até, em última análise, todas as complexidades de regimes da ordem internacional. O conceito é bastante relacionado às literaturas centradas na relação entre poder e regras no sistema internacional. As noções de hegemonia e liderança na Teoria da Estabilidade Hegemônica (TEH), em Kindleberger (1973), Gilpin (1981) e Ikenberry (2011), bem como em trabalhos anteriores de Krasner (1976)⁶⁵, são ilustrativas de tal exercício de poder instituído em uma “ordem internacional”. Nesses casos, a forma de poder em questão seria a capacidade do ator que arca com os custos de construção de soluções institucionais para ordenação de problemas públicos ajustar benefícios e constrangimentos que terminam por condicionar comportamentos alheios em termos desejados (LAKE, 1993). Dessa forma, o caráter institucionalizado de sua manifestação, torna o meta-poder correspondente ao poder institucional em uma versão instituída da segunda face do poder.

Contudo, a noção de meta-poder distingue-se sutilmente da concepção de hegemonia da TEH por não perceber o poder institucional como algo “universal e monolítico” (BALDWIN, 2013, p. 286). Ao desagregar o poder institucional como influência na capacidade de afetar regimes e instituições em escopo e domínio delimitados, o meta-poder se torna passível de disputa na moldagem de regras do sistema (“*rule-shaping*”) e não um monopólio do hegêmona estabilizador na produção das regras (“*rule-making*”) (HURRELL, WOODS, 1999, SIDHU; MATHA; JONES, 2013). Para fins de clareza conceitual, no restante do trabalho, trataremos hegemonia na forma apresentada na sequência desta seção em detrimento da apresentada pela TEH.

Em sentido híbrido entre o poder institucional e estrutural de Barnett e Duvall (2005), encontra-se a definição alternativa de poder estrutural cunhada por Strange (1988), em referência às formas não intencionais pelas quais um agente influencia os demais. De um lado, esse poder estrutural deriva do controle da influência indireta exercida por meio da estrutura de *pay-offs* delimitada pelo meta-poder, de outro, esse conceito abre a possibilidade de observar dinâmicas de dependência próprias dos processos constitutivos das posições

⁶⁴ Tipos são categorias de explicação do poder, formas de exercício são padrões de instrumentalização dessa tipologia.

⁶⁵ Para a diferença entre liderança e hegemonia na TEH, ver Lake (1993).

relativas dos agentes em interação em uma “lógica produtiva” (GUZZINI, 1993). A tradição intelectual em torno do conceito de hegemonia parece ser a melhor maneira de compreender tal dimensão do poder estrutural nos termos de Barnett e Duvall (2005) compatíveis com a terceira face do poder de Lukes (2005).

Em seus Cadernos do Cárcere, Gramsci (2006) debate os mecanismos pelos quais uma estrutura social de desigualdade logra se reproduzir sublimando seus conflitos inerentes, por meio do que chama de hegemonia. Em termos genéricos, nessa forma de poder, o beneficiário de assimetrias socialmente construídas subordina os interesses dos dominados aos seus. Assim, antes da disputa entre capacidades coercitivas, laços sociais de dependência direcionam comportamentos subordinados na formação de consensos. Para manter a alegoria racionalista da teoria dos jogos, nesse caso, não se alteram apenas os *pay-offs*, mas a estrutura de preferências em si. Nas relações internacionais, sua adaptação mais ressonante é a de R. Cox (1983) que, de maneira holística, estuda a interação entre forças materiais e sociais na universalização de valores e percepções que legitimam o *status quo*. Para esse trabalho, o conceito de hegemonia, como forma de poder que se manifesta em distintas realidades sócio-históricas de assimetria, possui grande relevância por expressar o modo como processos interativos de instrumentalização da diferenciação e da distribuição estrutural podem coadunar interesses dispersos em torno de um consenso reprodutor e amplificador da assimetria que o funda.

Dessa forma a literatura sobre poder relacional do sistema internacional oferece categorias que permitem compreender o processo em que as lógicas estruturais anárquica e hierárquica se manifestam em termos de exercício do poder. O quadro 6 abaixo busca organizar esse debate conceitual. De um lado, a concepção funcionalmente indiferenciada da socialização internacional, em que a distribuição de poder coercitivo é a única condicionante estrutural da interação política, limita os comportamentos selecionados pela estrutura sistêmica como a coação, a dissuasão e a coerção. De outro, as concepções de socialização hierarquizadas, que incorporam a relação entre estruturas distribucionais e de diferenciação, abrem um escopo maior de variabilidade comportamental estruturalmente cogente. Enquanto as possibilidades estratégicas pautadas na lógica da anarquia correspondem às antes sumarizadas nesta seção, as possibilidades estratégicas hierárquico-conscientes listadas no quadro serão o tema das próximas seções deste capítulo.

Quadro 6 – Quadro conceitual de análise da agência pela lógica anárquica e hierárquica do sistema internacional

RELAÇÕES DE PODER NO SISTEMA INTERNACIONAL					
Lógica Anárquica			Lógica Hierárquica		
TIPOLOGIAS DE PODER RELACIONAL INTERNACIONAL	Dimensões	1ª Face	2ª Face		3ª Face
	Tipos (Barnett; Duvall, 2005)	Poder Coercitivo/ Compulsório	Poder Produtivo	Poder Institucio.	Poder Estrutural
	Formas de Exercício	Coação, Dissuasão e Coerção	Liderança	Meta-Poder P. Estrutural	Hegemonia (Strange)
SELEÇÃO DE COMPORTAMENTOS	Concepção de Socialização	Funcionalmente Indiferenciada	Funcionalmente Indiferenciada: autoridade relacional e dependência socioeconômica		
	Possibilidades Estratégicas	Balanceamento, <i>Bandwagoning</i> , Subord. ou Dist.	<i>Bridging, Binding e Bonding</i> Barganha Vertical e Cooperação Horizontal		

Fonte: Elaboração própria a partir de revisão bibliográfica.

Apesar de sumarizadas de maneira bastante estrita, em comum, as formas de exercício do poder discutidas não negam atuação da estrutura posicional do sistema e a operação da anarquia *Waltziana* no condicionamento da agência. Essa literatura discute adicionalmente como distintos laços sociais – diádicos ou complexos – subvertem a homogeneidade funcional do sistema e aumentam a variabilidade comportamental nele possível em meio à mesma estrutura anárquica, seja constituindo preferências alheias por persuasão de liderança ou por direção hegemônica, seja influenciando o ambiente normativo que baliza suas interações. Como Wendt e Friedheim (1995, p. 690) apontam, ao negar o impacto das interações sociais sobre as preferências e a identidade dos atores, tanto o neorealismo quanto o neoliberalismo perdem a capacidade de identificar os impactos reais das assimetrias de poder sobre os fenômenos da política internacional. Wendt (1999) busca seu caminho por meio do estudo das ideias como vetor de interação e, neste trabalho, busca-se conectar ao próprio Realismo Estrutural um maior reconhecimento do efeito de processos interacionais sobre o comportamento de unidades formalmente homogêneas, mas funcionalmente heterogêneas.

4.2. Onde a estrutura encontra a agência: o nível de interação e os meios de interação

Esta seção busca compreender os espaços políticos em que a interação dos agentes encontra os constrangimentos sistêmicos a que eles estão expostos, em especial, sua

manifestação para os países do Sul Global. Para tanto, sugere-se que o nível analítico da interação - proposto por originalmente por Buzan, Little e Jones (1993) - seja desagregado de acordo com a variação de sua manifestação para distintos padrões de socialização, nos termos convencionados no capítulo 2. Dessa forma, sugere-se que meios de interação padronizados e racionalizados - como as instituições e regimes internacionais - e meios de interação de escopo geograficamente reduzido - as regiões e os entornos estratégicos - delimitam espaços de poder em que a agência de atores do Sul Global adquire capacidade transformativa de sua realidade.

4.2.1 Meios de interação como lugares do padrão de socialização dos agentes

No capítulo 2 deste trabalho, discutiu-se o conceito de socialização como a confluência de pressões estruturais decorrentes da interação dos agentes e das distintas assimetrias constitutivas e derivadas de suas relações. Como um diálogo de assimetrias mediado pelas formas como os agentes se diferenciam na organização de suas desigualdades, a socialização é um fenômeno que se manifesta de distintas formas frente às posições dos atores em tais estruturas. Tais estruturas de assimetria permitem identificar as condições de variabilidade dos *padrões de socialização* em que distintos agentes estão inseridos no sistema. O capítulo anterior a este buscou, por meio da análise dos mecanismos de exclusão constitutivos da estratificação material sistêmica, identificar a forma como a conjunção de constrangimentos e oportunidades se manifesta para o Sul Global.

Ainda assim, as interações específicas em que se manifesta o padrão de socialização dos Estados não ocorrem no plano abstrato das estruturas de assimetria que compõe, mas sim em sua operação concreta em ambientes delimitados de interação. Como exposto anteriormente, a ideia de um nível da interação mediando a operação da estrutura sobre a agência em um determinado momento histórico é uma proposição que atende ao objetivo de dar concretude aos processos em que se manifesta a abstração da anarquia oriunda do pensamento teórico em relações internacionais (BUZAN; LITTLE; JONES, 1993, BUZAN; LITTLE, 2001). Nesse nível, segundo os autores, se manifestaria a capacidade de interação do sistema, uma função dos *meios societários* e *tecnológicos* que contingenciam o condicionamento da estrutura sob a *interação* em um dado período do tempo. Desse modo,

para os autores, a anarquia se imporia como um “espaço de poder”⁶⁶ delimitado pelo alcance das condições normativas e materiais de exercício da força e da coerção no sistema.

No entanto, tal mediação da anarquia pela historicidade dos meios que a viabilizam segue concebendo como exógenas ao seu modelo analítico as estruturas distribucionais e de diferenciação que não sejam referentes às capacidades de coerção dos Estados. A anarquia delimitaria um meio de interação cuja única linguagem possível seria a originária da gramática dos meios de guerra. No entanto, tal concepção torna a guerra não um fruto da política, do conflito entre vontades incompatíveis, mas um fenômeno externo à agência, produzido pelo princípio de ordem do sistema. A guerra, como socialização possível em meio à anarquia, reduz-se a si mesma, e deixa de ser a política por outros meios⁶⁷. A própria natureza distributiva e organizacional que permeia a violência organizada⁶⁸ e torna a guerra latente é exogeneizada do funcionamento teórico explicativo da anarquia.

Desse modo, os “espaços de poder” em que as assimetrias estruturadas e as relações hierarquizadas até agora discutidas se concretizam, mesmo em meio à anarquia, seguem carentes de delimitação. A política é o terreno de organização da disputa entre poderes relativos e vontades incompatíveis (DAHL, 1957, WEBER, 1984, SCHMITT, 2007)⁶⁹. Assim, esse campo fenomênico delimita as relações sociais que organizam o litígio entre as capacidades dos agentes de transformarem o ambiente em que tais relações se desdobram em molde a suas vontades (GIDDENS, 1987, p. 7-9). Desse modo, a política é ao mesmo tempo posicional, frente à distribuição de capacidades entre os agentes, e organizacional, como espaço em que se constroem as condições que determinam tais posições (GIDDENS, 1987, p. 13). A guerra, como fenômeno político, não é derivada apenas das posições relativas de capacidades no sistema e das percepções sobre elas, mas mediada continuamente pela organização dos processos que constituem tais capacidades. Portanto, poder torna-se equivalente à capacidade transformativa de um ator sobre a organização social da produção de assimetrias que ele compõe; cujas distintas formas se manifestam nos termos da seção anterior.

⁶⁶ Nos termos de Giddens (1987), no original “*locales of power*”.

⁶⁷ Uma da conceituação clássica da Guerra como fenômeno social é a de Clausewitz, que a concebe como uma extensão da política, um meio de manifestação dos interesses constituídos na política (ECHEVARIA, 2007, p. 84-100).

⁶⁸ Para Tilly (2003), a violência organizada é permeada por díades categóricas em sua interface com a produção e reprodução de mecanismos de exclusão.

⁶⁹ Ver nota 19.

Para Giddens (1987, p. 10-11), esse poder como agência efetiva é exercido em lugares concretos, esse poder é mediado em “espaços de poder”. Esses espaços “referem-se a configurações de interação, incluindo seus aspectos físicos – sua ‘arquitetura’ – nas quais aspectos sistêmicos de interação estão concentrados”⁷⁰. Essas configurações de interação “contêm” poder, enquanto “arenas circunscritas para a geração de poder administrativo”⁷¹ em que se concentram recursos alocativos e de autoridade em uma organização social. Logo, a política e as relações de poder ocorrem em *loci* nos quais o padrão de socialização dos agentes - a confluência de assimetrias que lhe constrange - se manifesta.

Nas relações internacionais, a teoria da estabilidade hegemônica localiza o exercício de poder institucional do hegemona sobre a organização dos litígios globais naquilo que chamam de ordem internacional, como agregado normativo regulador da interação entre agentes nacionais e transnacionais (KINDLEBERGER, 1973, GILPIN, 1981, IKENBERRY, 2011). A mesma localização do poder das grandes potências em instituições internacionais está presente na tradição intelectual da Escola Inglesa (WHITE, 2002, BULL, 1977, LITTLE, WILLIAMS, 2006, HURRELL, WOODS, 1999). No entanto, o lugar do poder exercido pelo Sul Global na disputa por sua capacidade de influenciar a organização das assimetrias que fundam sua posição se torna indeterminado se a delimitação desse espaço, seja ele anarquia ou ordem internacional, for concebida unitariamente.

A desagregação analítica do nível da interação - ou seja, a identificação da variabilidade de manifestação de sua capacidade sistêmica ao largo de distintos padrões de socialização - pode ser uma maneira de compreender a especificidade sócio-histórica do condicionamento da estrutura sobre a agência e, por consequência, da capacidade transformativa possível aos agentes. Dessa forma, seria possível trabalhar, nesse nível analítico, *meios de interação* que localizam a arena política em que os agentes litigam suas vontades em conflito. Nesses meios, as agências encontram as pressões por diferenciação e indiferenciação, assim como suas consequências distribucionais resultantes de suas interações, tal como ilustrado na figura 15. Assim, o *padrão de socialização* derivado da posição desses agentes em distintas estruturas de assimetria, como a econômica e a política, manifesta-se concretamente na interação política desses meios.

⁷⁰ Do original em inglês: “*Locales* refer to the settings of interaction, including the physical aspects of setting — their ‘architecture’ — within which systemic aspects of interaction and social relations are concentrated” (GIDDENS, 1987, p.10, tradução nossa)

⁷¹ Do original em inglês: “circumscribed arenas for a generation of administrative power” (GIDDENS, 1987, p. 11, tradução nossa).

Se por um lado, é verdade que, para potências litigantes da polaridade sistêmica, seus meios de interação imediatos são o palco estratégico global e a ordem internacional, o padrão de socialização que medeia as assimetrias de outros atores circunscreve os meios de interação propícios ao escopo de sua agência e de sua capacidade transformativa. A presente seção conclui com estudo dos meios de interação em que os atores do Sul Global podem litigar a administração das assimetrias em que estão inseridos.

4.2.2 O Sul Global e os meios regionais e institucionalizados de interação

A compreensão de que a totalidade dos países periféricos do Sul Global esteja submetida a um mesmo padrão de socialização, por certo, incorre em generalizações e inconsistências relevantes. De maneira similar, tampouco seria possível exaurir os meios de interação em que os agentes de um escopo tão variado de realidades manifestam sua agência e gerenciam os efeitos de seu padrão de socialização. Ainda assim, esta subseção discute os efeitos que as assimetrias emergentes dos mecanismos constituintes da estratificação global exercem sobre as capacidades de os agentes incidirem sobre sua própria realidade. Em específico, discute-se sobre as condições de esses países gerenciarem os efeitos políticos derivados de sua restrição estrutural de acesso a recursos e habilitarem a melhora de sua posição no bojo da produção, da circulação e da acumulação de riqueza no sistema.

O capítulo anterior identificou dois padrões genéricos de efeitos dos mecanismos de exclusão operantes na estratificação global. Em um primeiro grupo de países, tais mecanismos os excluem virtualmente do processo de acumulação de riquezas e da existência efetiva no jogo de poderes do sistema internacional. Na literatura sobre construção estatal na periferia, abundam exemplos em que o nível de recursos extraídos por diversos Estados do Sul Global põe sua existência sob risco constante (AYOOB, 1995, HERBST, 2001, CENTENO, 2002). As possibilidades de mitigar a fragilidade dessa posição são exploradas por parte da literatura, usualmente associadas a barganhas por voz em regimes internacionais (GRIECO, 1993, WITHAKER, 2010) ou no âmbito regional (LAKE, 2009b). No entanto, neste trabalho, ao focar a compreensão da economia política subjacente às potências emergentes do Sul Global, revela-se uma posicionalidade mais contraditória oriunda de outro padrão derivado desses mecanismos.

Para diversos países, as Cadeias Globais de Valor e a integração à economia transnacional mostram-se atrativas enquanto organização que concentra a criação e

apropriação de riqueza no sistema. No entanto, os termos de integração a tais fluxos impõem dificuldades à ampliação de novos entrantes da quota de apropriação e à sua acumulação de recursos que ocorrem em seus espaços econômicos. Assim, ainda que associada aos limites de sua posição periférica, a integração desses países às dinâmicas econômicas sistêmicas lhes possibilita níveis intermediários de renda e capacidade estatal, por vezes, dispostos de maneira vantajosa em relação ao seu entorno estratégico regional. Esses atores são compatíveis com a classificação de semiperiferia, especialmente, nos termos de Arrighi (1990). Assim, desprovidos de sua concepção funcionalista em Wallerstein (1974, 1979), chamaremos as potências emergentes do Sul Global de semiperiferia, como uma classe de atores altamente integrados ao sistema, mas cuja interação política está sujeita a uma restrição estrutural derivada de sua socialização político-econômica.

A elevada integração desses agentes às dinâmicas sistêmicas, especialmente na esfera econômica, somada às limitações do escopo de seu poder delimita um *padrão de socialização* em que a agência anárquico-consciente sozinha é altamente ineficiente. Como ponderado em Pape (2005), sempre que a concentração de poder no sistema for suficiente para inibir a efetividade de qualquer coalizão contrabalançante, os custos de balanceamento externo ou interno se tornam incomensuráveis⁷². Essa análise é, por definição, válida para a semiperiferia. Sua especificidade pode ser compreendida como uma tendência baixista à demanda subjetiva por segurança dessas unidades na Figura 15 e uma rigidez em sua movimentação em direção ao ponto A na Figura 16. Dessa forma, sua alta integração social e capacidade limitada de ação coercitiva podem catalisar a efetividade de sua agência por meios de interação em que possuem maior capacidade de influência sobre processos e, por consequência, resultados.

A literatura que busca dar sentido à emergência de potências do Sul Global na contemporaneidade observa, em comum, dois meios em que tal capacidade transformativa se manifesta. Em primeiro lugar, parte da literatura observa a capacidade desses atores alcançarem patamares de influência sobre a dinâmica normativa da ordem internacional que superam sua dotação de capacidades (HURRELL, 2006, 2013a, KAHLER, 2013, GRAY; MURPHY, 2013, FLEMES, 2013). Ao mesmo tempo, a delimitação regional do poder de atores intermediários e do peso das dinâmicas regionais sobre sua influência sistêmica é algo recorrente na literatura e associado contemporaneamente às potências emergentes (JORDAAN, 2003, HURRELL, 2006, NOLTE, 2010, FLEMES, 2010). Assim, discutir os

⁷² Brooks e Wolhforth (2008) e Ikenberry, Matsunduno e Wolhforth (2011) capitaneiam a discussão sobre a concentração de capacidade coercitiva pelos Estados Unidos no sistema internacional.

termos genéricos em que essas arenas medeiam o condicionamento estrutural a que esses atores estão expostos parece ser um modo de compreender suas formas para mais bem instrumentalizá-los.

A identificação do multilateralismo como recurso político dos Estados dotados de menor capacidade de coerção é recorrente na literatura. A figura retórica de “Estados liliputianos” disseminada por Keohane (1969) ilustra a associação entre suas estratégias de sobrevivência à montagem de coalizões com outros agentes de menor poder relativo de modo a mitigar a potência dos gigantes sistêmicos. Thomas (2013) argumenta que as instituições internacionais delimitam contextos racionalizados, em que os agentes adquirem diferenciação funcional como modo que percebem para organizar a complexidade de suas interações e seus problemas comuns. Parte dessa solução consiste em dar concretude à reificação dos Estados como agentes unitários, eles se tornam efetivamente unidades atomizadas de interação, institucionalizando a segmentação nominal do sistema (VIOLA, 2013, THOMAS, 2013). Nos termos de Thomas (2013, p. 45):

“Esses contextos culturais racionalizados têm implicações significantes para a interpretação da diferenciação estratificatória [interna a eles]. Unidades segmentadas racionalizadas são definidas como se fossem iguais: todos os Estados têm valor equivalente [...]”

Geridas por uma racionalidade instrumental *Weberiana*, calcada na padronização de procedimentos e formas de interação, as assimetrias constitutivas do sistema são dissolvidas nos meios de interação institucionalizados pela funcionalidade atribuída à instituição e aos seus membros (THOMAS, 2013). Concretamente, as funções lotadas aos membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas obedecem à própria função do órgão, de maneira análoga ao que ocorre com o sistema de quotas do Fundo Monetário Internacional. Mesmo estratificadas, ambas as instituições se apresentam como espaços de poder em que os agentes possuem equivalência nominal e os termos de sua interação estão resguardados por procedimentos pré-estabelecidos.

No caso dos meios regionais de interação, sua particularidade é justamente a oposta. Na medida em que regiões são construtos sociais derivados de um acúmulo de interações transnacionais e internacionais, as particularidades de construção histórica de cada relação diplomática são realçadas e qualquer atomização dos agentes é por elas matizada (FAWCETT; HURRELL, 1995, BUZAN; WAEVER, 2003, HURRELL, 2007). Além dos aspectos sociais em si, a superfície de contato derivada do compartilhamento de fronteiras e

da proximidade territorial faz das regiões o entorno estratégico em que se concentram as ameaças securitárias desses países. Em termos de diferenciação, o ambiente regional recorta a estratificação global e seus impactos políticos, a semiperiferia sistêmica é por vezes central na organização das assimetrias regionais. Dessa forma, o capítulo conclui, na próxima seção, estudando a forma como a semiperiferia pode instrumentalizar sua posição em meios institucionalizados e regionais de interação.

4.3 Estratégias “hierárquico-conscientes” de gestão da estruturação de assimetrias sistêmicas

Nesta seção, serão estudadas as possibilidades de agência da semiperiferia em dois meios de interação que permitem a instrumentalização de estratégias hierárquico-conscientes, nas quais a limitação posicional e social da semiperiferia se converte em oportunidade para ganhos políticos no sistema. A primeira subseção discute as condições de agência em meios institucionalizados de interação, e a segunda, os meios de interação delimitados pelas regiões em que se localizam os países. Por fim, será discutido como essas estratégias qualificam e habilitam a gestão de seu dilema de segurança e se associam a sua condição de emergência.

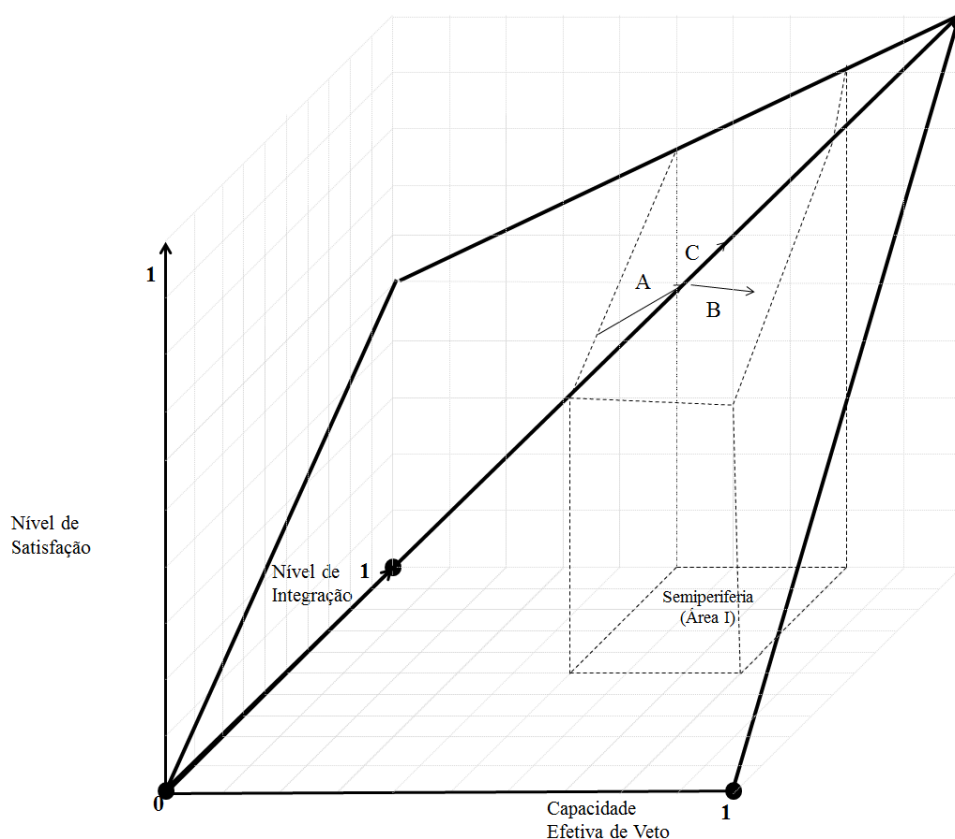
4.3.1 Gestão política da estratificação global: cooperação horizontal e barganha vertical

O impacto das instituições internacionais sobre preferências dos Estados foi o cerne de um vasto debate nas relações internacionais nas últimas décadas (KEOHENAE; NYE, 1987, MEARSHEIMER, 1994, BALDWIN *et al*, 1993, GRIECO, 1995, WAEVER, 1996). Neste texto, os meios de interações institucionalizados se referem a instituições internacionais em sentido ampliado, sejam elas organizações específicas, sejam regimes e suas complexidades. Esses meios são percebidos como espaços de interação racionalizada, que contingenciam a atuação da distribuição de poder sobre a interação entre atores, ainda que sejam endógenos a ela (KEOHANE; MARTIN, 2003, p. 80). A particularidade que esses meios delimitam na capacidade de interação sistêmica é tanto societária quanto tecnológica, nos termos de Buzan, Little e Jones (1993), pois conferem ao litígio político uma roupagem social de bem coletivo, cuja gestão deve obedecer a uma racionalidade instrumental, organizada em diferenciação funcional através de regras pré-estabelecidas e negociadas (SIMMONS; MARTIN, 2011, THOMAS, 2013).

Dentro desses jogos, concebe-se o comportamento unitário como função de elementos derivados da particularidade de socialização dos agentes: seu grau de integração e seu grau de satisfação com o regime em questão. O primeiro elemento constrangeria rupturas unilaterais, ampliando a capacidade de *enforcement* do regime, na medida em que punições de saída se ampliem quando os custos de integração são tomados. O segundo elemento é o que determina iniciativas por ampliação de tal integração. Afora essas dinâmicas internas a esse meio delimitado, as estruturas distribucionais do sistema seguem condicionando a capacidade de cada Estado influenciar a temática real regulada por uma instituição. Tal capacidade bruta de veto à efetividade de ingerência da instituição sobre os litígios reais não deixa de atuar sobre os comportamentos desse meio de interação.

Esse meio de interação é recorrentemente descrito como um espaço de poder em que atuam países do Sul Global em busca de maior influência sobre normatividade do sistema, as chamadas potências emergentes (GOLUB, 2013, MITTELMAN, 2013, FLEMES, 2013). Mais do que atores com eventual crescimento de capacidades econômicas ou militares, potências emergentes são percebidas como atores ativos na busca por espaço na governança global (HURRELL, 2006, NARLIKAR, 2013). Potências emergentes se diferenciam por sua posição intermediária de recursos, na busca por influência redistributiva na ordem internacional (NEL, 2010, SIDHU; METHA; JONES, 2013). A ambição desses atores em incorporar suas preferências nos regimes e instituições internacionais é usualmente interpretada quanto ao grau e à natureza da mudança almejada: do reformismo ao revisionismo. Estados que buscam espaço deliberativo dentro de um arcabouço institucional dado seriam tidos como reformistas, enquanto aqueles que buscam arranjos institucionais externos e concorrentes ao *status quo* seriam revisionistas (NARLIKAR, 2013, KAHLER, 2013). Contudo, não são apenas intenções que distinguem tais comportamentos. A capacidade de um Estado afetar a realidade e revisar a ordem vigente sobre uma temática, ou ter poder de barganha para reformá-la, depende de sua capacidade de vetar a efetividade de seu funcionamento regulatório. Narlikar (2007, p. 985-987) chama a isso *de facto veto-player* sobre instituições internacionais.

Figura 18 - Contingenciamento Comportamental em Instituições Internacionais



Fonte: Elaboração própria a partir de revisão bibliográfica.

A Figura 18⁷³, acima, organiza as variáveis discutidas na delimitação de padrões comportamentais nesse meio de interação. No espaço cartesiano tridimensional, o desejo de manutenção do *status quo* seria ilustrado pelo volume da forma geométrica descrita pelas coordenadas “x, y e z” de um país. Para um mesmo nível de integração à ordem, incrementos na capacidade de veto efetiva diminuem a necessidade de preservá-la. Para uma mesma capacidade de veto, maiores níveis de integração aumentam os custos do revisionismo. Em níveis elevados tanto de integração quanto de poder autônomo, o desejo de conservação dessa situação seria maior. Dessa forma, a inserção e a variabilidade comportamental desses potenciais emergentes, a semiperiferia, estaria ilustrada na Área I, demarcada por um nível elevado de integração e intermediário de capacidades. Nem Cordeiros condescendentes, nem Chacais oportunistas, nesse meio de interação, a semiperiferia é uma espécie não prevista pela literatura.

⁷³ As três dimensões variam em termos lógicos entre um máximo absoluto em um (1) e um mínimo absoluto em zero (0).

Esse gráfico permite considerar a instrumentalização das formas de poder descritas na seção anterior para o deslocamento no plano em busca, nesse meio racionalizado, de ampliação da capacidade de veto efetivo desses Estados da semiperiferia. A ampliação dessa capacidade de veto efetivo se relaciona com a instrumentalização das potencialidades desse meio de interação e das formas relacionais de poder a ele compatíveis para a mitigação ou ruptura dos mecanismos de exclusão descritos no capítulo 2. Como consagrado em Keohane (1969) e Lima (2013), instituições internacionais são espaços da ação coletiva. Seu caráter negociado, formalizado e balizado por racionalidade instrumental permite que atores com limitação de poder ganhem influência, concatenando interesses dispersos em uma barganha coletiva (HURRELL, 2000, p. 3-5). Esse exercício de concatenação e persuasão constitui uma estratégia de liderança que permite ao seu agente obter ganhos desproporcionais na normatização de um determinado litígio (KAHLER, 2013, BURGESS, 2013). Como ilustrado no vetor A da Figura 18, esses ganhos podem ser expandidos sem custos adicionais de integração institucional até o ponto em que o comportamento de “carona” (*free-rider*) comece a ser cobrado (KRASNER, 1983).

É nesse ponto que o dilema entre reforma e revisão é premente na produção de ganhos adicionais de capacidade de veto efetiva. A estratégia revisionista (tanto mais próxima do vetor B) exigiria ganhos contínuos de capacidade autônoma para revisar o *status quo* e lhe instituir uma alternativa capaz de determinar novas regras do jogo (“*rule making*”) (HURRELL; WOODS, 1999). Uma estratégia reformista (tanto mais próxima do vetor C), ainda que aumente os custos de integração, permite transformar tal liderança em meta-poder do tipo “*rule shaping*”, pelo exercício de influência efetiva sobre moldagens incrementais às regras do jogo dentro do arcabouço institucional vigente (SIDHU; MATHA; JONES, 2013).

Na primeira, o ator direciona sua estratégia a uma moldagem anárquico-consciente, dado o entendimento de que a socialização competitiva o conduziria ao balanceamento do ator mais poderoso. A estratégia reformista, por sua vez, utiliza-se da autoridade relacional, por meio de sua funcionalidade como líder e empreendedor político, para converter sua liderança em um meta-poder habilitador de novos ganhos de capacidade de veto (GODDARD, 2009). Ao mesmo tempo, a característica formalizada e racionalizada do meio institucional permite que a agência nele exercida qualifique o gerenciamento de litígios proveniente da competição distributiva do sistema, abrandando ameaças de outra forma efetivas (LAKE, 2001, PAPE, 2005, PAUL, 2005, FLEMES, 2013).

Dessa forma, uma estratégia hierárquico-consciente reformista permitiria aos atores, por meio da criação de laços de autoridade com outros agentes cujos interesses consigam concatenar em torno de uma solução normativa para uma *issue-area* específica, pode ser uma maneira mais eficiente de lidar com os mecanismos de exclusão que reproduzem sua posição sistêmica. Tal estratégia parece especialmente coerente com a contestação dos mecanismos exógenos que emergem da esfera da circulação e da produção. Na esfera da produção, a atuação interna aos regimes de patentes e propriedade intelectual já se mostrou uma arena em que a construção de resultados normativos foi relevante para o *upgrading* em relevantes cadeias de valor (WEBER; BUSSELS, 2005, HAUNSS, SHADLEN, 2009, FERNANDES; GARCIA; CRUZ, 2015). Na esfera da circulação, o esforço de líderes do Sul Global por rearranjos regulatórios internos à complexidade de regimes do comércio internacional é abundante na literatura (NARLIKAR, 2010, 2013, MAHRENBACH, 2013). Até mesmo, no plano monetário internacional, a iniciativa do banco dos BRICS surge como uma maneira percebida por esses países de lidar com os mecanismos de exclusão produzidos pela pervasividade do dólar estadunidense na economia mundial (EICHENGREEN, 2009, 2012, HELLEINER; KIRSHNER, 2014, CHIN, 2014)

A cooperação entre países afetados de maneira similar por mecanismos de exclusão da economia internacional, catalisados por lideranças capazes de inseri-los coletivamente em uma barganha vertical com o Norte, mostra-se uma maneira de utilizar da diplomacia para lidar com a estratificação sistêmica. Sem dúvida, essa barganha vertical entre Sul e Norte se torna indissociável de estratégias para gerenciar as distintas realidades e assimetrias internas aos primeiros e os problemas de ação coletiva associados a tal cooperação horizontal. Ao mesmo tempo em que a ascensão de um Norte interno ao Sul demonstra os impasses oriundos dos ganhos relativos desse tipo de concatenação em nível global (VADELL, 2013, VADELL; RAMOS; NEVES, 2014); ela exemplifica de maneira acabada as condições de efetividade de tais estratégias hierárquico-conscientes e fornece critérios para a compreensão de empreendimentos menos bem-sucedidos.

4.3.2 Mobilização econômica da estratificação regional: *bonding, binding e bridging*

Enquanto as instituições internacionais multilaterais contingenciam ameaças sistêmicas e gerenciam o embate global, parte significativa do dilema de segurança de Estados potencialmente emergentes, da semiperiferia, se desenvolve em seu entorno regional. A noção

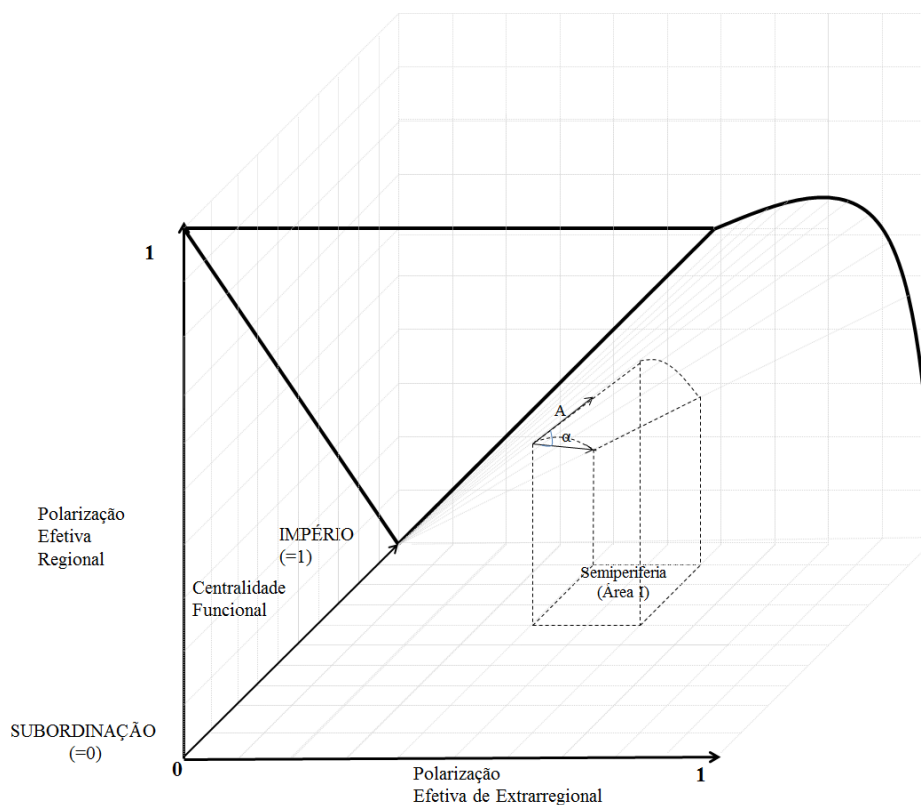
de que proximidade geográfica é uma variável determinante de ameaças remonta a Walt (1990) e ganha sofisticação própria em Lake e Morgan (1997) e Buzan e Waever (2003). Para Lake (2009b, p. 40) essa proximidade torna as relações intrarregionais mais suscetíveis a dinâmicas hierárquicas. Aqui, discute-se como a literatura percebe formas de poder que instrumentalizam o fortalecimento de laços políticos nesse espaço em estratégias hierárquico-conscientes para o gerenciamento do dilema de segurança de países da semiperiferia e a mitigação, ou ruptura, dos mecanismos de estratificação que lhes excluem.

O caráter de potência regional da semiperiferia é presente em suas conceituações originais, a partir de sua inserção funcional como ponte entre as atividades periféricas e centrais (BRAUDEL, 1985, WALLERSTEIN, 1974, GALTUNG, 1976). A conflitividade dessa posição é alvo de estudo das teses do subimperialismo (GALTUNG, 1976, LUCE, 2011). Contudo, o gerenciamento de assimetrias e a produção de arranjos cooperativos regionais possui um debate que transborda essa literatura. O meio regional é percebido como um espaço em que dinâmicas intersocietárias próprias de uma região particularizam cada relação interestatal, rompendo com a atomização das unidades. Uma região possui características sócio-históricas próprias que afetam os resultados políticos, econômicos e securitários de suas interações de maneira indissociável (FAWCETT; HURRELL, 1995, HURRELL, 2007). Na teoria dos Complexos Regionais de Segurança (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 53), a dinâmica interna à região é determinada pela polaridade e pelos padrões de amizade e inimizade nela existentes. A polaridade regional, pois, seria efetivada pela construção social própria da região. Contudo, Frazier e Ingersoll (2010) apontam como os CRS não explicitam o nexo entre o padrão comportamental específico das potências regionais, seus papéis e interesses, e o condicionamento de dinâmica regional. Essa especialização funcional catalisada pelas potências regionais é o alvo do trabalho de Lake (2009b).

Para Lake (2009b, p. 41-44), quanto maiores os custos arcados por uma potência regional na provisão de externalidades positivas, maior será a legitimidade de sua assimetria de poder. No que poderia se chamar de uma leitura liberal-racionalista da hegemonia cooperativa de Pedersen (2002), por meio da “lógica de *trade-off*”, o nível de hierarquia interna a uma região afetaria e seria afetado pela distribuição de poder e pelo padrão de amizade e inimizade regional. Contudo, como ponderado em diversos autores, compreender a autonomia no contingenciamento da interação entre Estados não é o mesmo que negar o constrangimento do nível global (KELLY, 2007, BUZAN; WAEVER, 2003, FRAZIER;

INGERSOLL, 2010, MEARSHEIMER, 2001). O conceito de *penetração* tem sido ressonante para identificar a influência de potências globais sobre os padrões regionais de amizade e inimizade (KELLY, 2007). Lake e Morgan (1997) ponderam que tal influência é função da percepção de ameaça que o polo preponderante regional, em termos de capacidades coercitivas, projeta sobre a dinâmica sistêmica. Dessa forma, tanto a dotação relativa de recursos de poder dos polos regionais em relação aos sistêmicos, quanto seu padrão de amizade e inimizade, podem ser sumarizados como as variáveis externas de polarização que regulam o funcionamento do meio de interação regional.

Figura 19 - Contingenciamento Comportamental em Hierarquias Regionais



Fonte: Elaboração própria a partir de revisão bibliográfica.

A Figura 19⁷⁴ ilustra a interação entre as variáveis discutidas no contingenciamento do comportamento das unidades em meios de interação regionais. O papel da integração na hierarquia regional, da extrema centralidade à total subordinação ao centro nos termos de Lake (2007, 2009), age no sentido inverso ao da polarização efetiva interna à região, essa tida como o número de ameaças plausíveis a um ator em seu entorno e derivada tanto da

polaridade regional quanto de seus padrões de amizade e inimizade. Para um nível abstrato de centralidade extrema na região, a legitimidade da provisão absoluta de bens públicos e a distribuição de poder a ela necessária minimizariam o número de ameaças sistêmicas existentes a esse hegêmona regional hipotético. Também em termos hipotéticos, para um ator absolutamente subordinado ao seu entorno, o oposto é verdadeiro. O terceiro eixo da Figura 18 incorpora a polarização efetiva extrarregional como elemento de constrangimento exterior atuante nesse meio de interação. Quanto maior a percepção de ameaça entre os polos regionais e sistêmicos, maior a penetração da polaridade global sobre a efetividade das ameaças no nível regional.

Como já discutido, os países dotados de potencial ascendente na política internacional e em condições de litigarem por ruptura com a estratificação sistêmica estão associados a um caráter de potência regional (MEARSHEIMER, 2001, JORDAAN, 2003, HURRELL, 2006, NOLTE, 2010). A inserção desses atores em seus meios regionais seria tipicamente marcada por uma elevada centralidade funcional na hierarquia regional e um nível médio de polarização com os polos preponderantes do sistema, dada sua dotação relativa de capacidades e elevada integração à funcionalidade sistêmica. Desse modo, salvo casos de elevada inimizade com o centro, a polarização efetiva de uma potência regional com seus vizinhos dependeria, em última análise, da natureza das relações políticas construídas em sua região.

Dessa forma, a partir de qualquer ponto demarcado na Área I da Figura 19, balanceamento externo ou interno de uma potência regional elevariam a polarização efetiva regional e extrarregional, como ilustrado no vetor A. Contudo, uma estratégia de liderança calcada na incorporação de interesses comuns aos parceiros regionais desloca o ângulo “ α ” desse vetor, diminuindo seu impacto no número efetivo de ameaças regionais. Como discutido anteriormente, o processo de concatenação de interesses em torno de bens comuns e no fortalecimento dos laços intersocietários permite a um ator dominante ampliar e reproduzir sua assimetria de poder, concomitantemente a ganhos de legitimidade (PEDERSEN, 2002, BURGESS, 2008, NOLTE, 2010, DESTRADE, 2010). Portanto, a consciência da hierarquia permitiria à semiperiferia gerenciar o aspecto regional de seu dilema de segurança, por meio de uma estratégia de liderança que qualifique sua assimetria de poder como cooperativa, bem

⁷⁴ As três dimensões variam em termos lógicos entre um máximo absoluto em um (1) e um mínimo absoluto em zero (0).

como habilitaria a extração de ganhos posicionais se convertida uma situação hegemônica na região.

Assim, a efetividade de uma estratégia-hierárquico consciente passa pelo fortalecimento dos laços societários regionais, de modo a fomentar uma natureza cooperativa entre suas sociedades. Os vínculos de interdependência econômica e encadeamento produtivo regional, somados a meios plurais para governança de tais processos, são percebidos como o processo que lastreia tal integração societária regional (HURRELL, 2007, NOLTE, 2010,). Em meio a redes econômicas das Cadeias Globais de Valor, esse mecanismo estreitaria os vínculos produtivos internos à região. Em linguagem de redes, esse processo de amalgamento dos vínculos e reforço da intensidade de um conjunto de laços em torno de um nó é chamado de “*bonding*”.

Ikenberry (2011) utiliza essa mesma expressão para definir os vínculos que um líder precisaria desenvolver para que a ordem que ele busca promover seja recebida com satisfação por seus seguidores. Para o autor, uma hegemonia liberal, no sentido de ser construída pela percepção de satisfação de seus constituintes, seria sustentada por estratégias de “*bonding*” e “*binding*”. Esta última seria correspondente às ligações formais e informais pelas quais o líder limitaria sua arbitrariedade sobre os temas que coordena, obrigando-se a incorporar os interesses de seus parceiros. Assim, internamente ao meio regional, adensar a cadeia produtiva local (*bonding*), mas de maneira a promover as potencialidades econômicas dos diversos membros dessa cadeia e ampliar as suas condições de se apropriar de rendas nessas transações (*binding*) se mostra uma estratégia em que articula a confrontação dos efeitos políticos e das causas econômicas da posição periférica.

Essa estratégia ilustra o processo para lidar com os mecanismos de exclusão endógenos à esfera da circulação e da produção de riquezas, no sentido de aproveitar as covalências regionais para adensar cadeias de valor em que seja possível exercer maior controle sobre sua hierarquia. Ao mesmo tempo, os vários esforços regionais para construir arranjos de cooperação monetária exemplificam a forma de interação desses laços com a gestão dos mecanismos de exclusão advindos da natureza hierarquizada do controle da liquidez global.

O adensamento das cadeias produtivas regionais confere aos agentes e espaços econômicos que controlam sua hierarquia funcional maior poder de gerenciamento a sua inserção nas CGV (BIELSCHOWSKI, 2012, HIRATUKA, 2015). Dando sequência à alegoria com a linguagem de redes, o poder oriundo dessa mediação de uma parcela da

organização com sua totalidade é chamado de “*bridging*”. Assim, as duas estratégias combinadas permitem ilustrar a natureza da potencial atuação de estratégias hierárquico-conscientes sobre os mecanismos de exclusão reprodutores da estratificação global. Além de qualificar a atuação do dilema de segurança sobre suas relações diplomáticas, essas estratégias se associam à habilitação de uma capacidade transformativa de atores do Sul Global sobre suas condições de emergência.

4.3.3 Estratégias “hierárquico-conscientes”, potências emergentes e o dilema de segurança no Sul Global

Em conjunto, os meios de interação estudados oferecem estratégias hierárquico-conscientes que qualificam e habilitam aquelas limitadas por uma percepção implacável da anarquia reinante no sistema. Ao instrumentalizar laços de autoridade relacional derivados da construção de diferenciação funcional em ambientes delimitados, as estratégias hierárquico-conscientes permitem aos potenciais emergentes do sistema tanto lidarem com os constrangimentos de sua posição, quanto se engajarem na ruptura emergente a partir dela. O contingenciamento das pressões estruturais nesses meios parece qualificar a prevalência do dilema de segurança sobre sua agência e habilitar a construção de capacidade transformativa sobre a estratificação em que o Sul Global está inserido.

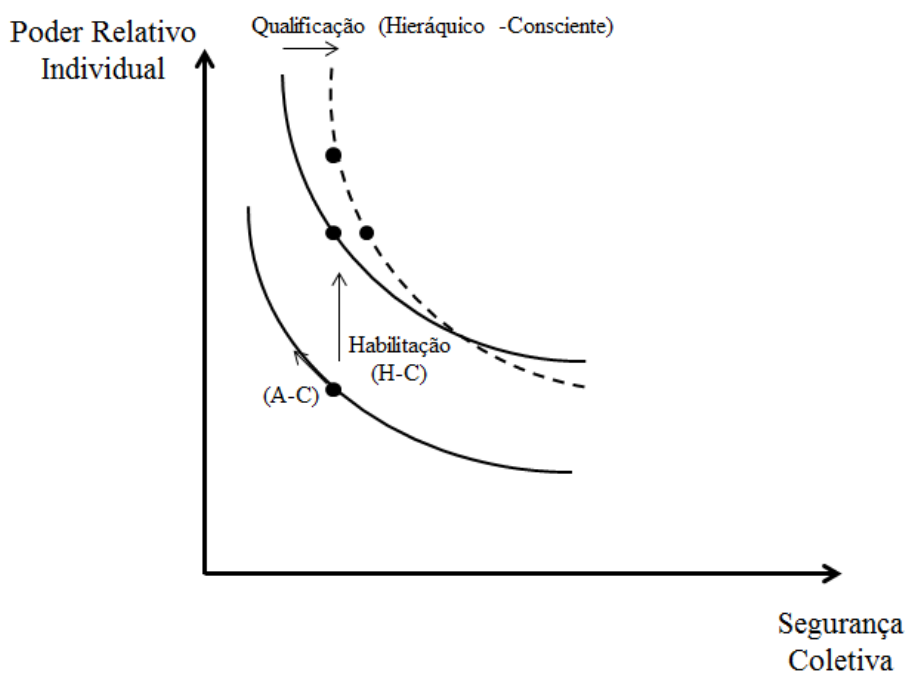
No meio institucional, a racionalidade instrumental, derivada da funcionalidade instituída a organizações de governança de problemas e bens comuns ou públicos, medeia as operações de assimetrias materiais subjacentes às contendas neles litigadas. Assim, abrandam-se percepções de ameaça advindas de contestação da ordem instituída, em termos de *softbalancing*. Isso permite a persecução de estratégias reformistas distributivas e dota os emergentes de maior capacidade de inculcar seus valores sobre as estruturas normativas do sistema, com menor potencial de escalonamento armado, qualificando um balanceamento externo tradicional. A concatenação de interesses comuns frente aos mecanismos de exclusão que reproduzem a estratificação material do sistema pode ser uma maneira de potências emergentes ampliarem o poder de barganha do Sul frente ao Norte na regulação das transações do sistema. Portanto, uma liderança bem-sucedida em sua conversão de metapoder institucional permite influenciar variações incrementais nas “regras-do-jogo” do sistema, de modo a habilitar ganhos posicionais futuros com menor impacto sobre a percepção de ameaça alheia.

No meio regional, por sua vez, uma estratégia de liderança qualifica ganhos absolutos e relativos de poder, pelo fortalecimento da legitimidade de tal assimetria. A intensificação dos laços entre os espaços socioeconômicos da região, especialmente em termos de adensamento de suas cadeias produtivas transnacionais, permite aos agentes regionais ampliarem suas condições de apropriação a partir da geração de rendas e riqueza em sua produção. Ao ator que ocupar os nós mais centrais dessas cadeias regionais, abre-se a possibilidade de mediar a integração da região com as cadeias globais em termos mais favoráveis. A constituição de uma situação hegemônica nesse meio, por sua vez, habilita novos ganhos de poder pela capacidade de exaustão de recursos desde tal função.

A título de conclusão, a combinação de estratégias hierárquico-conscientes, ao mesmo tempo em que, estaticamente, amplia as possibilidades de gestão do dilema de segurança de potências emergentes do Sul Global, lhes permite agir sobre a dinâmica política que reproduz a rigidez dos termos de sua exclusão. A ampliação do espaço estratégico de agência desses atores sobre o seu dilema de segurança está ilustrada em linguagem cartesiana na figura 20. Ao qualificar no nível global e regional estratégias anárquico-conscientes – minimizando sua conversão em ameaça alheia ao afetar percepções de alteridade – estratégias hierárquico-conscientes permitem que ganhos adicionais de poder possam ter menos efeito sobre o nível coletivo de segurança. Além disso, sua interação pode ser habilitadora de novos ganhos de poder relativo, cujo impacto sobre a percepção de ganhos coletivos de segurança é neutralizado pela especialização funcional assumida.⁷⁵

⁷⁵ Em termos cartesianos, a qualificação das estratégias anárquicas modifica o eixo da curva na Figura 19: sua habilitação é expressa pelo deslocamento de curva de indiferença para cima ou para cima e para a direita.

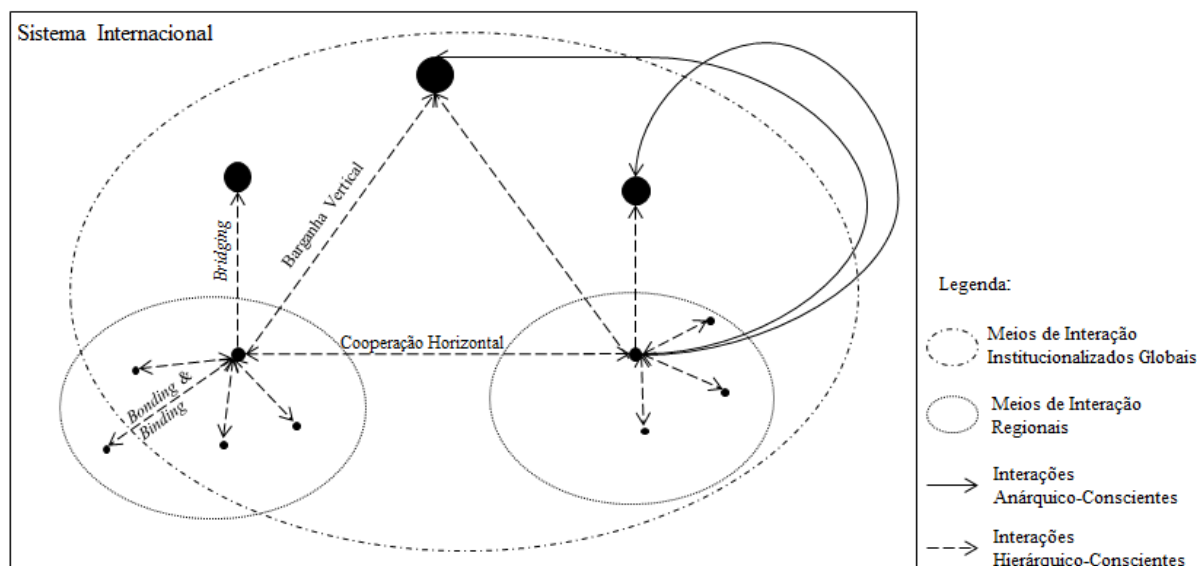
Figura 20 - Estratégias Hierárquico-Conscientes no Dilema de Segurança



Fonte: Elaboração própria a partir de revisão bibliográfica.

A habilitação desses ganhos de poder sobre recursos passa pela atuação dessas relações frente aos mecanismos de exclusão político-econômicos oriundos da produção, circulação e dos termos nominais de acumulação de riqueza no planeta. A figura 21 busca organizar graficamente as interações aqui discutidas, como um detalhamento da interface em que confluem as pressões de diferenciação e as assimetrias globais ilustradas na figura 15. Na interação política internacional delimitada por esses meios, as dotações relativas de capacidades materiais de poder entre os agentes ficam ilustradas pelos tamanhos dos nós representados nessa rede da figura 21.

Figura 21 – Redes de interação política internacional e estratégias para potências emergentes



Fonte: Elaboração própria a partir de revisão bibliográfica.

Internamente aos meios regionais, a intensificação dos laços entre os espaços socioeconômicos pode ser uma forma de mobilizar a estratificação econômica regional para lidar com as transformações contemporâneas das formas de organização da produção e circulação de valor. O adensamento das cadeias produtivas regionais permitiria combinar as vantagens competitivas dos países vizinhos de modo a ampliar o controle de seus nós mais centrais sobre ela e de mediar sua inserção nas transações globais. Nos meios institucionalizados, a cooperação horizontal com outros atores, cuja posição é constituída por mecanismo de exclusão de natureza política similar, permite barganhar por sua ruptura frente aos beneficiários dessa estratificação.

Se considerados os mecanismos de exclusão discutidos nesse trabalho, a limitação estrutural de recursos que se impões a países do Sul Global impediria um balanceamento interno efetivo. A alternativa estratégica anárquico-consciente seria um balanceamento externo balizado pela disputa entre os polos sistêmicos, conforme delimitado nas setas contínuas da figura 21. Além de vedar as possibilidades estratégicas abertas pela instrumentalização da hierarquia relacional do sistema, tal estratégia concede a atuação plena do dilema de segurança e os variados efeitos de distintas configurações de polaridade (IKENBERRY; MASTANDUNO; WOHLFORTH, 2011, SCHWELLER, 2011, 2014, PAPE, 2005).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: EPISÓDIOS DE EMERGÊNCIA COMO TRANSIÇÃO HIERÁRQUICA

A presente dissertação buscou alicerçar a compreensão do fenômeno das potências emergentes do Sul Global a um corpo de entendimento teórico das relações internacionais que permita estudar o espectro de episódios que lhe manifestam. Assim, examinou-se o fenômeno como um subproduto do debate teórico de compreensão estrutural da disciplina, em especial da vinculação entre os constrangimentos que impõe à agência e a capacidade de transformativa que a ela remanesce. O trabalho partiu da percepção de que a materialidade estrutural subjacente às potências emergentes envolvia mais que a estática distribucional usualmente concebida como estrutura sistêmica. Da mesma forma, tais potências não se mostravam um fenômeno ideacional construído da comunhão de interesses ou de uma normatividade coletiva, pois eram lastreadas em transformações distribucionais que lhe precediam e permeavam sua agenda. O ganho de influência de países do Sul Global sobre os litígios políticos e normativos globais, bem como, sobre seu próprio desenvolvimento, parecia se relacionar com um fenômeno da dinâmica constitutiva de tal estrutura distribucional, em cuja interação se moldavam os interesses coletivos de eventuais cooperações.

Dessa forma, o capítulo 2 buscou compreender a interface entre dinâmica e estática no funcionamento da estrutura do sistema internacional. Nessa interface, confluem processos políticos e econômicos de organização da produção das assimetrias que constituem o sistema. A literatura sobre diferenciação estrutural tem se desenvolvido na disciplina justamente com o objetivo de avançar no entendimento da dinâmica constitutiva da estrutura sistêmica. Desse modo, o estudo das formas de diferenciação que convivem na organização de distintas assimetrias substantivas, entre as quais a política e a econômica, oferece um caminho para compreensão de sua ação combinada sobre o comportamento dos agentes. Argumentou-se que a análise das formas de diferenciação econômica e política permitiria investigar seu funcionamento combinado na socialização entre os agentes e as estruturas distribucionais dela decorrentes. Nesse primeiro capítulo, procurou-se sustentar que a estratificação em que se constituem as soberanias desiguais que pautam a política internacional é fruto da confluência entre a segmentação territorial da dominação política – derivada da distribuição dos meios de coerção acumulada nos Estados nacionais – e a diferenciação funcional em que se produzem as assimetrias de natureza econômica.

O segundo capítulo do trabalho, o capítulo 3, buscou compreender a efetividade dos mecanismos de exclusão que emergem da interface entre economia e política, da disputa por segmentação territorial dos ganhos da produção e da circulação de riqueza, bem como, de sua acumulação. Assim, recorrendo a duas categorias analíticas sobre mecanismos de perpetuação de desigualdades – *exploração* e *represamento de oportunidades* – estudou-se sua operação nas transações econômicas globais em meio ao sistema de Estados. O mecanismo de exploração, definido por Tilly (1998, p. 10) como obtenção de retornos crescentes e desproporcionais pelo comando do esforço alheio, pareceu compatível com um fenômeno produzido na relação entre capital transnacional e trabalho. A efetividade do mecanismo encontrou subsídio em evidências de crescente desigualdade no plano global discutida em estudos recentes (LAKNER; MILANOVIC, 2015, PIKETTY, 2013, MILANOVIC, 2016). No entanto, ainda que seu papel na produção das desigualdades global encontre suporte na literatura, a composição geográfica que permeia tal disparidade e funda as soberanias desiguais que pautam a política internacional parece ser produzida em sua interface com outro mecanismo de exclusão: o represamento de oportunidades.

O represamento de oportunidades identifica o mecanismo, associado à exploração, em que um grupo social se apropria de uma função relevante em uma organização coletiva e monopoliza o acesso aos recursos nela gerado. Na economia, o termo se mostra análogo às *rendas Schumpeterianas*, que, nessa perspectiva teórica, comandariam o processo de acumulação capitalista. Buscou-se, assim, identificar, em meio às transformações ocorridas na economia global, a interlocução entre a política internacional e a produção, a circulação e acumulação transnacional de riquezas. Seguramente, o debate resenhado na identificação desses mecanismos negligenciou relevantes nuances de sua literatura econômica empírica e teórica original. Ainda assim, acredita-se haver orientado a revisão desse debate a seus pontos de contato com os temas desta dissertação. Na operação combinada desses mecanismos de exclusão, identificaram-se dois efeitos genéricos que medeiam a inserção do Sul Global nas assimetrias sistêmicas. Ao passo que parte dele é virtualmente excluído da acumulação global, outra parcela tem seu nível intermediário de influência política e controle de recursos derivado e dependente de seu perfil de integração nos processos globais. Para esse segundo grupo, ganhos adicionais de poder político ou sobre recursos - sua emergência - parecem estar constringidos por tais mecanismos de exclusão.

Do padrão de socialização a que esse estrato intermediário de países está submetido na produção de sua posição nas assimetrias globais – mas, também, de sua riqueza e da

conservação de sua soberania - estudou-se as possibilidades de agência que lhe seriam remanescentes. Para tanto, investigou-se a forma como as assimetrias em que estes países produzem sua posição no sistema oferecem condições políticas de mais bem gerir os efeitos deletérios dela originados e engajar-se em sua ruptura. Para isso, mostrou-se necessário questionar a variabilidade comportamental que a concepção anárquico-cêntrica do sistema internacional prediz, em torno do estudo das formas hierarquizadas de interação que permeiam e constituem o funcionamento da anarquia. Percebeu-se que a prevalência anárquica admite a covalência de comportamentos orientados tanto pela anarquia quanto pela hierarquia (LAKE, 2009). Da instrumentalização de tais relações de poder fundadas em autoridade relacional, propôs-se a delimitação de estratégias hierárquico-conscientes para que potenciais emergentes do Sul Global adquiram capacidade transformativa sobre sua posição sistêmica.

Tais estratégias deliberadas de transição posicional nas hierarquias que produzem as assimetrias estruturais parecem desvelar uma dimensão adicional de estudo da *mudança no sistema internacional*, dimensão esta em que parece residir o fenômeno das potências emergentes do Sul Global. Um dos primeiros e mais referenciais estudos sobre *mudança* nas relações internacionais, teorizado por Gilpin (1981), a divide em duas grandes categorias. A primeira, progressivamente mais rara, seria uma *mudança do sistema internacional* [*systems change*], de seu “princípio de ordem”, em termos *Waltzianos*, da anarquia para hierarquia. As mudanças que, no entanto, pautariam o cotidiano da interação sistêmica seriam *mudanças no sistema* [*systemic change*] na composição de suas assimetrias distribucionais e na governança delas. O pensamento sobre esse segundo tipo de mudança tem obedecido ao viés da disciplina de compreender seu funcionamento a partir da constelação de seus polos mais poderosos. Entre seus pontos de contato, os distintos realismos teóricos da disciplina realista entendem tal mudança sistêmica como variações na polaridade e suas consequências governativas.

A teoria da transição de poder (TTP) é um dos principais empreendimentos explicativos do embate decorrente de mudanças na polaridade (ORGANSKI, KUGLER, 1980). Os autores dessa tradição reivindicam a compreensão da mudança sistêmica como um embate entre estratos hierárquicos do sistema. Essa hierarquia, contudo, seria equivalente ao *ranking* interno à dimensão distribucional da estrutura neorrealista. A hierarquia seria um fenômeno unidimensional e posicional, desprovida de lógica produtiva de tal posição e da agência que lhe permeia. O conflito da transição de poder mobilizaria os Estados em torno de

um polo incumbente e outro desafiante na reorganização da ordem global (TAMMEN *et al.*, 2000). Apesar de seu progresso teórico (DICICCO; LEVY, 1999), sua capacidade explicativa encontra dificuldades em se compatibilizar à empiria (LEBOW; VALENTINO, 2009). Para além da TTP, parte significativa da literatura também tem buscado compreender as mudanças em curso *no* sistema a partir da polaridade, deixando escapar, contudo, dimensões constituintes de tal mudança que não sejam necessariamente subprodutos da polaridade (SCHWELLER, 2010a, 2011, 2014).

Paralela à TTP, a Teoria da Estabilidade Hegemônica desloca o foco analítico da polaridade para as estruturas governativas como expressão de continuidade e da ruptura sistêmica. Tal transição hegemônica, porém, segue sendo debatida em torno dos portadores do *status quo* e de uma ordem alternativa, em uma interface governativa da mudança *no* sistema teorizada por Gilpin (1981) (IKENBERRY, 2011, 2014, IKENBERRY; JISI; FENG, 2015, KISSINGER, 2014). A ascensão do leste asiático nas dinâmicas globais e o ganho de agência na política internacional por parte dos Estados que mais bem extraíram recursos e se capitalizaram em tal processo parecem focalizar novas dimensões transformativas no sistema. Estados do Sul Global, como a China, antes mesmo de adentrarem o radar da composição dos polos sistêmicos, engajaram-se em atuar sobre as hierarquias que produziam sua posição nas assimetrias globais. O objetivo desta dissertação foi justamente propor uma dimensão adicional de estudo das mudanças sistêmicas, a partir da transição hierárquica produzida por esses atores na construção de sua emergência.

O exemplo chinês, em que tal país logra a ruptura de sua posição nas assimetrias posicionais em que está inserido, o torna um caso acabado de transição hierárquica em que se constitui uma potência emergente. Esse “caso completo”⁷⁶ é inspiração fática de muito das confluências entre estrutura e agência em que as estratégias hierárquico-conscientes se desenvolvem, porém ele não encerra o espectro de fenômenos que se busca abarcar. O uso disseminado da categoria de potências emergentes parece referir a uma variedade de episódios políticos em que países do Sul Global buscam construir capacidade transformativa sobre interações hierarquizadas que medeiam a rotina de funcionamento da anarquia; buscam sua transição hierárquica no sistema internacional. A mudança *no* sistema, portanto, para além da transição de poderes na estática da estrutura posicional, desdobra-se como transição hierárquica nas várias formas em que a agência se confronta com a dinâmica constitutiva dessa distribuição de poder.

⁷⁶ No sentido de Collier e Levitsky (1997).

Acredita-se que o estudo das potências emergentes como episódios de transição hierárquica seja um caminho alternativo de investigação dessa categoria de fenômenos das relações internacionais. Por meio dela, propõe-se deslocar sua pesquisa da busca de atributos comuns, de causas necessárias e suficientes para sua identificação, para a compreensão dos critérios de variabilidade de sua manifestação. Ao estudar as estratégias adotadas pelos agentes para adquirir capacidade transformativa sobre sua posição sistêmica, a investigação de episódios de transição hierárquica pode ser uma forma de compreender a complexa relação entre oportunidades e constrangimentos efetivamente experimentados pela especificidade da socialização de distintos potenciais emergentes do sistema. Como consequência, a relevância do aqui discutido está necessariamente sujeita à aferição empírica das estratégias hierárquico-conscientes em episódios concretos de transição hierárquica e das hipóteses sobre seu impacto na qualificação e habilitação de comportamentos guiados pela anarquia.

Por fim, cabe qualificar que as conclusões deste trabalho não buscam apresentar qualquer prescrição política ou previsão sobre a natureza intrínseca de episódios de emergência no Sul Global. O debate aqui conduzido procura fundamentar a proposição de que o estudo da variabilidade do fenômeno das potências emergentes ganha aderência à realidade das oportunidades e constrangimentos que operam sobre as decisões de política associadas à sua efetividade quando subsidiado em uma perspectiva hierarquizada das relações em que esses países estão inseridos. A partir do aqui debatido propõe-se um caminho para pensar o problema teórico que a emergência de potências do Sul Global incide à disciplina, pelo estudo de seus episódios concretos como um espectro de respostas no nível da agência às dinâmicas constitutivas da estratificação sistêmica. A contribuição pretensa a este trabalho de modo algum encerra o debate mobilizado e, sim, deve sua efetividade aos potenciais desdobramentos teóricos e empíricos que possam dele ser suscitados para ampliar o conhecimento sobre o fenômeno das potências emergentes.

REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, Daren; ROBINSON, James. *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity and Poverty*. New York: Crown, 2012.
- ALBERT, Mathias; BUZAN, Barry; ZÜRN, Michael. *Bringin Sociology to International Relations: World Politics as Differentiation Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- ACHARYA, Armitav. Dialogue and Discovery: In Search of International Relations Theories Beyond the West. *Millennium*, London, v. 39, n. 3, p. 619-637, 2011.
- ALCHIAN, Armen. Rent. In: Durlauf, S.; Blume, L. *The New Palgrave Dictionary of Economics*, 2008. New York: Palgrave, 2008. Disponível em: <http://www.dictionaryofeconomics.com/article?id=pde2008_R000098>. Acesso em: 9 dez. 2015.
- ALONSO, Angela; GUIMARÃES, Nadya. Entrevista com Charles Tilly. *Tempo Social - revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 289-297, 2004.
- AMIN, Samir. *Unequal development: an essay on the social formations of peripheral capitalism*. Hassocks: Harvester, 1977.
- AMSDEN, Alice H. *Escape from Empire: the developing World's Journey through Heaven and Hell*, Cambridge: MIT Press, 2007.
- AMSDEN, Alice H. Nationality of firm ownership in developing countries: Who should crowd out whom in imperfect markets? In: CIMOLI, M; DOSI, G; STIGLITZ, J (Ed.) *Industrial Policy and Development*. New York, Oxford University Press, 2009.
- AMSDEN, Alice. *The Rise of the Rest: Challenges to the West from Late-Industrialized Economies*. New York: Oxford University Press, 2001.
- ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- AREZKI, R. *et al.*. Testing the Prebisch-Singer Hypothesis since 1650: Evidence from Panel Techniques that Allow for Multiple Breaks. *IMF Working Paper*, New York, n. 13, v. 180, 2013.
- ARRIGHI, Giovanni; DRANGEL, Jessica. The Stratification of World-Economy: An Exploration of the Semiperipheral Zone. *Review*, New York, v. 10, n. 1, p. 9-74, 1986.
- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: poder, dinheiro e as origens do nosso tempo*. São Paulo: Unesp, 1994.
- ARRIGHI, Giovanni. The Developmentalist Illusion: A Reconceptualization of the Semiperiphery. In: MARTIN, W. (Ed.) *Semiperipheral States in the World-Economy*. Westport: Greenwood Press, 1990.

AYOOB, Mohammed. *The Third World Security Predicament: State Making, Regional Conflict, and the International System*. London: Lynne Rienner, 1995.

BACHA, Edmar; DE BOLLE, Mônica. *O Futuro da Indústria no Brasil: desindustrialização em debate*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BALASSA, Bela. Exports and economic growth: further evidence. *Journal of Development Economics*, [S.l], v.5, n.2, 1979.

BALDWIN, David. *Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate*. New York: Columbia University Press, 1993.

BALDWIN, David. Power and International Relations. In: CARLSNAES, W; RISSE, T; SIMMONS, B. *Handbook of International Relations*. London: Palgrave, 2013.

BALDWIN, David. *Power and International Relations: A Conceptual Approach*. New Jersey: Princeton University Press, 2016.

BARKDULL, John. Waltz, Durkheim and International Relations: The International System as an Abnormal Form. *The American Political Science Review*, [S.l], v. 89, n. 3, p. 669-680, 1995.

BARNETT, Michael; DUVALL, Raymond. Power in International Politics. *International Organization*. [S.l], v. 59, n 1, p. 39-75, 2005.

BASHKAR, Roy. *A Realistic Theory of Science*. London: Routledge, 2008.

BHAGWATI, Jadish. The Capital Myth: The Difference between Trade in Widgets and Dollars. *Foreign Affairs*, [S.l], May/ June, 1998. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/1998-05-01/capital-myth-difference-between-trade-widgets-and-dollars>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

BIALLY-MATTERN, Janice; ZARAKOL, Ayşe. Hierarchies in World Politics. *International Organization*, [S.l], 2015.

BIELSCHOWSKI, Ricardo. Estratégias de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. *Economia e Sociedade*, v. 21, edição especial, p. 729-747, 2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BONACICH, Phillip; LLOYD, Paulette. Eigenvector-like measures of centrality for asymmetric relations. *Social Networks*, [S.l], 23, p. 191-201, 2001.

BRAUDEL, Fernand. *A Dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985

BRENNER, Robert. Agrarian Class Structures and Economic Development in Pre-Industrial Europe. *Past & Present*, [S.l], 70, p. 30-75, 1976.

- BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. As Três Interpretacoes da Dependência. *Perspectivas*, [S.l.], v. 38, p. 17-48, 2000.
- BORNSCHIER, Volker; TREZZINI, Bruno. Social Stratification and Mobility in the World System: Different Approaches and Recent Research. *International Sociology*, [S.l.], v. 12, n. 4, p. 429-455, 1997.
- BROOKS, Stephen; WOHLFORTH, William. *World Out of Balance: International Relations and the Challenge of American Primacy*. New Jersey: Princeton University Press, 2008.
- BRUSSI, Antônio. Recorrência e evolução no capitalismo mundial: os ciclos de acumulação de Giovanni Arrighi. *Revista Brasileira de Ciência Política*, [S.l.], n. 5, p. 383-409, 2011.
- BULL, Hedley. *The anarchical society: a study of order in world politics*. New York: Columbia University Press, 1977.
- BURGES, Sean. Consensual Hegemony: Theorizing Brazilian Foreign Policy after the Cold War. *International Relations*, London, v. 22, n.1, p. 64-85, 2008.
- BURGES, Sean. Brazil as a bridge between old and new powers? *International Affairs*, London, v. 89, n 3, p. 577-594, 2013.
- BUZAN, Barry; ALBERT, Mathias. Differentiation: A sociological approach to international relations theory. *European Journal of International Relations*, [S.l.], v. 16, n. 3, p. 315-337, 2010.
- BUZAN, Barry; ALBERT, Mathias. Securitization, sectors and functional differentiation. *Security Dialogue*, [S.l.], v. 42, n. 4-5, p. 413-425, 2011.
- BUZAN, Barry; JONES, Charles; LITTLE, Richard. *The Logic of Anarchy*. New York: Columbia University Press, 1993
- BUZAN, Barry; LAWSON, George. The Global Transformation: The Nineteenth Century and the Making of Modern International Relations. *International Studies Quarterly*, [S.l.], v. 57, n. 3, p. 620-634, 2013.
- BUZAN, Barry; LAWSON, George. Rethinking Benchmark Dates in International Relations. *European Journal of International Relations*, [S.l.], v. 18, n.3, 2012.
- BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. *International Systems in World History: Remaking the study of International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. Why International Relations has Failed as an Intellectual Project and What to do About it. *Millennium*, London, v. 30, n. 1, p. 19-39, 2001.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CALLINICOS, Alex. *Imperialism and Global Political Economy*. Cambridge: Polity, 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique. Notas sobre el estado actual de los estudios sobre la dependencia. In: SERRA, J. (Ed.) *Desarrollo Sudamericano: Ensayos Críticos*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1974.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo. *Dependencia y Desarrollo in América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1977.

CENTENO, Miguel Angel. *Blood and Debt: War and Nation-State in Latin America*. University Park, Penn State University Press, 2002.

CERNY, Philip. Functional differentiation, globalization and the new transnational pluralism. In: ALBERT, M.; BUZAN, B.; ZÜRN, M. *Bringing Sociology to International Relations: World Politics as Differentiation Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção internacional: a formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHANG, Ha-Joon. *Kicking Away the Ladder: Development Strategies in Historical Perspective*. London: Anthem Press, 2002.

CHIN, Gregory. Remaking the architecture: the emerging powers, self-insuring and regional insulation. *International Affairs*, London, v. 86, n. 3, p. 693–715, 2010.

CHIN, Gregory. The BRICS-led Development Bank: Purpose and Politics beyond the G20. *Global Policy*, [S.l.], v. 5, n. 3, p. 366-373, 2014.

COHEN, Benjamin. Currency and State Power. In: FINNEMORE, M.; GOLDSTEIN, J. *Back to Basics: State Power in a Contemporary World*. New York: Oxford University Press, 2013.

COHEN, Benjamin. *Currency Power: Understanding Monetary Rivalry*. New Jersey: Princeton University Press, 2015.

COHEN, Benjamin. *International Political Economy: An Intellectual History*. New Jersey: Princeton University Press, 2008.

COHEN, Benjamin. The New Geography of Money. In: GILBERT; HELLEINER (Eds.), *Nation-States and Money: The Past, Present and Future of National Currencies*. New York and London: Routledge, 1999.

COHEN, Benjamin; CHIU, Erik. *Power in a Changing World Economy: Lessons from East Asia*. New York; London: Routledge, 2014.

COLLIER, David; LEVITSKY, Steven. Democracy with Adjectives: conceptual innovation in comparative research. *World Politics*, [S.l.], n. 49, p. 430-451, 1997.

COOPER, Andrew; ANTIKIEWICZ, Aghata; SHAW, Timothy. Economic Size Trumps All Else? Lessons from BRICSAM. *International Studies Review*, [S.l.], v. 9, p. 673-689, 2007.

COX, Robert. Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method. *Millennium*, London, v. 12, p. 162-175, 1983

- DAHL, Robert. The Concept of Power. *Behavioral Science*, [S.l], v. 2, n.3, p. 201-215, 1957.
- DESTRADE, Sandra. Regional Powers and their strategies: empire, hegemony and leadership. *Review of International Studies*, London, v. 36, n 4, p. 903-930, 2010.
- DEVEZAS, Tessaleno; MODELSKI, Georg; THOMPSON, William. *Globalization as Evolutionary Process*. London: Routledge, 2007.
- DICICCO, Jonathan; LEVY, Jack. Power Shifts and Problem Shifts: The Evolution of the Power Transition Research Program. *Journal of Conflict Resolution*, [S.l], v. 43, n. 6, p. 675-704, 1999.
- DONNELLY, Jack. Differentiation: type and dimensions approach. In: ALBERT, M.; BUZAN, B.; ZÜRN, M. *Bringin Sociology to International Relations: World Politics as Differentiation Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- DONNELLY, Jack. The discourse of anarchy in IR. *International Theory*, [S.l], v. 7, n.3, p. 373-425, 2015.
- DONNELLY, Jack. Rethinking Political Structures: From ‘Ordering Principles’ to ‘Vertical Differentiation’. *International Theory*, [S.l], v. 1, p. 49-86, 2009.
- DONNELLY, Jack. Sovereign Inequalities and Hierarchy in Anarchy: American Power and International Society. *European Journal of International Relations*, [S.l], v. 12, n.2, 139-170, 2006.
- DONNELLY, Jack. The differentiation of international societies: An approach to structural international theory. *European Journal of International Relations*, [S.l], v. 18, n. 1, p. 151-176, 2012.
- DOS SANTOS, Teotônio. The Structure of Dependence. *American Economic Review*, [S.l], p. 231-236, 1970.
- DURKHEIM, Émile. *The division of labour in society*. New York: Free Press, c1850, 1997.
- ECHEVARIA, Antulio. *Clausewitz and Contemporary War*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- EICHENGREEN, Barry. *A Globalização do Capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ELMAN, Colin. Horses for Courses: Why not Neo-Realist Theories of Foreign Policy. *Security Studies*, [S.l], v. 6, n 1, p. 7-53, 1996.
- EMMANUEL, Arghiri. *Unequal Exchange: a study of the imperialism of trade*. New York; London: Monthly Review, 1972.

ESCUDE, Carlos. An Introduction to Peripheral Realism. In: Neuman, S. (Ed.) *International Relations Theory and the Third World*. New York: St. Martin's Press, 1998.

FAWCETT, Louise; HURRELL, Andrew. *Regionalism in World Politics: Regional Organization and International Order*. New York: Oxford Press, 1995

FERNANDES, Luis; GARCIA, Ana; CRUZ, Paula. Desenvolvimento Desigual na Era do Conhecimento: A Participação dos BRICS na Produção Científica e Tecnológica Mundial. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v.37, n.1, p. 215-253, 2015.

FLEMES, Daniel (Ed.). *Regional Leadership in the Global System: Ideas, Interests and Strategies of Regional Powers*. London: Routledge, 2010.

FLEMES, Daniel. Network Powers: strategies of change in the multipolar system. *Third World Quarterly*, [S.I.], v. 34, n 6, p. 1016 – 1036, 2013.

FONSECA, Pedro. As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. *Revista Brasileira de Economia*, São Paulo, v. 54, n. 3, p. 333-358, 2000.

FONSECA, Pedro. Desenvolvimentismo: A Construção do Conceito. In: CALIXTRE, M; BIANCARELLI, A; CINTRA, M.A. *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014.

FRAZIER, Derrick; STEWART-INGERSOLL, Robert. Regional Powers and Security: a framework for understanding order within regional security complexes. *European Journal of International Relations*, [S.I.], v. 16, n 4, p. 731-753, 2010.

FRANK, André Gunder. *Capitalism and development in Latin America*. New York: Monthly Review Press, 1969.

FRANK, André Gunder. The development of underdevelopment. *Monthly Review*, New York, v.18, n.4, p.17-31, 1966.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Nacional, 2005.

FREEMAN, Linton. Centrality in Social Networks Conceptual Clarification. *Social Networks*, [S.I.], v. 1, p. 215-239, 1979.

GALTUNG, Johan. Conflict on a Global Scale: Social Imperialism and Sub-Imperialism – Continuities in the Structural Theory of Imperialism. *World Development*, [S.I.], v. 4, n 3, p. 153-165, 1976.

GEORGE, Alexander. *Forceful Persuasion: Coercive Diplomacy as an Alternative to War*. Washington-D.C.: United States Institute of Peace Press, 1991.

GEREFFI, Garry; KORZENIEWICZ, Roberto (Ed.) *Commodity Chains and Global Capitalism*. Westport: Praeger, 1994.

GEREFFI, Garry; HUMPHREY, John; STURGEON, Timothy. The governance of global value chains. *Review of International Political Economy*, [S.I.], v. 12, n. 1, 2005.

GILPIN, Robert. *War and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GODDARD, Stacie. Brokering change: networks and entrepreneurs in international politics. *International Theory*, v. 1, n. 2, p. 249-281, 2009.

GODDARD, Stacie; NEXON, Daniel. Paradigm Lost? Reassessing Theory of International Politics. *European Journal of International Relations*, [S.l.], v.11, n. 1, p.9-61, 2005.

GOLUB, Phillip. From the New International Economic Order to the G20: how the 'global South' is restructuring world capitalism from within. *Third World Quarterly*, [S.l.], v. 34, n 6, p. 1000–1015, 2013.

GRABEL, Ilene. Ideology, Power, and the Rise of Independent Monetary Institutions in Emerging Economies. In: KIRSHNER, J. *Monetary Order: Ambiguous Economics, Ubiquitous Politics*. Ithaca: Cornell University Press, 2003.

GUZZINI, Stefano. Benjamin Cohen on global political order: when Keynes meets realism - and beyond. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 851-887, 2015.

GUZZINI, Stefano. Structural power: the limits of neorealist power analysis. *International Organization*, [S.l.], v. 47, n.3, p. 443-478, 1993.

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. *Cadernos do Cárcere*: volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRIECO, Joseph. The Maastricht Treaty, Economic and Monetary Union and the Neo-Realist Research Programme. *Review of International Studies*, London, v. 21, n. 1, p. 21-40, 1995.

HALLIDAY, Fred. *Rethinking International Relations*. Basingstoke: Palgrave, 1994.

HERZ, John. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. *World Politics*, [S.l.], v. 2, n 2, p. 157–180, 1950.

HANNEMANN, Robert. *Introduction to Social Network Methods*. Textbook of Department of Sociology, University of California at Riverside, 2001.

HARVEY, David *et al.* The prebisch–singer hypothesis: Four centuries of evidence. *The Review of Economics and Statistics*, [S.l.], v. 92, p. 367–377, 2010.

HAUNSS, Sebastian; SHADLEN, Kenneth. *Politics of Intellectual Property: Contestation Over the Ownership, Use, and Control of Knowledge and Information*. London: Elgar, 2009.

HELLEINER, Erik; KIRSHNER, Jonathan. *The Great Wall of Money: Power and Politics in China's International Monetary Relations*. Ithaca: Cornell University Press, 2014.

HENNING, Randall. Exchange-Rate Weapon and Macroeconomic Conflict In: ANDREWS, D. (Ed.) *International Monetary Power*. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

HERBST, Jeffrey. *States and Power in Africa: Comparative Lessons in Authority and Control*. New Jersey: Princeton, 2001.

HIRATUKA, Célio. Mudanças na estrutura produtiva global e a inserção brasileira: desafios no cenário pós-crise. *Revista Política Social e Desenvolvimento*, Campinas, v. 24, p. 14-24, 2015.

HIRSCHMAN, Albert O. *National Power and the Structure of Foreign Trade*. Berkley; Los Angeles: University of California Press, 1980.

HIRSCHMAN, Albert O. *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press, 1965.

HOBBS, Thomas. *Leviatã, ou, A matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Ícone, 2008.

HOBSON, John A. *Imperialism: a Study*. New York: James Pott and Co, 1902.

HOBSON, John M. The Twin Self-Delusions of IR: Why ‘Hierarchy’ and Not ‘Anarchy’ is the Core Concept of IR. *Millenium*, London, v.42, n.3, p. 557-575, 2014.

HUI, Victoria Tin-Bor. Toward a Dynamic Theory of International Politics: Insights from Comparing Ancient China and Early Modern Europe. *International Organization*, [S.l],v. 58, n. 1, p. 175-205, 2004.

HUNT, Emery K.; LAUTZENHEISER, Mark. *History of Economic Thought: A Critical Perspective*. London: Routledge, 2011.

HURRELL, Andrew. One World? Many Worlds? The place of regions in the study of international society. *International Affairs*, London, v. 83, n. 1, p. 127-146, 2007.

HURRELL, Andrew.. Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers?. *International Affairs*, London, v 82, n. 1, p. 1–19, 2006.

HURRELL, Andrew. Narratives of emergence: Rising powers and the end of the Third World? *Brazilian Journal of Political Economy*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 203-221, 2013a.

HURRELL, Andrew. Some Reflections on the Role of Intermediate Powers in International Institutions. *Latin American Program Working Paper*, Washington, Woodrow Wilson Center, n. 244, 2000.

HURRELL, Andrew. *The Quest For Autonomy: The Evolution of Brazil's Role on International System 1964-1985*. Brasília: FUNAG, 2013b

HURRELL, Andrew; WOODS, Ngaire. *Inequality, Globalization, and World Politics*. New York: Oxford University Press, 1999.

IKENBERRY, John G. *Liberal Leviathan: The Origins, Crisis, and Transformation of the American World Order*. New Jersey: Princeton, 2011.

IKENBERRY, John G. (Ed.) *Power, Order, and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

IKENBERRY, John G.; JISI, Wang; FENG, Zhou. (Eds.) *America, China, and the Struggle for World Order: Ideas, Traditions, Historical Legacies, and Global Vision*. London: Palgrave, 2015.

IKENBERRY, G. John; MATSANDUNO, Michael; WOHLFORTH, Willian (Eds). 2011. *International Relations Theory and the Consequences of Unipolarity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

JACKSON, Patrick; NEXON, Daniel. Relations Before States: Substance, Process and the Study of World Politics *European Journal of Intenational Relations*, [S.l.], v.5, n. 3, p. 291-332, 1999.

JAGUARIBE, Hélio. *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. Brasília: FUNAG, 2013

JERVIS, Robert. Cooperation under the security dilemma. *World Politics*, [S.l.], v. 30, n. 2, p. 167-214, 1978.

JORDAAN, Eduard. The concept of a middle power in international relations: distinguishing between emerging and traditional middle powers. *Politikon: South African Journal of Political Studies*, [S.l.], v.30, n.1, 2003.

KAHLER, Miles. *Networked Politics: Agency, Power, and Governance*. Ithaca: Cornell University Press, 2009.

KAHLER, Miles. Rising Powers and Global Governance: negotiating change in a resilient status quo. *International Affairs*, London, v. 89, n.3, p. 711-729, 2013.

KALDOR, Nicholas. Strategic factors in economic development. New York: Ithaca, 1967.

KALDOR, Nicholas. Productivity and growth in manufacturing industry: a reply. *Economica*, Cambridge, v. 34, n. 140, p. 385-391, p. 1968.

KAPLINSKY, Raphael. *Globalization, Poverty and Inequality: Between a Rock and a Hard Place*. Cambridge: Polity, 2005.

KAPLINSKY, Raphael. Revisiting the Revisited Terms of Trade: Will China Make a Difference? *World Development*, [S.l.], v. 34, n. 6, p. 981 – 995, 2006.

KEOHANE, Robert; MARTIN, Lisa. Institutional Theory as Research Program. In: ELMAN, C; ELMAN, M. (Ed.) *Progress in International Relations Theory: Appraising the Field*. Cambridge: The MIT Press, 2003.

KELLY, Robert. Security Theory in the ‘New Regionalism’. *International Studies Review*, [S.l.], v. 9, n 2, p. 197-229, 2007.

KEOHANE, Robert. Lilliputian’s Dilemmas: Small States in International Politics, *International Organization*, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 291-310, 1969

KEOHANE, R. *et al.* *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, 1986.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. 1987. Power and Interdependence Revisited. *International Organization*, [S.l], v. 41, n 4, p. 725-753.

KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph S. *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston: Little-Brown, 1977.

KESSLER, Oliver; KRATOCHIVIL, Friederich. Functional differentiation and the oughts and musts of international law. In: ALBERT, M.; BUZAN, B.; ZÜRN, M. *Bringin Sociology to International Relations: World Politics as Differentiation Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

KINDLEBERGER, Charles. 1973. *The world in depression, 1929-39*. Berkeley: University of California Press.

KIRSHNER, Jonathan. *Currency and Coercion: The Political Economy of International Monetary Power*. New Jersey: Princeton University Press, 1997.

KIRSHNER, Jonathan. Currency and Coercion in the Twenty-First Century. In: ANDREWS, D. (Ed.) *International Monetary Power*. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

KISSINGER, Henry. *World Order: Reflections on Character of Nations and the Course of History*. New York: Penguin, 2014.

KÖENIG-ARCHIBUGI, Mathias. International institutions in functionally differentiated world society. In: ALBERT, M.; BUZAN, B.; ZÜRN, M. *Bringin Sociology to International Relations: World Politics as Differentiation Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

KRASNER, Stephen. State Power and Structure of International Trade. *World Politics*, [S.l], v. 28, n 3, p. 322-336, 1976

KRASNER, Stephen. Transforming International Regimes: What the Third World Wants and Why. *International Studies Quarterly*, [S.l], v. 25, n 1, p. 119-48, 1983.

KRASNER, Stephen. Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening Variables. *International Organization*, [S.l], v. 36, n 2, p. 185-205, 1982.

KRUEGER, Anne. Trade policy as an input to development. *American Economic Review Papers and Proceedings*, 70, p. 288-292, 1980.

LAI, Cheng-Chung.; FANN, Gunan-Jong. Marshall's Quasi-Rents Reconsidered. *History of Economic Ideas*, [S.l], v.8, n.1, p. 99-121, 2000.

LAKE, David. Anarchy, Hierarchy, and the Variety of International Relations. *International Organizations*, [S.l], v. 50, n 1, p. 1-33, 1986.

LAKE, David. Beyond Anarchy: The Importance of Security Institutions. *International Security*, [S.l], v. 26, n 1, p. 129-160, 2001.

LAKE, David. Escape from the State of Nature. Authority and Hierarchy in World Politics, *International Security*, [S.l], v. 32, n. 1, p. 47–79, 2007

LAKE, David. *Hierarchy in International Relations*. Ithaca: Cornell University Press, 2009a.

LAKE, David. Leadership, Hegemony, and the International Economy: Naked Emperor or Tattered Monarch with Potential? *International Studies Quarterly*, [S.l], v. 37, n 4, p. 459-489. 1993.

LAKE, David. Regional hierarchy: authority and local international order. *Review of International Studies*, [S.l], v. 35, n 1, p. 35-58, 2009b.

LAKE; David; MORGAN, Patrick. *Regional Orders: Building Security in a New World*. University Park: PennState University Press, 1997.

LAKNER, Christoph; MILANOVIC, Branko. Global Income Distribution : From the Fall of the Berlin Wall to the Great Recession. *The World Bank Economic Review*, New York, p. 1-30, 2015.

LAVOZCKA, Alexander. Beyond consent and coercion: using republican political theory to understand international hierarchies. *International Theory*, [S.l], v. 5, n 3, p. 385-413, 2013.

LAWSON, George; SHILLIAM, Robbie. Sociology and international relations: legacies and prospects. *Cambridge Review of International Affairs*, Cambridge, v.23, n.1, p. 69-86, 2010.

LAYNE, Christopher. The Waning of U.S. Hegemony: Myth or Reality. *International Security*, [S.l], v. 34, n. 1, p. 147–172, 2009.

LAYNE, Christopher. This Time it's Real: the end of unipolarity and the pax Americana. *International Studies Quarterly*, [S.l], n. 56, p. 203-213, 2012.

LEBOW, Richard; VALENTINO, Benjamin. Lost in Transition: A Critical Analysis of Power Transition Theory. *International Relations*, London, v.23, n.3, p. 389-410, 2009.

LEES, Nicholas. The dimensions of the divide: vertical differentiation, international inequality and North–South stratification in international relations theory. *Cambridge Review of International Affairs*, Cambridge, v.5, n. 2, p. 209-230, 2012.

LEES, Nicholas. ‘Structural Inequality, Quasi-rents and the Democratic Peace: A Neo-Ricardian Analysis of International Order. *Millennium*, London, v. 41, n.3, 2013.

LENIN, Vladimir. Imperialismo: a fase superior do capitalismo. 1917. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2327>. Acesso em: 15 maio 2016.

LEVI, Margaret. *Of Rule and Revenue*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1988.

LIMA, Maria Regina S. Brasil e polos emergentes do poder mundial: Rússia, Índia, China e África do Sul. In: BAUMANN, R. (Ed.). *O Brasil e os demais BRICs: Comércio e Política*. Brasília: Cepal/Ipea, 2010. p. 155-187.

LIMA, Maria Regina S. *The Political Economy of Brazilian Foreign Policy: Nuclear Energy, Trade and Itaipu*. Brasília: Funag, 2013.

LIMA, Pedro. *Sistema mundial e semiperiferia: evidências por meio de análise exploratória de dados no período 1950-2003*. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

LITTLE, Richard; WILLIAMS, John. *Anarchical society in a globalized world*. London: Palgrave, 2006.

LOBO-FERNANDES, Luís. From Thucydides to Guicciardini, Permanent factors of Realism and the rise of the new Asian powers. *Relações Internacionais*, Lisboa, v. 16, p. 5-17, 2007.

LUCE, Matias. *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital: a história de uma categoria*. 2011. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

LUHMANN, Niklas. Globalization or World Society: How to Conceive of Modern Society? *International Review of Sociology*, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 67-75, 1997.

LUKES, Steven. *Power: A Radical View*. London: Palgrave, 2005.

MAHRENBACH, Laura. *The Trade Policy of Emerging Powers: Strategic Choices of Brazil and India*. London: Palgrave, 2013.

MANKIWI, Gregory. *Introdução à Economia*. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

MANN, Michael. *The Sources of Social Power*. Volume 1: The History of Power from beginning to A.D. 1760. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Porto Alegre: Rigel, 2009.

MARINI, R. M. *Dialéctica de la dependencia*. México: Ediciones Era, 1991.

MARTIN, Lisa; SIMMONS, Beth. International Organizations and Institutions . In: CARLSNAES, W; KISSE, C; SIMMONS, B. (Ed.) *Handbook of International Relations*. New York: Sage, 2001.

MCCRAW, Thomas. *Prophet of Innovation: Josef Schumpeter and Creative Destruction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

MEARSHEIMER, John. The False Promise of International Institutions. *International Security*, [S.l.], v. 13, n 3, p. 5-49, 1994.

MEARSHEIMER, John. *Tragedy of Great Powers Politics*. London; New York: Norton, 2001.

MILANOVIC, Branko. *Global Inequality: A New Approach for the Age of Globalization*. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

MILANOVIC, Branko. *Worlds Apart: Measuring International and Global Inequality*. New Jersey: Princeton University Press, 2005.

MILNER, Hellen; MORAVCSIK, Andrew. *Power, Interdependence, and Nonstate Actors in World Politics*. New Jersey: Princeton University Press, 2009.

MITTELMAN, James. Global Bricolage: emerging market powers and polycentric governance. *Third World Quarterly*, [S.l], v. 34, n. 1, 2013.

MORGHENTAU, Hans. *Politics Among Nations*. New York: McGraw-Hill, 2005.

MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil (1939-1950): mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: Funag, 2012.

MUDAMBI, Ram. Location, Control and Innovation in Knowledge-Intensive Industries. *Journal of Economic Geography*, [S.l], v.8, n.5, p. 699-725, 2008.

MÜNCH, Richard. Functional, Segmentary and Stratificatory Differentiation of world society. In: ALBERT, M.; BUZAN, B.; ZÜRN, M. *Bringin Sociology to International Relations: World Politics as Differentiation Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

NARLIKAR, Amrita. All that Glitter is not Gold: India's rise to power. *Third World Quarterly*, [S.l], v. 25, n.5, 983-996, 2007.

NARLIKAR, Amrita. *New Powers: How to become one and how to manage them*. New York: Oxford University Press, 2010.

NARLIKAR, Amrita. Negotiating the rise of new powers. *International Affairs*, London, v. 89, n. 3, p. 561-576, 2013.

NOLTE, Deltlef. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. *Review of International Studies*, London, v. 36, n4, p.881-901, 2010.

NORTH, Douglass C. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

NORTH, Douglass C; THOMAS, Robert. *The Rise of the Western World: A New Economic History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

NURKSE, R. *Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

NYE, Joseph. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs, 2004.

OLIVEIRA, Susan. *Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional: estratégias de inserção de Brasil e Canadá*. Brasília, FUNAG, 2015.

O'NEILL, Jim. *Building Better Global Economic BRICs*. Goldman Sachs. Global Economics Paper, n. 66, 2001.

O'NEILL, Jim. *Dreaming With BRICs: Path to 2050*. Goldman Sachs. Global Economics Paper, n. 99, 2003.

O'NEILL, Jim; WILSON, Dominic; PURUSHOTHAMAN, Roopa; STUPNYTSKA, Anna. *How Solid are the BRICs?* Goldman Sachs. Global Economics Paper, n. 134, 2005.

ONUF, Nicholas. *World of Our Making*. Columbia, University of South Carolina Press, 1989.

ORGANSKI, Anton F.K.; KUGLER, Jacek. *The War Ledger*. Chicago, Chicago University Press, 1980.

PALMA, Gabriel. Dependency: Formal Theory or a Methodology for The Analysis of Concrete Situations of Underdevelopment. *World Development*, [S.I.], 6, p. 881-924, 1978.

PAPE, Robert. Soft Balancing against the United States. *International Security*, [S.I.], v. 30, n 1, p. 7-45, 2005.

PARSONS, Talcott. *Sociological Theory and Modern Society*. New York: The Free Press, 1967.

PAUL, Thaza V. Soft Balancing in the Age of U.S. Primacy. *International Security*, [S.I.], v. 30, n 1, p. 47-71, 2005.

PAULY, Louis. Monetary Statecraft in Follower States. In: ANDREWS, D. (Ed.) *International Monetary Power*. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

PEDERSEN, Thomas. Cooperative hegemony: power, ideas and institutions in regional integration. *Review of International Studies*, London, v. 28, n 4, p. 677-696, 2002.

PEREIRA, Adriano; DATHEIN, Ricardo. The role of transnational corporations in the international insertion of Brazilian manufactures in the context of productive restructuring. *Revista de Economia Política*, São Paulo, no prelo, 2016.

PEREZ, Carlota. *Technological Revolutions and Financial Capital: The Dynamics of Bubbles and Golden Ages*. London: Elgar, 2002.

PIKETTY, Thomas. *O Capital no Século XXI*. São Paulo: Intrínseca, 2013.

PINTO, Aníbal. Natureza e implicações da heterogeneidade estrutural da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

POLANYI, Karl. *The livelihood of man*. Waltham: Academic Press, 1977.

PORTER, Michael. *Competitive Advantage: Creating and Sustaining Superior Performance*. New York: Free Press, 1985.

PORTER, Michael. *The Competitive Advantage of Nations*. London: MacMillan, 1990.

POSEN, Barry. Command of Commons: the military foundation of U.S. hegemony. *International Security*, [S.l.], v. 28, n 1, 2003.

POSEN, Barry. *Restraint: a New Foundation for U.S. Grande Strategy*. Ithaca: Cornell University Press, 2014.

PREBISCH, Raúl. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

PREBISCH, Raúl. *El desarrollo de la América Latina y algunos de sus principales problemas*. Santiago, CEPAL, 1949. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40010/prebisch_desarrollo_problemas.pdf;jsessionid=0F3805F7FCA0BD82F6CECA95E90F6AEA?sequence=1>. Acesso em: 13 jun. 2015.

PUIG, Juan Carlos. *Doctrinas internacionales y autonomía latinoamericana*. Caracas: Instituto de Altos Estudios de América Latina, 1980.

REUVENY, Rafael; THOMPSON, William. Uneven Economic Growth and the World Economy's North-South Stratification. *International Studies Quarterly*, [S.l.], v. 52, n. 3, p. 579-605, 2008.

REUVENY, Rafael; THOMPSON, William. Leading Sectors, Lead Economies, and Economic Growth. *Review of International Political Economy*, [S.l.], v.8, n.4, p. 689-719, 2001.

ROBBINS, Lionel. *Um ensaio sobre a natureza e a importância da ciência econômica*. São Paulo, Editora Saraiva, 2012.

RODRIGUEZ, Julio Cesar. Cordeiros ou Chacais? O Brasil frente aos desafios e oportunidades do sistema internacional. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 55, n 2, p. 70-89, 2012.

ROBINSON, Joan. *Introdução à Economia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

ROBINSON, William. Beyond the Theory of Imperialism: Global Capitalism and the Transnational State. *Societies Without Borders*, [S.l.], v. 2, p. 5-27, 2007.

ROMER, Paul M. Endogenous Technological Change. *Journal of Political Economy*, [S.l.], v. 98, n. 5, p. 71-102, 1990.

ROMER, Paul M. The Origins of Endogenous Growth *The Journal of Economic Perspectives*, [S.l.], v. 8, n.1, p. 3–22, 1994.

ROSENBERG, Justin. Kenneth Waltz and Leon Trotsky: Anarchy in the mirror of 'uneven and combined development'. *International Politics*, [S.l.], v. 50, n.2, p. 183-230, 2013.

ROSTOW, William W. *Etapas do desenvolvimento econômico – um manifesto nãocomunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

RUGGIE, John G. Continuity and Transformation in World Polity: Toward a New Realist Synthesis. *World Politics*, [S.l.], v. 35, n 2, p. 261-285, 1983.

RUGGIE, John G. Territoriality and Beyond: Problematizing modernity in international relations *International Organization*, [S.l.], v. 47, n. 1, p. 139-174, 1993.

SAAD-FILHO, Alfredo. The 'Rise of the South': Global Convergence at Last? *New Political Economy*, [S.l.], v.19, n. 4, p. 578-600, 2014.

SAID, Edward. *Culture and Imperialism*. New York: Vintage Books Random House, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Org.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SAMUELSON, Paul; NORDHAUS, William. *Economia*. São Paulo: MacGraw-Hill, 2004.

SARKAR, Prabarjit; SINGER, Hans. Manufactured Exports of Developing Countries and Their Terms of Trade since 1965. *World Development*, [S.l.], v.19, n. 4, p. 333-340, 1991.

SCHMITT, Carl. *The Concept of Political*. Chicago: Chicago University Press, 2007.

SCHUMPETER, Josef. *Imperialism and Social Classes*. Cleveland; New York: Meridian Books, 1966.

SCHUMPETER, Josef. *Theory of Economic Development*. Cambridge: Harvard University Press, 1961.

SCHWELLER, Randall. The Age of Entropy: Why the New World Order Won't Be Orderly *Foreign Affairs*, [S.l.], June 2014.

SCHWELLER, Randall. Bandwagoning for Profit: Bringing the Revisionist State Back In. *International Security*, [S.l.], v. 19, n 1, p. 72-107, 1994.

SCHWELLER, Randall. Emerging Powers in the Age of Disorder. *Global Governance*, [S.l.], v.17, n. 3, p. 285-297, 2011.

SCHWELLER, Randall. Entropy and the trajectory of world politics: why polarity has become less meaningful. *Cambridge Review of International Affairs*, Cambridge, v. 23, n. 1, p. 145-163, 2010a.

SCHWELLER, Randall. Neorealism's status-quo bias: What security dilemma? *Security Studies*, [S.I], v. 5, n 3, p. 90-121, 1996.

SCHWELLER, Randall. The logic and illogic of the security dilemma and contemporary realism: a response to Wagner's critiques. *International Theory*, [S.I], v. 2, n2, p. 288-305, 2010b.

SCHIRM, Stephan. Leaders in need of followers: emerging powers in global governance. *European Journal of International Relations*, [S.I], v. 16, n 2, p. 197-221, 2010.

SETTER, Stephan. Some quanta of solace: world politics in the era of functional differentiation. In: ALBERT, M.; BUZAN, B.; ZÜRN, M. *Bringin Sociology to International Relations: World Politics as Differentiation Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

SHIH, Stan. *Me-Too is Not My Style: Challenge Difficulties, Break through Bottlenecks, Create Values*. Taipei: Acer Foundation, 1996.

SIDHU, Pal; MATHA, Paratap; JONES, Bruce. *Shaping the Emerging World*. Washington: Brooking Institute Press, 2013.

SLAUGHTER, Ann Marie. *A New World Order*. New Jersey: Princeton University Press, 2004.

SMITH, David; WHITE, Douglas. Structure and Dynamics of the Global Economy: Network Analysis of International Trade 1965-1980. *Social Forces*, [S.I], n .70, v. 4, p. 857-893, 1992.

SNIDAL, Duncan. Relative Gains and the Pattern of International Cooperation. *The American Political Science Review*, [S.I], v. 85, n. 3, p. 701-723.

SPRUYT, Hendrik. *The Sovereign State and Its Competitors: An Analysis of Systems Change*. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

STRANGE, Susan. International Economics and International Relations: A Case of Mutual Neglect. *International Affairs*, London, v. 46, n. 2, p. 304-315, 1970.

STRANGE, Susan. *States and Markets*. London: Pinter, 1988.

STURGEON, Timothy *et al.* O Brasil nas cadeias globais de valor: implicações para a política industrial e de comércio. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro, v. 115, p. 26-27, 2013.

TAMMEN, R. *et al.* *Power Transitions: Strategies for the 21st Century*. London: Chatam House, 2000.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil. In: TAVARES, Maria da Conceição (Ed.) *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TELLIS, A.J. *et al. Measuring Power in a Post Industrial Age*. Santa Barbara: Rand Corporation, 2000.

TESCHKE, Benno. *The Myth of 1648: Class, Geopolitics, and the Making of Modern Internatinal Relations*. London; New York: Verso, 2003.

THOMAS, George. Rationalized Cultural Contexts of functional differentiation. In: ALBERT, M.; BUZAN, B.; ZÜRN, M. *Bringin Sociology to International Relations: World Politics as Differentiation Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

TILLY, Charles. *Big Structures, Large Process, Huge Comparisons*. New York: Russell-Sage, 1984.

TILLY, Charles. *Durable Inequality*. Berkley; Los Angeles: University of California Press, 1998.

TILLY, Charles. *Indenties, Boundaries and Social Ties*. Boulder; London: Paradigm, 2005.

TILLY, Charles. Mechanisms in political processes. *American Review of Political Science*, [S.l], 4, p. 21-41, 2001.

TILLY, Charles. *The Politics of Collective Violence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003

TILLY, Charles. To Explain Political Processes. *American Journal of Sociology*, [S.l], v. 100, n. 6, p. 1594-1610, 1995.

VADELL, Javier Alberto; RAMOS, Leonardo ; NEVES, P. H. The international implications of the Chinese model of development in the Global South: Asian Consensus as a network power. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 57, p. 91-107, 2014.

VADELL, Javier Alberto. The North of the South: The Geopolitical Implications of Pacific Consensus in South America and the Brazilian Dilemma. *Latin American Policy*, [S.l], v. 4, p. 36-56, 2013.

VAN DER PIJL, Kees. *The making of an Atlantic ruling class*. London: Verso, 2012.

WAEVER, Ole. The rise and fall of the inter-paradigm debate. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (Ed.). *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

VIOLA, Lora Anne. Stratificatory differentiation as a constitutive principle of the international system. In: ALBERT, M.; BUZAN, B.; ZÜRN, M. *Bringin Sociology to International Relations: World Politics as Differentiation Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

WADE, Robert. Failing states and cumulative causation in the world system *International Political Science Review*, [S.l], v. 26, n.1, p. 17-36, 2005.

WAGNER, Robert. *War and The State: The Theory of International Politics*. Ann Arbor: Michigan University Press, 2007.

WALKER, Rob B.J. *Inside/Outside: international relations as political theory*. Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Capitalist World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Inter-State Structure of the Modern World-System. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (Ed.). *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

WALT, Stephen. 1990. *The Origins of Alliances*. Ithaca: Cornell University Press.

WALTZ, Kenneth. Men, *The State and War: A Theoretical Analysis*. New York: Columbia University Press, 2001.

WALTZ, Kenneth. 1979. *Theory of International Politics*. Berkeley: Addison-Wesley, 1979.

WALTZ, Kenneth. Structural Realism after the Cold War. *International Security*, [S.l], v. 25, n. 1, p. 5-41, 2000.

WALTZ, Kenneth. Emerging Structure of International Politics. *International Security*, [S.l], v.18, n.2, p. 47-79, 1993.

WEBER, Max. *Economía y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

WEBER, Steve; BUSSELS, Jeniffer. Will Information Technology Reshape the North-South Asymmetry of Power in the Global Political Economy? *Studies in Comparative International Development*, [S.l], v. 40, n. 2, p. 62-84, 2005.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. *International Organization*, [S.l], v. 46, n.2 , p. 391-425, 1992.

WENDT, Alexander; FRIEDHEIM, Daniel. 1995. Hierarchy under Anarchy: Informal Empire and the East German State. *International Organization*, [S.l], v. 49, n 4, p. 689-721.

WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge Univeristy Press, 1999.

WENDT, Alexander. The agent-structure problem in international relations theory. *International Organization*, [S.l], v. 41, n. 3, p. 335-370.

WIGHT, Martin. *A Política do Poder*. São Paulo: Editora UnB, 2002.

WITHAKER, Beth Elise. Soft balancing among weak states? Evidence from Africa. *International Affairs*, London, v. 86, n.5, p. 1109–1127, 2010.

WOOD, Hellen M. *Capitalism against democracy: renewing historical materialism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

WORLD BANK. *World Development Report 1987*. New York, 1987.

YOUNG, Oran. Political leadership and regime formation: on the development of institutions in international society. *International Organization*, [S.l.], v. 45, n 3, p. 281-308, 1991.

ZENG, Ka. *Trade Threats, Trade Wars: Bargaining, Retaliation, and American Coercive Diplomacy*. Ann Arbor: Michigan University Press, 2004.